

Livia Mara de Assis

O comportamento dos demonstrativos *este e esse* nas entrevistas do *Varsul* e da revista *Isto é*

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística e aprovada pelo Curso de Pós-Graduação em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina no dia 11 de junho de 2010 em Florianópolis – SC – Brasil.

Orientador: Prof^º. Dr^ª. Izete Lehmkuhl Coelho

**Florianópolis
2010**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

A848c Assis, Livia Mara de
O comportamento dos demonstrativos este e esse nas
entrevistas do Varsul e da Isto É [dissertação] /
Livia
Mara de Assis ; orientadora, Izete Lehmkuhl Coelho. -
Florianópolis, SC, 2010.
226 p.: grafcs., tabs.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa
de
Pós-Graduação em Linguística.

O comportamento dos demonstrativos *este e esse* nas entrevistas do *Varsul* e da revista *Isto é*

Livia Mara de Assis

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística e aprovada pelo Curso de Pós-Graduação em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina no dia 11 de junho de 2010 em Florianópolis – SC – Brasil.

Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Hammes Rodrigues
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística
Universidade Federal de Santa Catarina

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Izete Lemhkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Dr. Felício Wessling Margotti
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dr^ª. Isabel Monguilhott
Universidade Federal do Amazonas/ Universidade Federal Santa Catarina

Prof^ª. Dr^ª. Edair Maria Görsk
Universidade Federal de Santa Catarina

*A Maria José (in memorian), minha mãe, pelo apoio, amor
ímpar, coragem e ensinamentos que levarei por toda vida.*

*A Rubens Bernardinho, meu pai, pelo otimismo mesmo diante das
dificuldades, apoio e por acreditar na minha capacidade.*

Agradecimentos

À professora Izete Lehmkuhl Coelho pela compreensão, paciência e orientação durante todo esse período um pouco conturbado.

À Capes pelo apoio financeiro. À coordenação do curso de Pós-Graduação pelo apoio que me foi direcionado quando foi necessário.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Lingüística, pelos ensinamentos. Em especial, gostaria de agradecer as professores Edair Görsk e Felício Margotti não só pelas contribuições em minha pesquisa, mas pelo diferencial que apresentam ao passar seus conhecimentos. Aprendi a admirá-los.

Agradeço também aos colegas de curso por partilharmos momentos de conhecimento e descontração. Em especial, a Cris e Fernanda pessoas tão autênticas com as quais tive o prazer de partilhar bons momentos e longas conversas.

Aos queridos amigos que ganhei em Florianópolis: Marcelo Januário, Cla, Vanessa mel, Nei e Mirian. A vocês o meu muito obrigada por terem sido grandes companheiros, dando apoio, fazendo-me acreditar que há muitas pessoas dispostas a fazer o bem sem medidas. A emoção me vem só de pensar o que significou a passagem de vocês em minha vida.

Aos amigos Jeff e Marcelo e as amigas Shirley e Taio sem os quais não teria sido tão fácil agüentar o fardo da distância e da saudade de casa. Nós e nossas muitas peripécias para contar, rir, lembrar e se emocionar ...

A minha família por todo suporte, carinho e credibilidade que direcionaram a mim e pelas conversas tão confortantes ao telefone. Cada palavra e apoio foram de suma importância.

Aos amigos que muito me apoiaram a fim de que eu seguisse em frente, fazendo com que eu achasse forças onde não havia. O espaço seria pequeno para citar todos. Camila e Eliete, obrigada pela amizade e orações. Ao Eder, por se esforçar para estar ao meu lado quando precisei e por seu amor por mim.

À Catarina Vaz Rodrigues por ter me mostrado aquilo que eu poderia alcançar, por acreditar em meu potencial. Chegar até aqui foi em grande parte por ter o seu incentivo. Obrigada pelo exemplo que é como profissional e pessoa.

A minha querida mãe por todo amor e suporte, pela sabedoria ao me educar, pela pessoa que foi e me ensinou a ser. A você, mamãe, todo o meu amor e agradecimento. Chegar até aqui foi resultado do que me ensinou durante esses anos todos: perseverar, crer e alcançar os objetivos com luta, mas sem perder a dignidade. Exemplo de pessoa, mulher, amiga e mãe que procurarei levar por toda minha vida.

A Deus que preparou tudo, sempre me protegendo e colocando em meu caminho pessoas especiais para me ajudarem com as lutas diárias. Me fez acreditar nas coisas impossíveis diante de tantas mudanças ocorridas, perdas imensuráveis e momentos muito delicados vivenciados durante o mestrado. A Ele toda honra e toda Glória.

Resumo

A partir de entrevistas do banco de dados *Varsul* e da entrevista da Revista *Isto é*, analisamos separadamente seus dados considerando respectivamente o vernáculo dos informantes de Florianópolis e a fala mais cuidada utilizada na revista, a fim de analisarmos o uso variável dos demonstrativos *este* e *esse*. Tais pronomes apresentam uma distinção fonético-fonológica muito pequena para exercerem distintamente as funções de 1ª e 2ª pessoas segundo a norma-padrão. Nesse sentido, estudos sociolinguísticos já realizados sobre o fenômeno comprovam uma assimilaridade entre as formas. Além disso, Cid *et al.* (1986), Castilho (1992) e Roncarati (2003) apontam para um maior uso de *esse* em função anafórica na modalidade oral da língua. O sistema ternário dos demonstrativos, então, encontra-se desestabilizado, sendo possível se apresentar futuramente com apenas uma das formas. Assim, objetivamos analisar qual a freqüência de uso dos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, com base na dêixis e na anáfora, de acordo com as entrevistas escolhidas. Norteados pela Teoria da Variação e Mudança e sua metodologia, verificaremos os condicionadores internos e externos que atuam nessa possível variação, com o intuito de apurar o comportamento dos demonstrativos nos *corpora* escolhidos para a nossa pesquisa.

Palavras-chave: Variação, fala e escrita, anáfora e dêixis
Sociolinguística Variacionista, demonstrativos.

Abstract

From interviews of *Varsul* database and interview of Brazilian magazine *Isto é*, we analyze their data separately considering respectively the vernacular of the informers from Florianópolis city (Brazil) and speech more carefully used in the *Isto é* magazine in order to analyze the variable use of Brazilian demonstrative pronouns *este* and *esse*. These pronouns are a phonetic-phonological distinction too small to exert distinct functions of 1st and 2nd persons according to the standard norm. In this sense, sociolinguistic studies already done on the phenomenon prove the resemblance between shapes. Furthermore, the authors Cid *et al.* (1986), Castillo (1992) and Roncarati (2003) point to increased use of this modality in anaphoric function of oral language. The ternary system of Brazilian demonstrative pronouns, then, is destabilized, it is possible to present the future with only one way. Thus, we aimed to analyze the frequency of use of the demonstrative pronouns of 1st and 2nd persons, based on deixis and anaphora according to interviews chosen. Guided by the Theory of Variation and Change and its methodology, we find internal and external conditioners that work in this variation as possible in order to determine the behavior of the demonstration in the corpora chosen for our research.

Keywords: Change, Speech and Writing, Anaphora and Deixis Sociolinguistic, Variation, Brazilian Demonstrative Pronoun.

Lista de Figuras

FIGURA 1: Representação da oralidade e da escrita pelo meio de produção e concepção discursiva	116
--	-----

Lista de Quadros

QUADRO 1: Os pronomes demonstrativos e os advérbios de lugar	31
QUADRO 2: Propriedade dos demonstrativos segundo a gramática de usos de Moura Neves (2000)	66
QUADRO 3: As entrevistas, o meio de produção, concepção discursiva e domínio	116

Lista de Tabelas

TABELA 1: Frequência de uso dos demonstrativos	47
TABELA 2: Distribuição dos mostrativos no estudo de painel	52
TABELA 3: Distribuição dos demonstrativos nas amostras analisadas	53
TABELA 4: Mecanismo compensatório no estudo de painel	55
TABELA 5: Mecanismo compensatório no estudo de tendência.....	55
TABELA 6: Distribuição dos informantes nas células	170
TABELA 7: Uso canônico e não canônico de <i>este</i> e <i>esse</i> nos dados do <i>Varsul</i>	174
TABELA 8: Uso canônico e não canônico de <i>este</i> e <i>esse</i> nos dados da <i>Isto é</i>	177
TABELA 9: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função de adjunto do SN ou núcleo do SN nos dados do <i>Varsul</i>	179
TABELA 10: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função de adjunto do SN ou núcleo do SN nos dados da <i>Isto é</i>	182
TABELA 11 - Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função referencial dos demonstrativos nos dados do <i>Varsul</i>	186
TABELA 12: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função referencial dos demonstrativos dados da <i>Isto é</i>	189
TABELA 13 - Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a representação sintática do referente retomado/apontado nos dados do <i>Varsul</i>	194
TABELA 14: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a representação sintática do referente retomado/apontado nos dados da <i>Isto é</i>	196
TABELA 15: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo suas formas de representação nos dados do <i>Varsul</i>	200

TABELA 16 - Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo suas formas de representação nos dados da <i>Isto é</i>	201
TABELA 17: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo sua posição em relação ao núcleo nos dados do <i>Varsul</i>	201
TABELA 18: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo sua posição em relação ao núcleo nos dados da <i>Isto é</i>	202
TABELA 19: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função sintática do sintagma no qual se encontra o demonstrativo nos dados do <i>Varsul</i>	206
TABELA 20: Uso de <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função sintática do sintagma no qual se encontra o demonstrativo nos dados da <i>Isto é</i>	208
TABELA 21: Uso dos advérbios de lugar como reforçadores dos demonstrativos <i>este</i> e <i>esse</i> nos dados do <i>Varsul</i>	209
TABELA 22: Variável faixa etária nos dados do <i>Varsul</i>	210
TABELA 23: Variável gênero nos dados do <i>Varsul</i>	210
TABELA 24: Variável escolaridade nos dados do <i>Varsul</i>	211

Sumário

Introdução	14
1 FENÔMENO EM ESTUDO.....	19
1.1 Introdução.....	19
1.2 Demonstrativos este e esse: das gramáticas históricas às tradicionais contemporâneas.....	19
1.3 Demonstrativo <i>este</i> e <i>esse</i> : da estrutura à funcionalidade	33
1.3.1 Os demonstrativos segundo Câmara Jr.: ponto de partida	34
1.3.2 Os demonstrativos e os estudos sociolingüísticos	42
1.4 Os demonstrativos na gramática funcional de Moura Neves (2000).....	61
1.5 Palavras finais do capítulo.....	68
2 OS DEMONSTRATIVOS E A REFERENCIAÇÃO COMO ATIVIDADE DISCURSIVA.....	77
2.1 Introdução.....	77
2.2 A referenciação e a construção do sentido.....	78
2.3 Expressões nominais definidas: os demonstrativos e propriedade de retomar/apontar referentes	84
2.4 Uma breve noção de dêixis.....	89
2.5 Uma breve noção de anáfora.....	95
2.6 Os <i>corpora</i> selecionados: gênero entrevista nas modalidades oral e escrita considerando os processos de transcrição e retextualização.....	108
2.7 Considerações finais sobre o capítulo.....	131
3 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA TEORIA A VARIAÇÃO E DA MUDANÇA.....	135
3.1 Do surgimento da lingüística à sociolingüística.....	135
3.2 Teoria da Variação e da Mudança.....	139
3.3 Método sociolingüístico.....	144
3.4 Coleta dos dados.....	145

3.5	Considerações finais sobre o capítulo	148
4	METODOLOGIA	149
4.1	Introdução	149
4.2	Procedimentos metodológicos.....	149
4.3	Constituição da amostra	150
4.3.1	Projeto VARSUL.....	150
4.3.2	Revista Isto É.....	153
4.4	O envelope de variação	154
4.4.1	A variável dependente	155
4.4.2	As variáveis independentes.....	155
4.5	Pacote estatístico VARBRUL	170
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	172
5.1	Introdução	172
5.2	Análise dos resultados dos demonstrativos de 2ª pessoa.....	172
5.3	A referenciação dos demonstrativos quanto aos contextos anafórico e dêitico.....	186
5.4	Representação sintática do referente retomado/apontado.....	193
5.5	Forma de representação dos demonstrativos: preposicionados e não preposicionados.....	199
5.6	Posição do demonstrativo variável em relação ao núcleo	201
5.7	Função sintática do sintagma a que pertence o demonstrativo.....	204
5.8	O uso do advérbio de lugar como reforçador dos demonstrativos.....	208
5.9	Variáveis extralingüísticas: faixa etária, gênero e escolaridade	210
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
	Referências.....	216

Introdução

Uma função inerente à língua é a de designar. O vocábulo *designar* consiste em indicar (algo ou alguém) de maneira a distingui-lo de todos os demais; apontar, mostrar etc. Dessa maneira, o sistema lingüístico está intrinsecamente relacionado à noção de referência; o ato de referir se realiza por intermédio de formas gramaticais que exercem a função pronominal (pronomes propriamente dito, numerais, advérbios pronominais). Nesta pesquisa daremos estrita atenção à referenciação por meio dos demonstrativos. Esses pronomes têm por função distribuir os referentes de 1^a, 2^a e 3^a pessoas considerando coordenadas de espaço, temporal, bem como localizar/apontar referentes na superfície textual (foricidade).

Assim, por um lado, os demonstrativos podem fazer parte de um sintagma denominado de expressão lingüística dêitica, ou seja, aquelas cuja interpretação se apóia nos parâmetros de *lugar*, *tempo* e *pessoa* da situação da enunciação. Por outro lado, a noção de referência norteia o funcionamento dos demonstrativos à medida que eles apontam ou retomam referentes no texto. Tal operação foi sempre descrita na literatura lingüística como pronominalização de elementos co-textuais, ou sem um referente co-textual explícito. Para esses casos, geralmente, usam-se formas nominais definidas que são formas lingüísticas constituídas, minimamente, de um determinante (definido ou demonstrativo), seguido de um nome.

Com base nos pressupostos teóricos gramaticais de Câmara Jr. (1971) sobre o uso dos demonstrativos, percebeu-se uma divergência nos usos indicados pelos compêndios gramaticais e os usos “reais”

desses pronomes. O uso de *este* e *esse* são assimilados devido à distinção entre as formas se reduzir a um grupo consonante /st/, desconsiderada durante a aplicação dos demonstrativos seja em contexto fórico seja no dêitico. Desta forma, buscamos investigar dados de entrevistas realizadas na capital de Santa Catarina, Florianópolis, com vistas a capturar o fenômeno em questão a partir do vernáculo dos informantes selecionados. Achamos interessante comparar esses dados com entrevistas mais formais, neste caso, veiculadas pela Revista *Isto é* de circulação nacional. Devido à mínima distinção fonêmica e grafêmica entre as formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas, fica evidente que a troca de uma por outra é considerável.

Pronomes como *eu*, *tu*, *ele*, os demonstrativos ou dêiticos como *isto*, *aquilo*, *agora* são expressões cuja referência varia sistematicamente com as circunstâncias de seu uso, ou seja, com sua enunciação em contexto. Inicialmente eles remetem ao fragmento lingüístico no qual ocorrem, antes de remeter a um indivíduo (falando), a um lugar, a um momento do tempo. Entretanto, as formas de 1ª pessoa *este* está perdendo sua indicação subjetiva. Nesse sentido, faremos um estudo sobre esses pronomes a fim de tentar averiguar seu comportamento e se estaria havendo uma redução em seu sistema. Assim, exporemos o que pretendemos em cada capítulo.

No primeiro, nos dispomos a tratar sobre os demonstrativos a partir da análise de compêndios que explicam ou tentam explicar o uso dos demonstrativos em âmbitos textuais e situacionais. A partir desse capítulo serão vistas gramáticas tradicionais que tratam sobre o fenômeno em estudo. Como contraparte, averiguaremos alguns trabalhos (sócio)lingüísticos já realizados acerca do fenômeno.

No segundo capítulo, abordaremos uma noção de trata sobre a referenciação dos objetos de discurso. Para tanto, seria interessante observar as expressões nominais definidas constituídos como sintagmas que apontam ou retomam referentes. É interessante percebermos a importância da análise desse mecanismo para uma melhor compreensão desses pronomes.

No terceiro e no quarto capítulo, falaremos sobre a Teoria da Variação e Mudança que norteou nossa pesquisa, uma breve introdução acerca do assunto, os métodos sociolingüísticos, e os *corporas* para análise, a variável dependente e as variáveis independentes, possíveis condicionantes do fenômeno lingüístico aqui estudado.

No último capítulo, apresentamos a análise dos dados a partir dos resultados obtidos, o que envolve uma associação a tudo que fora abordado nas partes precedentes à análise. Esperamos que os resultados desta pesquisa venham contribuir para uma maior compreensão desse fenômeno que precisa de discussões mais aprofundadas, fazendo-se uma reflexão cada vez mais apurada do uso real através de dados empíricos. Tentaremos encontrar uma explicação para a alternância entre as formas *este* e *esse* e para uma provável compensação lingüística dessa alternância no campo dos advérbios.

O que norteou a nossa pesquisa foi a seguinte questão: *o sistema tricotômico dos demonstrativos se encontra enfraquecido, havendo uma confluência das formas de 1ª e 2ª pessoas para um campo único em oposição ao 'aquele', substituindo-se esse sistema demonstrativo complexo, herdado do latim, por um dicotômico mais simples, conforme o que já predomina na área lingüística ocidental, como o inglês e o alemão, por exemplo?*

Baseados nessa questão maior, traçamos três **objetivos gerais** para esta dissertação:

- Averiguar quais os possíveis condicionadores internos e externos que estão influenciando as formas *este* e *esse*, no sentido de estar acarretando um enfraquecimento do sistema tricotômico dos demonstrativos.
- Contribuir para as pesquisas lingüísticas sobre os demonstrativos que carecem ainda de estudos a fim de se descobrir se é de fato eficiente as três formas ou seria o caso de reduzi-las a duas formas básicas: *esse* e *aquele*.

Na tentativa de se resolver a questão chave desta pesquisa, abaixo elencamos os **objetivos específicos** para o esclarecimento do fenômeno com hipóteses que buscaremos constatar ou refutar ao final da análise:

1. Verificar nos *corpora* selecionado qual o demonstrativo mais usado: se o *esse* ou o *este*.

De acordo com pesquisas sócio(lingüísticas) realizadas, o uso do esse é majoritário quando se trata de retomada de referente. Câmara Jr. afirma que a forma é a mais usada na fala coloquial brasileira.

2. Averiguar se os advérbios de lugar estão sendo usados juntamente a uma das formas na tentativa de tentar recriar o sistema tricotômico.

Acreditamos que os advérbios estejam sendo usados junto a forma de segunda pessoa esse, por ser o demonstrativo mais usado.

3. Se a forma *este* é mais escassa e achamos que ela aparece em contextos mais formais, veremos se as entrevistas da revista *Isto é* por trazer uma linguagem mais cuidada, pode trazer essa forma.

Não podemos afirmar que a forma este tenha desaparecido da língua, mas sua ocorrência se dá em situações muito raras. Como a revista visa trazer uma linguagem cuidada, talvez a ocorrência de este seja encontrada.

1 FENÔMENO EM ESTUDO

1.1 Introdução

Numa tentativa de conhecer e examinar reflexivamente nosso objeto de estudo – o uso variável dos demonstrativos *este* e *esse*, partiremos de duas vertentes essenciais para o estudo dos fenômenos lingüísticos: uma é a normativa, difundida pelas gramáticas tradicionais (GT's); e uma vertente variacionista, difundida pelas pesquisas sociolingüísticas sobre os demonstrativos. A primeira visa prescrever usos, com nenhum ou pouco exame sobre a variação, e a segunda já concebe reflexões sobre a estrutura e a funcionalidade dos demonstrativos, de regras categóricas às formas em variação.

Enquanto as gramáticas tradicionais se pautam em uma norma padrão para apresentar os demonstrativos, as pesquisas lingüísticas levam-nos a constatar uma alteração no sistema dos demonstrativos, conduzindo-nos a uma nova consideração a respeito desses pronomes. Buscaremos ponderar esses dois tipos de abordagem/tratamento, reconhecendo o valor dêitico e anafórico desses pronomes, bem como os advérbios espaciais que os acompanham. Para tanto, consideraremos o comportamento dos demonstrativos tanto na modalidade oral quanto na escrita.

1.2 Demonstrativos *este* e *esse*: das gramáticas históricas às tradicionais contemporâneas

Com base em resultados de pesquisas sociolingüísticas sobre os demonstrativos, sabemos os sistema ternário dos demonstrativos está

sofrendo alterações e que a forma de 1ª pessoa *este* é a menos usada¹, cedendo espaço para o demonstrativo de 2ª pessoa *esse*. Entretanto, a origem do sistema dos demonstrativos reservava lugar exclusivo para as duas formas. Os demonstrativos de 1ª pessoa possuem três formas genéricas oriundas das formas latinas: masculina *iste* → *este*; feminina *ista* → *esta*; e neutra *istud* → *esto* → *isto*. Esses pronomes guardam consigo o valor sintático de demonstrativos da 1ª pessoa gramatical, em contradistinção de *esse* e *aquele* que respectivamente se relacionam à 2ª e 3ª pessoa gramatical: *este livro* (perto de mim), *esse livro* (perto de ti), *aquele livro* (perto dele ou afastado da 1ª e 2ª pessoa). Os demonstrativos de segunda pessoa apresentam também uma forma tríplice herdada do latim, a saber: *ipse* → *esse*; *ipsa* → *essa*; *ipsum* → *esso* → *isso* (PEREIRA, 1916, p. 402, p. 3; ALI, s/d, p. 99).

De acordo com Câmara Jr. (UCHÔA, 2004, p. 168), há uma redução do sistema tripartido a dois demonstrativos básicos (*esse* e *aquele*). Estaria havendo, então, a confluência das formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas (*este* e *esse*²) para um campo único, que se opõe a outro, exterior, que é o campo de *aquele*. Através dos estudos de Nascentes (*apud* UCHÔA, 2004, p. 166), podemos observar que, nas línguas neolatinas, somente o galego, o espanhol e o sardo ainda conservam a tripartição.

No entanto, a hipótese normativa vigente é que esse sistema ternário ainda vigora. Nosso ponto de partida para uma análise crítica e reflexiva acerca dos demonstrativos serão as gramáticas normativas

¹ Veremos nas seções posteriores pesquisas sociolinguísticas que comprovam isso como a de Cid *et al.* (1986); Castilho (1993); Roncarati (2003).

² As formas *este* e *esse*, usadas como objeto de estudo desta dissertação representam os demonstrativos variáveis de 1ª e 2ª pessoas, suas formas preposicionadas e suas flexões.

visto que os professores de Língua Portuguesa tomam essas como instrumento de consulta para um embasamento teórico de suas aulas, ao tratar sobre as classes de palavras do português. Sete obras de gramáticos renomados foram analisadas neste capítulo a respeito do emprego dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* e suas flexões, a saber: Pereira (1916), Ali (s/d), Almeida (1979), Luft (1989), Lima (1989), Cunha (1992), Azeredo (2008).

De acordo com os gramáticos, os demonstrativos apresentam forma variável em gênero e número – *este(s)*, *esta(s)*; *esse(s)*, *essa(s)*; *aquele(s)*, *aquela(s)* - que se altera para concordar com o substantivo referenciado, ao mesmo tempo em que apresentam formas correspondentes neutras (*isto*, *isso*, *aquilo*). Os pronomes demonstrativos podem ser ainda agregados às preposições *de* e *em*, tomando as formas³: *deste*, *desse* e *daquele*; *neste*, *nesse* e *naquele*. Os pronomes referentes à terceira pessoa contraem-se ainda com a preposição *a*: *àquele*, *àquela*, *àquilo* (ALMEIDA, 1979; LIMA, 1989; CUNHA, 1992).

Os gramáticos aqui analisados seguem tratando sobre os demais demonstrativos como o *aquele* e suas flexões; *o*, *a* e *o* (*neutro*); *mesmo*, *próprio* e *tal*⁴. Segundo Neves (2000), com exceção de *aquele*, esses são demonstrativos que (i) não fazem seleção de pessoa (*o(s)*, *a(s)*; *tal*, *tais*; sendo todos de terceira pessoa); ou que (ii) reforçam identidade (*mesmo*, *próprio*)⁵. Levaremos em consideração, no entanto, as observações

³ Luft (1989) e Houaiss (2008) não mencionam as formas demonstrativas preposicionadas. Said Ali (s/d) não fala claramente sobre essas formas, entretanto, as traz em seus exemplos.

⁴ Luft não inclui esses pronomes na lista dos demonstrativos, apenas os que estão relacionados às pessoas do discurso. Pereira (1916) não cita em nenhum momento o demonstrativo *tal* e sua flexão.

⁵Said Ali (s/d) inclui entre os demonstrativos além dos três convencionais o *o*. Azeredo (2008) apenas traz os demonstrativos referentes às pessoas do discurso.

sobre os demonstrativos que selecionam pessoas gramaticais, visto que percebemos uma variação entre a 1ª e a 2ª pessoa gramatical nos dados analisados para esta pesquisa.

Os demonstrativos que *fazem seleção de pessoa*, nas palavras de Câmara Jr. (1986, p. 90), são pronomes que localizam um referente numa posição no espaço, dividido linguisticamente nos dois campos polares do eixo falante-ouvinte e num terceiro campo à parte desse eixo. Além dessa indicação geral no espaço (dêitica), os demonstrativos fazem uma indicação particular no próprio contexto linguístico (função fórica)⁶, apresentando-se o campo do que vai ser dito no contexto (catáfora), o do que já foi dito (anáfora propriamente dita) e um terceiro campo abrangendo outros contextos. Exercendo essa função temos os demonstrativos:

a) *este, esta e isto*: designam a pessoa que fala, o espaço e o tempo em relação à pessoa que fala;

b) *esse, essa e isso*: designam o que está perto da pessoa a quem se fala o espaço e o tempo passado ou futuro com relação à época em que se coloca a pessoa que fala;

c) *aquela, aquela e aquilo*: designam o que está afastado tanto da pessoa que fala como da pessoa a quem se fala e um afastamento no tempo de modo vago, ou uma época remota⁷.

⁶ Câmara Jr (1999 [1971], p. 123) respalda-se em Ali (s/d) ao abordar as funções anafórica e dêitica dos demonstrativos. Entretanto, trataremos nesta pesquisa de função fórica em lugar de anafórica, pois foricidade envolve dois processos: o anafórico, em que há a retomada de um referente; e o catafórico, em que se antecipa a indicação de um referente. Tratar somente de anáfora, seria desconsiderar em parte que ele se encarrega dos dois processos.

⁷ Será importante tratar do demonstrativo de 3ª pessoa, pois acreditamos que em certas circunstâncias o demonstrativo de 2ª pessoa ocupa tanto a posição de 1ª pessoa quanto de 2ª em contraposição à 3ª pessoa. Nesse caso, há que se encarar um novo paradigma dos demonstrativos relacionado à não-distinção das pessoas gramaticais, mostrando que esse sistema ternário encontra-se em desequilíbrio.

Mais importante que descrever a forma é verificar suas funções e empregos. Observando os tradicionais compêndios gramaticais, vimos que as funções dos demonstrativos no nível morfossintático são: a *substantiva* e a *adjetiva* (referidos nesta pesquisa como *núcleo* e *adjunto adnominal*). No nível da referência está a dêixis, fenômeno pragmático que inclui aspectos semânticos, bem como os gramaticais. Os demonstrativos como elementos dêiticos podem desempenhar a função referencial na dêixis textual (anáfora e catáfora) e dêixis situacional (a qual envolve as pessoas do discurso). Sobre o uso dos advérbios de lugar, somente Cunha e Luft comentam: este nomeia a função adverbial como sendo própria dos demonstrativos, mas somente coloca os advérbios *aqui*, *aí* e *lá* no quadro dos demonstrativos, enquanto aquele trata apenas como reforçadores como veremos adiante, ao passo que os demais gramáticos analisados neste capítulo não comentam sobre essa possível função exercida pelos advérbios locativos junto aos demonstrativos.

É unânime a posição de que a função substantiva é exclusiva dos demonstrativos neutros, ao passo que aos demonstrativos variáveis (*este*, *esse*, *aquele*) fica assegurada a função adjetiva. Pereira (1916) diz que os demonstrativos neutros retomam a função adjetiva se aparecem antepostos a pronomes e a outras formas pronominais neutras, por exemplo, *isto tudo/ isso tudo, isto mesmo/ isso tudo* (cf. *tudo isto, mesmo isto*), como no exemplo a seguir:

- (1) F: “Ah, nós fizemos móveis, né? Cama, guarda-roupa, fizemos *isso tudo*” (SC FLP 10 – MJ40⁸).

Salvo o exemplo acima, as expressões *isso tudo* sempre apareciam em nossos dados como marcadores discursivos, como expressões assertivas. Desse modo, não consideramos casos como esse pelo fato de sempre aparecerem em final de orações dos informantes como marcador discursivo. Claro que poderia ser considerado como um adjetivo, entretanto, estando na função de marcador discursivo já não se enquadra no foco de nossa pesquisa, quem sabe em estudos futuros.

Cunha (1992, p. 322) e Luft (1989, p. 118) afirmam que os demonstrativos variáveis podem tanto exercer a função adjetiva quanto substantiva (nesse caso, quando o substantivo está elíptico). Geralmente, exercendo essa função adjetiva, os demonstrativos ocupam a posição à esquerda do substantivo, o que não impede que ele possa aparecer à direita (CUNHA, 1992, p. 326; LIMA, 1989, p. 295).

A função fórica pode ser exercida por meio da relação dos demonstrativos (*este, esse e aquele*) na ordem dos termos do discurso, em que *este* se opõe a *aquele*, designando *este* em termos de mais próximo e *aquele* mais distante (PEREIRA, 1916; ALI, s/d; CUNHA, 1992; ALMEIDA, 1979; ROCHA LIMA, 1988). Almeida (1979) esboça que, nesse caso, pode-se localizar tanto pessoas quanto períodos em uma oração. Em discursos orais mais formais e, portanto, mais monitorados, pode haver essa distinção; contudo, ela se faz mais freqüente em discursos escritos. Cunha (1992) esclarece que esse recurso é um meio de aludir discriminadamente a termos mencionados anteriormente. Luft

⁸ Esse código foi aplicado a todos os dados do *Varsul* aqui categorizados

(1989) não traz nada a esse respeito. O exemplo retirado de Pereira (1916, p. 403, *grifo nosso*), nos elucidava quanto a isso:

- (2) *Pedro e Paulo* foram apóstolos; **este** dos gentios e **aquela** dos judeus.
- (3) A quem trarão
Rosas a roxa Cloris,
Conchas a branca Dóris;
Estas flores do mar,
Da terra **aquelas** (C. AP. Serões 351).

Said Ali (s/d) já trazia em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* a importância de se compreender os papéis dêitico e fórico desempenhados pelos demonstrativos, considerando respectivamente os contextos exofóricos e endofóricos⁹. Câmara Jr. (1999 [1971], p. 123) faz referência a Said Ali, destacando que os demonstrativos não fazem somente uma referência ao mundo biossocial, mas também ao que já foi dito ou o que vai ser dito no contexto lingüístico. Das gramáticas tradicionais, o único que faz menção à anáfora é Cunha (1992, p. 322), no entanto, se limita a dizer que sua origem é da palavra grega *anaphorikós*, que quer dizer *que faz lembrar, que traz a memória*. O interessante de fato seria esclarecer o que podem os demonstrativos veicular em função anafórica: retomar e apontar elementos no contexto lingüístico. Os demonstrativos são elementos de suma importância para que o leitor se localize quanto ao referente que está em evidência, direcionando-o para uma melhor compreensão do foco dentro de um texto. Almeida é categórico em dizer que *este* é usado para algo que será dito (catáfora), e *esse* a algo que já foi dito (anáfora); salvo o caso em

⁹ Trataremos sobre a noção de termos endofóricos e exofóricos no segundo capítulo.

que se usa trocar *esse* por *este* quando se quer referir a uma coisa mais presente, que está mais a mão. Luft (1989, p. 118) só os relaciona as três pessoas do discurso, mas não fala sobre o valor referencial que os demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas desempenham. Lima (1988, p. 294) mostra através de exemplos que os pronomes de 2ª e 3ª pessoas são usados para remeter a um tempo passado, e para retomar um trecho de algo já mencionado; quanto ao de 1ª pessoa, Lima apenas fala sobre função de determinar o que está perto do locutor.

A esse respeito, Pereira cita o gramático Ernesto Carneiro, o qual diz que, em referência a um pensamento que se vai enunciar emprega-se *este* e não *esse*. Por conseguinte, cita que Padre Antonio Vieira, em um trecho de Serões 352, não fez uma distinção canônica quanto ao papel catafórico e anafórico respectivamente de *este* e *esse*, usando-se somente o pronome demonstrativo de 2ª pessoa *esse*. Segundo Pereira, nessa época “a evolução analítica [da distinção] não havia ainda completado o seu ciclo em relação a esses demonstrativos.” Vejamos o exemplo abaixo (1916, p. 404, grifo nosso):

- (4) *Essa* era a obrigação de fiel ministro: adorar a seu Senhor e adoral-o sempre!! Porque *essa* era a bizarra natureza dos raios: ferir e executar primeiro!! *Essa* diferença houve entre Christo e os outros homens: que os outros começam a vida pela idade de meninos; Christo pela idade de homem.

Em contrapartida, Mattos e Silva (1993), com base nos dados retirados de *Diálogos de São Gregório*, datado do século XIV, levantou a suposição de que a oposição dêitica entre as formas *este* e *esse* poderia ser neutralizada em benefício de *este*. O sistema pendia para a bipartição: a oposição se fazia com clareza entre as formas *este* e *esse*,

em variação, e *aquela*. O mesmo também ocorre atualmente no português brasileiro, entretanto em proveito de *esse*. Teyssier (*apud* Mattos e Silva, 1993, p. 27), no intuito de descrever o sistema de dêiticos espaciais do português nos séculos XIV, XV e XVI, indica que esse sistema se firmou como tricotômico pelo século XV, constatação efetuada com base na documentação escrita. Isso indica, em princípio, que possivelmente não havia distinção entre as pessoas gramaticais no que diz respeito aos demonstrativos *este* e *esse*.

Em Almeida (1979), Lima (1988) e Cunha (1992), encontramos a informação de que na prática o rigor de distinção dos demonstrativos de 1ª e de 2ª pessoas pode se desfazer, à medida que os demais gramáticos analisados nesta pesquisa nada advogam a respeito. Câmara Jr (1999 [1971], p. 124) afirma que isso se dá em virtude da predominância dos valores estilísticos sobre os valores gramaticais dos demonstrativos e a gramática de Lima corrobora essa informação¹⁰. Ali (s/d, p. 102, grifo do autor) nomeia esse processo de *aproximação mental*, esclarecendo que “[...] com o pronome *êste* a imaginação aproxima de nós cousas na realidade afastadas; com o pronome *êsse* a imaginação arreda ou afasta de nós cousas que estão ou poderiam estar próximas”. Sobre a variação estilística, dentre os gramáticos tradicionais, apenas Cunha explana mais detalhadamente sobre o processo. Ele explica que, quando nos referimos a objetos ou coisas que nos interessam particularmente, como se estivesse em nossa presença, linguisticamente esta aproximação se traduz pelo emprego de *este* onde seria de se esperar *esse* ou *aquela*. Por outro lado, uma atitude de desinteresse ou desagrado para com algo ou alguém que esteja fisicamente perto do falante pode levá-lo a usar o

¹⁰ Embora Rocha Lima traga essa informação, o autor não traz exemplos que a elucidem.

demonstrativo *esse* em lugar de *este*, expressando distanciamento ou sentimento de repulsa por parte do falante (CUNHA, 1992, p. 324)¹¹. Para Ali (s/d) e Cunha (1992), o *este* pode ser usado tanto anafórica como cataforicamente, sendo que o *esse* é mais comumente usado para aludir a um termo ou período anterior, sendo que o uso do demonstrativo de 1ª pessoa aparece como forma mais enfática e o *esse* forma menos enfática no contexto lingüístico. Trata-se, portanto, de um caso de variação estilística e semi-consciente.

Embora seja a última função a ser comentada, o papel dêitico situacional parece o mais evidente entre os gramáticos. Os autores levam-nos a considerar os demonstrativos como pronomes essencialmente dêíticos, nesse sentido, *indicador de espaço* (CÂMARA JR. 1999[1971], p. 123). Da mesma maneira que citou a anáfora, Cunha (1992, p. 322) apresenta a dêixis como um termo proveniente do grego *deiktikós*, que significa *próprio para demonstrar, demonstrativo*, sem muito detalhamento. Afirmar que os demonstrativos são essencialmente fóricos e dêíticos, sem nem sequer adentrar em questões da referenciação desses demonstrativos nas modalidades oral e escrita, parece-nos vago. A nosso ver, essas questões deveriam ser repensadas, uma vez que tais funções exercidas pelos demonstrativos são de suma importância no campo da referenciação, são estratégias essenciais de localização de referentes nos contextos lingüístico (considerando os pontos proximal e distal) e extralingüístico (nesse caso, em relação às pessoas do discurso), facilitando a compreensão dos textos.

¹¹ Não controlaremos a variação estilística dos demonstrativos *este* e *esse* nesta pesquisa.

De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss¹², a dêixis é caracterizada por fazer um enunciado referir-se a uma situação definida, real ou imaginária, que pode ser: quanto aos participantes (1ª pessoa, a que fala; 2ª pessoa, aquele a quem se dirige a fala; 3ª pessoa, todo assunto da comunicação); quanto ao momento da enunciação (dêixis temporal); quanto ao lugar onde ocorre a ação, estado ou processo (dêixis espacial). São dêíticos os pronomes pessoais, representantes dos participantes *eu/tu*; os marcadores de tempo (*agora, ontem, hoje*) e os marcadores de espaço advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos (FIORIN, 2005, p. 162). De acordo com Benveniste (*apud* FIORIN, 2005, p. 163), a enunciação se constitui a partir dessa tríade *ego, hic, nunc*, isto é, depende de um *eu*, de um *aqui* e um *agora*. Benveniste usa esses termos em latim a fim de mostrar que essas categorias são constitutivas do ato de produção do enunciado em qualquer língua e em qualquer linguagem. Esse espaço, no entanto, tem uma definição que transcende a noção de espaço físico. Dessa forma,

o espaço lingüístico é expresso pelos demonstrativos e por certos advérbios de lugar. O espaço lingüístico não é o espaço físico, analisado de acordo com categorias geométricas, mas é aquele onde se desenrola a cena enunciativa (FIORIN, 2005, p. 174).

Para representar o espaço lingüístico, temos, ao lado dos demonstrativos, certos advérbios de lugar. Bem como os demonstrativos, os advérbios de lugar constituem duas séries: uma tricotômica, *aqui, aí, lá* e uma dicotômica, *cá, lá*. *Aqui* e *aí* marcam a

¹² Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa 1.0. Dezembro de 2001.

cena enunciativa, sendo que este assinala o espaço do *tu* e aquele, o do *eu*; *ali* indica o espaço fora da cena enunciativa. Ao aparecer juntamente aos demonstrativos, Luft (1989) propõe que essa classe exerça uma função adverbial, enquanto Cunha (1992) os vê como *reforço* dos demonstrativos ou de advérbios pronominais; ou ainda podem ser vistos como demonstrativos de natureza adverbial como propõe Lima (1988). O importante mesmo é compreender que indicam a cena enunciativa e, portanto, exercem função dêitica. Juntamente aos demonstrativos, os advérbios seriam usados por motivo de clareza ou de ênfase, quando se quer precisar a situação das pessoas ou das coisas a que nos referimos na cena enunciativa. Sobre o assunto, Azeredo (2008) afirma que *este aqui*, *este aí* e *aquele ali/lá* são combinações ‘redundantes’, comuns na língua da conversação. Luft não entra em detalhes sobre a função adverbial, apenas inclui os advérbios em um quadro ao lado dos demonstrativos, relacionando-os às pessoas gramaticais - *aqui* (referente à 1ª pessoa); *aí* (referente à 2ª pessoa); *ali*, *lá* (referente à 3ª pessoa) - no quadro dos demonstrativos.

Esses três autores, Lima, Luft e Cunha, relacionam os advérbios às pessoas da situação discursiva. Vejamos como os demonstrativos e os advérbios se combinam: *Este meu ... aqui*; *esse teu (seu) ... aí*; *aquele seu ... ali*, *lá* (LUFT, 1989, p. 118). Parece que a relação entre advérbios e demonstrativos não pode ser alterada (*esse aí*, por exemplo), do modo como é apresentada pelos gramáticos. Desse modo, com base no que o autor apresenta, parece que ocorrências como *esse aqui*, ou *este aí* ou ainda *esse lá* não possam ser realizadas. Os advérbios locativos, na visão de Luft, funcionam como demonstrativos específicos para localizar algo em um espaço físico: *aqui*, em ESTE lugar; *aí*, em ESSE lugar; *ali* e *lá*,

em AQUELE lugar. A partir disso podemos perceber mais claramente a ligação e o papel desses advérbios locativos com a função dêitica. Observemos o quadro a seguir com relação a essas categorias:

QUADRO 1: Os pronomes demonstrativos e os advérbios de lugar

PRONOMES DEMONSTRATIVOS						
adjetivos/substantivos						advérbios
pessoas	Variáveis				invariáveis	de lugar
	Masculinus		Femininus		Neutros	
	sing.	plur.	sing.	plur.		
1ª pes.	este	estes	esta	estas	isto	aqui
2ª pes.	esses	esses	essa	essas	isso	aí
3ª pes.	aquele/o	aqueles/os	aquela/a	aquelas/as	aquilo	ali, lá

O quadro pode nos passar a idéia de que esses pronomes se associam, assim, de forma linear, levando-nos a crer que o uso de um advérbio *aqui* não possa, por exemplo, acompanhar o demonstrativo *esse*¹³. Vemos, a esse respeito, que as regras parecem de fato prescritivas em alguns momentos, mas flexíveis quando se trata de variação estilística. Nenhum dos autores analisados nesta seção traz informações sobre a variação que pode haver entre *este* e *esse*, no sentido de a segunda forma estar suplantando a primeira.

Outra consideração a ser feita: os demonstrativos assumem comportamentos distintos no que diz respeito a um texto oral e a um texto escrito. Veremos que as formas como os demonstrativos são trabalhados nos manuais de gramática precisam receber uma atenção redobrada, pois se tem uma discussão reduzida sobre suas funções; além disso, precisa-se de gramáticas que explorem as formas como os

¹³ Veremos ao longo da dissertação que isso não acontece exatamente dessa forma.

usuários fazem uso desses demonstrativos: se é canônico ou não. A importância referencial e coesiva desses pronomes é essencial para a compreensão textual e deve ser revista e reforçada nos manuais, a fim de se alcançar, pelo menos em parte, o complexo uso desses pronomes nos contextos de dêixis textual e situacional.

Conseguimos apurar por meio da leitura dessas gramáticas que todos são unânimes quanto à função substantiva dos demonstrativos neutros. A função adjetiva fica a cargo dos demonstrativos variáveis, com exceção das considerações de Luft (1989) e Cunha (1992) acerca desse tipo de demonstrativo: para eles, os demonstrativos variáveis exercem função substantiva quando o substantivo que os acompanharia está elíptico. Já a função fórica é abordada por todos, entretanto sem receber esse nome, a não ser por Cunha. Luft nem cita essa função. Para estabelecê-la, confronta-se *este*, para o referente mais próximo, e *aquela*, para o referente mais distante. De acordo com os gramáticos aqui analisados, a anáfora instaura-se por meio do *esse*, ao passo que a catáfora é sinalizada por *este*, com exceção de Said Ali e Cunha que afirmam que *este* pode ser usado tanto catafórica quanto anaforicamente, à medida que *esse* é mais comumente usado para aludir a um termo anterior.

Quanto ao emprego dêitico situacional, todos trazem a mesma denominação: *este* usado para o que está perto de quem fala e *esse* perto de quem se ouve. Cunha mais uma vez chega a citar a dêixis, porém sem entrar em pormenores. Os advérbios ganham destaque ao lado dos demonstrativos nas gramáticas desse último autor e de Luft, ao funcionar tanto como reforçador dos demonstrativos no contexto endofórico quanto exofórico. Todavia o que de fato nos interessava, ou

seja, a variação dos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, nenhuma gramática tradicional aqui analisada traz, a não ser o fato de o uso desses demonstrativos se confundir por uma questão de variação estilística (ALI, s/d; LUFT, 1989; LIMA, 1989; CUNHA, 1992

1.3 Demonstrativo *este* e *esse*: da estrutura à funcionalidade

A seção anterior nos pôs em contato com as formas normativas de se encarar os pronomes demonstrativos e os advérbios de lugar, elementos que marcam o espaço da cena enunciativa e, ao mesmo tempo, são elementos lingüísticos coesivos que facilitam a compreensão do texto em contexto lingüístico, ao organizar as palavras na superfície textual. Nas próximas seções, nos preocuparemos em verificar o comportamento dos demonstrativos mostrado em pesquisas lingüísticas e sociolingüísticas já realizadas, acompanhando o desenvolvimento de algumas delas e seus resultados.

Primeiramente, trataremos de uma observação que passou a ser base teórica para os demais trabalhos desenvolvidos sobre os demonstrativos na área dos estudos sociolingüísticos, ao ser postulada por Câmara Jr. Com base nesse aporte teórico, trataremos de verificar as análises feitas pelos seguintes lingüistas: Cid *et al.* (1986); Castilho (1993) e Roncarati (2003). Observaremos também como Neves (2000) versa sobre os demonstrativos e sua análise em uma linha funcionalista, no sentido de observar como essa autora tem acrescentado uma visão mais atual e lingüística sobre os demonstrativos em sua gramática funcional.

1.3.1 Os demonstrativos segundo Câmara Jr.: ponto de partida

Câmara Jr. (1999 [1971], p. 122) denomina os demonstrativos como subclasse dos pronomes, delineando que a função desses é indicar a posição no espaço de um elemento biossocial tratado na língua como *ser* ou *nome* sempre fazendo referência à posição do falante. Ou seja, expressa referência a uma posição no espaço, dividido linguisticamente em dois campos polares do eixo falante-ouvinte e num terceiro campo à parte desse eixo (1986, p. 90). Além dessa indicação geral no espaço (dêixis situacional), tem-se uma indicação particular no nível sintático-discursivo (anáfora e catáfora), a qual situa o campo do que vai ser dito no contexto, o do que já foi dito, e um terceiro campo abrangendo outros contextos. Há, assim, em português, segundo o autor, três espécies de demonstrativos em comunhão com as duas noções referenciais (dêitica e anafórica):

Indicação no âmbito do falante (uso dêitico) ou do que vai ser dito no contexto (uso anafórico) – *este*;

Indicação no âmbito do ouvinte (uso dêitico) ou do que já foi dito no contexto (uso anafórico) – *esse*;

Indicação de um âmbito exterior ao falante e ao ouvinte (uso dêitico) ou exterior ao contexto em que o pronome se acha (uso anafórico) - *aquela*.

Com referência ao uso fórico, Câmara Jr. nos informa, porém, que a estatística interfere nessa distribuição puramente gramatical das formas, dando-se a substituição de *esse* por *este* e o emprego de *aquela* para uma indicação dentro de um contexto, em que *este/esse* se opõem a

aquele, designando *este/esse* em termos de mais próximo e *aquele* de mais distante. O autor considera que o sistema de demonstrativos do português brasileiro é mais elaborado por ter mais formas (nesse caso três); contudo, ele mostra que o sistema ternário dos demonstrativos deixa de vigorar em função anafórica, pois, a rigor, exhibe um sistema binário, na medida em que desaparece a oposição entre *este* e *esse*, ou antes, *este* é apenas uma forma mais enfática de *esse*. Mas não somente isso, segundo o autor, há uma tendência em reuni-los também em um único campo em oposição a *aquele*, na medida em que se apaga a oposição dêitica situacional entre falante e ouvinte. O que resulta dessa assimilaridade entre *este* e *este* é uma distinção dicotômica entre “perto” e “longe”.

Ainda que haja uma equivalência gramatical entre as formas em questão, no entanto, Câmara Jr. destaca que tais demonstrativos são estilisticamente diversos, como mais enfático e menos enfático, de um lado; e, de outro lado, *aquele*, na base da distinção entre o campo do falante e tudo mais (CÂMARA JR., 1999 [1971], p. 91). Entretanto, a forma de 1ª pessoa *este* não foi banida: seu caráter intensivo se explica por /st/ ser foneticamente mais forte que /s/ (UCHÔA, 2004, p. 169). Como vimos na seção sobre as gramáticas, e comungando com as idéias de Câmara Jr. (UCHÔA, p. 166), o habitual por parte das gramáticas em geral é focar somente no emprego dêitico. Embora a concepção trazida por nossas gramáticas a respeito dos demonstrativos se foque numa abordagem mais próxima da dêitica - os mostrativos passam mais a idéia de linguagem mímica do que a idéia de uma linguagem falada e escrita (NASCENTES, 1931 *apud* UCHÔA, 2004, p. 169). Já a anáfora demonstrativa é imprescindível, uma vez que é usual tanto na

modalidade escrita quanto na oral para localizar o leitor/ouvinte quanto às referências àquilo que já foi ou será dito¹⁴.

Sobre a forma desses pronomes, os demonstrativos portugueses, assumindo uma função substantiva (ocupando a posição de um substantivo elíptico como em *Este que socorrer-lhe não queria*, Lusíadas VI, 48)¹⁵ ou adjetiva (ex.: *Este livro*), apresentam as flexões de gênero e número, com a desinência *-a* conjugada com uma alternância submorfêmica da vogal tônica da raiz (/ê/ para /é/), para o feminino, e, para o plural, a desinência *-s* 1) – *este, esta, estas*; 2) – *esse, essa, esses, essas*; 3) – *aquela, aquela, aqueles, aquelas*). Apresentam, além disso, uma forma do gênero neutro com tema *-o*, em vez de *-e*, correspondendo rigorosamente a nossa concepção moderna de seres inanimados (mas não somente), invariável em número e só de emprego substantivo (1- *isto*, 2- *isso*, 3- *aquilo*); flexionalmente se caracterizam, não fundamentalmente pelo tema particular que apresentam, submorfemicamente, mas por uma alternância da vogal tônica de média para alta (/e/ - /i/), que se pode considerar o verdadeiro morfema do neutro e aparece sem mudança de tema, para os indefinidos, em *tudo* oposto a *todo*.

Com base nos textos de Câmara Jr., existe uma motivação para o fenômeno em variação que seria a distinção que se reduz ao campo de referenciação entre ponto próximo e ponto distante assumido pela função anafórica, vigorando, assim, um sistema dicotômico desses demonstrativos. A oposição estabelecida a rigor é entre *este* e *aquela*

¹⁴ No segundo capítulo trataremos de dêixis e de foricidade.

¹⁵ Câmara Jr. 1986, p. 91.

com o aparecimento de *esse* também, para o ponto próximo, como variante livre¹⁶ (UCHÔA, 2004, p. 167).

Na verdade, o desarranjo entre *esse* e *este* está vinculado a três motivações diversas, segundo Câmara Jr. (2004, 168). A primeira seria a motivação sintática e é da interferência do uso anafórico sobre o uso dêitico; a segunda decorre das estruturas fonológicas análogas das duas formas. De acordo com Câmara Jr. (2004, p. 168), essas duas primeiras motivações seriam destrutivas, no sentido de estarem obliterando distinções gramaticais existentes na língua. A terceira é de natureza semântica, que, ao contrário das duas motivações anteriores, estabelece uma evolução positiva, pois envolve uma reformulação no âmbito das categorias gramaticais. Assim, substitui-se um sistema demonstrativo complexo, herdado do latim, por outro mais simples, conforme o que já predomina na área lingüística ocidental, como o inglês e o alemão, por exemplo.

No que diz respeito à primeira motivação, Câmara Jr. nos mostra que o sistema tripartido não vigora na função anafórica. Como posto anteriormente, o que acontece é a distinção entre *ponto próximo* e *ponto distante* no contexto básico. Comprova-se isso a partir da tradição escrita e de textos literários usados como exemplos em nossas gramáticas tradicionais. No uso oral brasileiro dos demonstrativos anafóricos, observando-se as pesquisas realizadas com base na fala culta do Rio de Janeiro e de São Paulo¹⁷, *esse* predomina sobre o *este*. Esse sistema tripartido na função anafórica tanto na modalidade escrita

¹⁶ Temos que considerar que a idéia de variação livre deve ser abandonada em favor da hipótese de que toda variação lingüística é condicionada por fatores estruturais e/ ou fatores sociais (MONTEIRO, 2000, p.64).

¹⁷ Veremos essas pesquisas nas seções posteriores

quanto na oral tende a desarranjar a distinção entre os três demonstrativos que, transpassado o contexto lingüístico, atinge o espaço. Nas palavras de Câmara Jr. “é uma influência que poderia ser accidental, mas ganha volume e consistência por causa da deriva imanente no sentido de um sistema bipartido geral” (UCHÔA, 2004, P.167).

Contrariamente, Fiorin (2005) questiona essa motivação tomada por Câmara Jr. Em primeiro lugar, Fiorin não acredita que as gramáticas tradicionais tenham muito de convencional: *aquele* marca o que foi dito há algum tempo (portanto, um momento que não equivale àquele da enunciação) ou num outro contexto (fora do contexto da enunciação), porque seu valor dêitico básico é situar fora da cena enunciativa. O *esse* assinala o que acabou de ser dito, porque isso está ainda na situação de enunciação, mas já tendo sido recebido pelo enunciatário, pertence já ao seu espaço. *Este* tem função catafórica, porque, anunciando o que será dito, indica algo que está ainda apenas no espaço do enunciador. A perda de distinção entre *este* e *esse*, em função dêitica situacional, na ótica de Fiorin, é que ocasiona uma neutralização da oposição *este/esse* em função anafórica.

Em segundo lugar, Fiorin afirma que há casos em que a distinção entre os demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas ainda é bem marcado, no qual dificilmente *esse* ocupa o lugar de *este*. Seria o caso de anáfora já citado acima, de quando dois termos são retomados, *este* retoma o mais próximo e *aquele*, o mais distante. Para tanto, Fiorin (2006) exhibe exemplos da literatura brasileira clássica:

- (5) O resto é saber se a Capitu da praia da Glória já estava dentro da de Mata-Cavalos, ou se *esta* foi mudada *naquela* por efeito de algum incidente.

Outro caso, segundo o autor, seria quando se emprega a oposição *este/aquele* separada por *ou*, para indicar uma alternativa entre duas escolhas, ou em sucessão ou unidas pela copulativa *e*, para marcar uma série, como em:

- (6) Ninguém conseguia entender como ela sabia indicar qual o sapato ou a bolsa que ia melhor com *este* ou *aquele* vestido.

Entretanto, não achamos que neste último caso seja categórico o uso do demonstrativo de 1ª pessoa.

No que diz respeito à segunda motivação, de Câmara Jr., a semelhança fonético-fonológica que há entre os demonstrativos *esse* e *este*, leva a crer que na língua oral do Brasil a mudança poderia se firmar. Ao observar esses dois pronomes, percebemos que a diferença se resume num grupo consonântico /st/ diante de um simples /s/, como podemos notar na explicação de Câmara Jr. (UCHÔA, 2004, p. 168): “[...] Numa das formas há duas consoantes homorgânicas, pela articulação bucal anterior, uma oclusiva e outra fricativa, enquanto na outra forma se repete a mesma fricativa.”

Entretanto, a opinião de Câmara Jr. é a de que, em tal ambiente, a assimilação de /t/ > /s/ só se dá na subclasse dos demonstrativos, entre formas como *deste* > *desse*. Ou seja, não é algo comum, mas sim uma mudança fonética restrita a essa subclasse gramatical. Como são dois demonstrativos de pronúncia semelhante, e há advérbios locativos para ajudar a estabelecer a distinção, é mais fácil para o usuário da língua a utilização de uma única forma para dois usos. Nem sempre é necessário

fazer uso dos reforçadores adverbiais para desambigüizar. Mesmo assim, o autor acredita que a contaminação determina a possível troca de *este* por *esse*.

O sistema tripartido, fundamentado na oposição falante/ouvinte, no entanto, perde a rigor seu sentido (cf. CÂMARA JR, 1999, p. 123). O que se cria então, na realidade, é a oposição entre âmbito contextual do momento da comunicação e quaisquer outros anteriores ou posteriores, de que o falante se acha atualmente afastado. Em outros termos, a série *este:esse:aquele* se reduz a outra *este/esse: aquele*, do tipo bipartido italiano, romeno ou inglês. Há assim uma discrepância entre sistema tricotômico canônico dos demonstrativos na e o sistema bipartido usual. A língua escrita normativa, tanto em Portugal como no Brasil, procura, apesar de tudo, manter a distinção entre *este* e *esse* para referências dentro da estrutura sintático-discursiva do texto. Mas a regra, que criou para tal fim, de se empregar *esse* para o que acaba de ser dito, e *este* para o que vai ser dito em seguimento, é uma convenção fora da realidade lingüística e não rigorosamente obedecida. Câmara Jr. (UCHÔA, 2004, p. 167) esclarece que, em território brasileiro, os demonstrativos assumem uma outra roupagem, bem como as línguas européias na América, ao apresentar uma dinâmica maior e uma maior sensibilidade a certas tendências inovadoras.

De um lado, o sistema dos mostrativos sofre pressões de uso para a simplificação do mesmo, e de outro, uma força conservadora insiste em manter um sistema tradicional. Nesse sentido, a língua reluta, em regra, a abandonar qualquer de suas riquezas expressivas, mesmo quando ela pareça excessiva. A língua

obedece a um princípio da compensação estrutural: “à proporção que cresce o grau de apagamento de um traço significativo da língua, eleva-se também a frequência de traços que redundantemente mantém esse significado” (MONTEIRO, 2000, p.121). Para tal, o sistema tricotômico se recria quando os locativos se combinam com os demonstrativos, de forma que o sentido destes se reafirma com a presença daqueles (*esse* aqui, *esse* aí; *este* aqui, *este* aí em oposição a *aquela*). Vale ressaltar o que foi afirmado por Azeredo (2008) quanto a essa combinação a qual seria própria da conversação. Nesse sentido, há no sistema oral espontâneo uma relação assimétrica entre o novo sistema bipartido dos demonstrativos e o inalterado sistema dos locativos em função adverbial.

Câmara Jr. (UCHÔA, 2004, p. 169) evidencia que a distinção entre 1ª e 2ª pessoas do discurso, perdida entre os demonstrativos, não se efetivou entre os locativos paralelos, *aqui-aí-ali*, que apresentam uma distinção fonológica bem marcada /k/ - zero - /l/ entre vogais. Dessa maneira, *aqui* se refere em absoluto ao campo do falante; *aí* ao campo do ouvinte; e *ali* (ou para maior afastamento lá) em um eixo externo ao campo falante-ouvinte. A conservação desse sistema tripartido dos locativos contribui substancialmente para a correção da perda de distinção entre a 1ª e a 2ª pessoa, instaurando o novo sistema dos demonstrativos. Nessas circunstâncias, *esse aqui* e *esse aí* recriam o sistema tripartido em face de *aquela ali* (UCHÔA, 2004, p.169).

Mesmo com muitas pesquisas lingüísticas, os estudos ainda não chegaram às escolas brasileiras as quais ainda se pautam na manutenção de um padrão lingüístico ideal avesso às normas reais de

comportamento lingüístico. Coseriu (*apud* LUCCHESI, 2002, p. 69) rejeita totalmente a antinomia saussuriana que opõe língua e fala, sendo que língua para Saussure é o sistema estático abstrato sem interferência da fala. Para Coseriu, a língua sofre interferência da fala e vice-versa, havendo entre elas um nível de abstração intermediário entre esses dois pontos. Vemos que o tratamento dado aos pronomes demonstrativos pela gramática normativo-prescritiva se distâcia do comportamento real desses pronomes.

1.3.2 Os demonstrativos e os estudos sociolingüísticos

Nesta seção, abordaremos trabalhos que tratam principalmente da variação dos demonstrativos *este* e *esse*, dentro do aparato da teoria da variação e mudança lingüística. Traremos discussões especialmente de Cid et al (1986), Castilho (1993) e Roncarati (2003).

O artigo de Cid *et al.* (1986) apresenta uma análise preliminar dos usos dos demonstrativos *este* e *esse* na fala culta carioca. Para tanto, foram verificadas as ocorrências dos referidos pronomes em 16 gravações de elocuições de arquivos sonoros do NURC do RJ. O resultado da análise desse artigo foi confrontado com o resultado da análise dos dados do projeto NURC de SP.

Para o início da análise, as autoras citam uma observação de Nascentes (1953 *apud* CID *et al.*, 1986, p. 195), a qual afirma que *este* e *esse* são usados para designar o que está perto, chegando a ser possível confirmar isso em texto de autores menos formalistas. Conseqüentemente, Nascentes afirma ser dispensável um sistema tricotômico, pelo fato de, segundo ele, já ser bem eficiente um

demonstrativo designando o que está perto (*este* ou *esse*) e outro, o que está longe (*aquele*). Nesse sentido, observa-se que, durante a elocução oral, a distinção de 1ª e 2ª pessoas se faz mediante gestos que acompanham os demonstrativos dêiticos, dispensado o sistema ternário. Segundo Cid *et al.* (1986), outros estudiosos vêem que o sistema de demonstrativo centrado na distinção entre um ponto-proximal e um ponto-distal já é satisfatório. Lapa (1953 *apud* CID *et al.* 1986, p. 197) afirma que as 1ª e 2ª pessoas se distinguem mediante diferenças estilísticas. Em seu texto, as autoras mostram que Nascentes, Lapa, Teyssier e Câmara Jr. (CID *et al.* 1986, p. 198) estão em concordância quanto à possibilidade de variação entre os dois pronomes (*este* e *esse*), afirmando-se que eles se equivalem gramaticalmente, mas são estilisticamente diversos. Como vimos na seção sobre Câmara Jr, em função anafórica o sistema tricotômico perde sua razão de ser.

Para a análise dos dados do projeto NURC do RJ, foram verificadas dezesseis gravações, sendo:

a) doze diálogos entre informante e documentador, divididos em dois grupos que versaram sobre dois assuntos: seis sobre Instituições (Ensino, Igreja); e seis sobre capital (Dinheiro, Banco, Bolsas, Finanças);

b) dois diálogos entre dois informantes versando sobre Profissões e Ofícios;

c) e duas elocuições formais: uma versando sobre o Direito do Trabalho; e outra versando sobre Redação e Criatividade.

Essas três entrevistas acima representam a variável de registro, segundo as autoras: os dois primeiros grupos (D1D e D2) retratam uma fala familiar, menos monitorada, à medida que o último grupo (EF)

retrata uma fala mais refinada. Além da variável acima, outras variáveis foram controladas: a variável temática (assunto discutido) e as variáveis sociais sexo e faixa etária (25 a 35 anos; 36 a 55 anos; e 56 anos em diante).

O resultado preliminar da análise quanto à frequência do demonstrativo de 2ª pessoa mostrou que os temas *Instituições* e *Dinheiro* propiciam mais o uso desses demonstrativos. Além disso, o maior uso deles foi em função anafórica, para referência ao que foi dito (do total de 615 ocorrências, 543 são referentes a esse uso). O *este* foi usado 59 vezes, ao passo que o *esse* apareceu 484 vezes num total de 527 ocorrências. Dentre os dados há um predomínio, na linguagem coloquial, de anáfora como pronome adjetivo acompanhado do item lexical mencionado e, sobretudo, a que as autoras chamam de anáfora difusa¹⁸.

As autoras ainda citam sobre uma pesquisa feita sobre o comportamento dos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas na língua falada de São Paulo realizada através de inquéritos, orientada por Ataliba Castilho, percebeu-se que dentre as 177 ocorrências dos demonstrativos, o uso anafórico predominou sobre o uso catafórico e a dêixis e também nessa cidade, tal como no Rio de Janeiro, a fala culta revelou tendência ao predomínio de *esse* sobre *este*. No caso de *este* em função anafórica, a ocorrência é para retomar referentes próximos. Das duas elocuições formais, em uma delas houve maior uso de *este*, no entanto, isso se explica pelo fato de a entrevistada ser uma professora de Língua Portuguesa que apresentou domínio do sistema tricotômico. Na outra entrevista, o emprego de *este* e *esse* se manteve equilibrado. Das

¹⁸ A anáfora difusa pode ser vista neste exemplo: O carro dele é vermelho, o *meu* é verde.

entrevistas examinadas, duas delas indicam forte predomínio do *esse* sobre o *este*.

As autoras destacam que em uma das entrevistas menos monitoradas (DID), há um forte índice de *esse* sobre *este*, de modo que não há sequer um uso de *este*. Segundo as autoras, essas entrevistas proporcionaram um ambiente mais subjetivista e memorialista, com uso do pretérito e pela exposição de atitudes afetivas do tipo agrado/desagrado, interesse/desinteresse. Desse modo, uma atitude de desinteresse ou desagrado por parte do informante para com algo pode ter sido expressado pelo uso majoritário do demonstrativo de 2ª pessoa ao invés do de 1ª (CUNHA, 1992, p. 324). Seria o que Câmara Jr. nomeou de variação estilística.

Outro trabalho sobre os demonstrativos que se destaca é o de Castilho (1993). Partindo das propostas de Rodrigues (1978), o autor argumenta em seu texto que os pronomes *ele* e *o*, o artigo definido *o*, os pronomes demonstrativos *o*, *este*, *aquele*, *isto*, *isso*, *aquilo* compartilham propriedades sintático-semânticas comuns tais que nos permitem ordená-las numa classe única, que é por ele denominada de mostrativos. A partir desse rótulo, o autor irá enfatizar as propriedades semânticas básicas dos demonstrativos: a de retomar conteúdos e indicar a posição espacial, temporal ou textual ocupada pelo referente. Castilho pontua que os mostrativos compreendem as formas tônicas - (i) *ele*; (ii) *este*, *esse*, *aquele*, *isto*, *isso*, *aquilo*; (iii) *aqui*, *ali*, *lá* -; e as formas átonas (iv) *o*, clítico nominal ou clítico verbal. Em sua pesquisa, o linguista se concentra nas formas tônicas de (ii) e apresenta um roteiro de questões semânticas e sintáticas que deveriam ser consideradas na descrição desses demonstrativos.

Para uma melhor compreensão dessa subclasse, Castilho esclarece sobre as noções de foricidade e dêixis intrínsecas às formas demonstrativas. Ao invés de usar o termo *referência* o autor preferiu usar o termo *foricidade*, porque o sentido daquele não está muito bem assegurado nos textos modernos, nos quais esse termo oscila entre (a) um processo de designação, no qual a um significante corresponde um referente (DUCROT, 1972; LYONS, 1977 *apud* CASTILHO, 1993, p. 122); e (b) os processos de retomada de conteúdos (LYONS, 1997 *apud* CASTILHO, 1993, p. 122).

Castilho deu preferência ao termo foricidade, entendendo-o como designativo de um processo fundamentalmente semântico-textual de retomada de conteúdos verbais já mencionados no texto ou continuados na situação da fala, trazendo-os a nossa lembrança. Nesses termos, a retomada de conteúdos verbalizados faz-se por meio de artigo e de pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos e relativos), que na Antiguidade Clássica não vinham distinguidos dessa forma. De todo modo, pode-se dizer que essas palavras atuam como verdadeiros *operadores fóricos*. Para que o leitor pudesse compreender melhor, o lingüista se aprofunda no processo de foricidade. Nesse sentido, o autor lança mão da obra de Halliday e Hasan (1976 *apud* CASTILHO, 1993, p. 123), mais precisamente de um capítulo sobre referência em que tais autores distinguem três tipos de referência:

- uma referência pessoal, que retoma a situação da fala através da categoria de pessoa, indicada pelos pronomes pessoais e possessivos;

- uma referência demonstrativa, que retoma entidades mencionadas no discurso, localizando-as no espaço e no tempo, indicada pelos artigos, demonstrativos e os advérbios de lugar e tempo;

- uma referência comparativa, que retoma entidades promovendo uma comparação implícita entre elas, indicada pelos identificadores *assim, como, tal*.

Há também a especificação dos conteúdos verbalizados no discurso (no discurso anterior, ou anáfora e no discurso posterior, ou catáfora) a chamada referência endofórica; e a exofórica, quando há a remissão a conteúdos não-verbalizados, mas presentes na situação discursiva.

Entretanto, falar dos processos anafórico e dêitico, considerando as referências endofórica e exofórica não é tão simples assim. E isso tem a ver com a designação que esses processos foram agregando com o passar do tempo, desde sua origem. Em seus estudos, Castilho percebeu que há uma diferença entre *retomar* e *indicar*. é muito complexo tentar separar os processos de retomada e indicação, de anáfora e dêixis, pois esses processos perpassam um pelo outro.

Centrando-se nos demonstrativos do tipo (2) supracitado, o autor fez a busca dos dados no Projeto de Gramática do Português Falado em que se apuraram 91 ocorrências assim distribuídas:

TABELA 1: Frequência de uso dos demonstrativos

Frequência de usos		
Este 12/91 – 13%	Esse 53/91 – 58%	Aquele 26/91 – 29%

(Fonte: CASTILHO, 1993, p. 127)

Conforme as observações feitas por Castilho, deve-se mudar o olhar que as gramáticas tradicionais direcionam para os demonstrativos. Primeiramente, esses pronomes não são exclusivamente dêiticos. Em

segundo lugar, *este*, *esse* e *aquela* não correspondem exatamente à 1ª, 2ª e 3ª pessoa, respectivamente.

Castilho (1993) retoma um trabalho que escreveu em 1978, em que mostra materiais do projeto NURC/SP em que o uso fórico ultrapassou o dêitico, numa proporção de 73,4% para 8,9%, sendo distribuídos 17,7% por outros usos¹⁹. Afirma que o papel semântico mais notável desta subclasse é o de retomar idéias já mencionadas (função fórica). Nessa função, os demonstrativos ultrapassam o limite da sentença. Além disso, ele informa que, dentro de um Sintagma Nominal (SN), a maior ocorrência, 67%, é desse pronome na margem esquerda do SN. Há apenas 8% de usos nucleares e 25% de ocorrências na margem direita.

Mesmo com esse resultado, Castilho assevera que seria precipitado concluir que o sistema ternário dos demonstrativos estaria fadado ao desaparecimento, pois na língua, quando se configuram algumas necessidades dêiticas, esse sistema reaparece com o auxílio dos locativos. Esses combinam-se com os mostrativos de formas muito distintas: após o nome, se o mostrativo figura como determinante (essa peça *aí*); após o mostrativo, se este figura como núcleo do SN (esse *daí*); e fora do SN (*aquela* teatro que tem *lá*), mas com seu circunstanciador, relacionado com o adjunto adverbial. Já entre os demonstrativos neutros, há um maior emprego da forma *isso* (67%), enquanto que *isto* quase desaparece (4%), o mesmo se pode dizer de *aquilo* (6%). Os outros 23% foi de uso do *o* como demonstrativo. Ainda sobre o demonstrativo neutro de 2ª pessoa, segundo o autor, esse assume a propriedade semântica em que, além de constituintes, períodos

¹⁹ Como vimos, isso se comprovou também na pesquisa de Cid, Costa e Oliveira, 1986.

inteiros são retomados. Há ainda a ocorrência desses demonstrativos sem nenhuma ligação argumental com o verbo, constituindo um SN solto, como em (CASTILHO, 1993, p. 137):

- (7) “levanta que hoje não tem aula, podemos brincar” (...) *isso*, com cinco anos.

Segundo Castilho, seria uma contextualização do que foi dito anteriormente, varrendo anaforicamente uma área enorme. Ademais, juntamente com o pronome indefinido *tudo*, o demonstrativo *isso* funciona como a expressão “essas coisas” selecionando a totalidade dos elementos, que compõem esse conjunto. Ao se referir a uma porção textual, veicula um sentido resumitivo, ou sintético, daquilo a que se faz referência. O quantificador *tudo* reforça o sentido de resumo, incluindo coisas que não foram ditas antes.

Apareceram com freqüência os dois casos acima nos dados que analisamos nesta pesquisa, principalmente no que diz respeito aos dois casos citados no parágrafo anterior, porém consideramos como sendo formas fixas, pois ocorreram em quase 100% dos casos com o pronome demonstrativo neutro de 2ª pessoa, não apresentando variação.

O terceiro trabalho que será aqui resenhado é de Roncarati (2003). Em seu estudo, Roncarati (2003) averigua a questão dos valores *default*²⁰ dos mostrativos e sua correlação com os domínios referenciais, ou seja, um estudo que abarca a natureza estrutural e funcional variável

²⁰ Segundo a autora (RONCARATI, 2003, p. 139), os valores *default* dos demonstrativos se referem às suas propriedades semânticas básicas, que configuram o seguinte espaço distribucional: *este/isto* (e suas flexões), pronomes de 1ª pessoa, referem-se diretamente ao falante, designando situação próxima e/ou referente presente no momento da enunciação e no tempo real; *esse/isso* (e suas flexões), pronomes de 2ª pessoa, referem-se diretamente ao ouvinte, designando operação intermediária ou distante e tempo passado ou futuro pouco distante.

dos mostrativos. Os motivos pelos quais a autora investiga os mostrativos são dois: o primeiro diz respeito à estreita conexão entre as faces dêitica e fórica e os princípios atuantes em domínios referenciais; e o segundo motivo está relacionado ao interesse que as formas pronominais despertam enquanto estratégias possibilitadoras de compreensão textual. Ainda, Roncarati (2003, p.139) tece considerações acerca do estatuto referencial da dêixis, pois ela acredita que os “fatores reguladores de usos de expressões dêiticas estão estreitamente veiculados a pressões que atuam na esfera do discurso e da cognição”, como ela mostra adiante.

Os resultados levam em conta uma descrição de mudança em tempo aparente e mudança em tempo real de curta duração. Sabe-se que a *mudança em tempo aparente* consiste em observar o comportamento de uma variável entre faixas etárias distintas. Já a *mudança em tempo real de curta duração* tem por objetivo verificar a direcionalidade de processos variáveis em uma língua em espaços de tempo reduzidos. Uma das formas mais seguras de se trabalhar com a *mudança em tempo real* é através da comparação de amostras distintas de uma mesma comunidade - *Estudo de Tendência* -, e dos mesmos indivíduos em dois pontos separados por um intervalo de tempo - *Estudo de Painel*. A vantagem desses dois tipos de estudo é possibilitar o confronto entre duas sincronias do mesmo foco geográfico (DUARTE e PAIVA, 2004, p.186).

Tais resultados reforçam a idéia de que, no PB falado, há uma propensão para se substituir as formas de 1ª pessoa (*este, isto*) pelas formas de 2ª pessoa (*esse, isso*). A autora cita Câmara Jr. (1979, *apud* RONCARATI, 2003, p. 140), no tocante à redução do sistema

tricotômico dos demonstrativos para um sistema dicotômico, à medida que se perde a distinção entre a 1ª e a 2ª pessoa, passando a se equivalerem gramaticalmente. A autora, também, faz menção ao trabalho de pesquisa sobre os mostrativos de Cid, Costa e Oliveira (1986, *apud* RONCARATI, 2003, p. 141), o qual explicita o uso majoritário do *esse* tanto na fala carioca (91,8%) quanto na pesquisa feita com o *corpus* do NURC/SP (58%), realizada por Castilho (1993).

A análise dos dados atesta essa tendência e, por conseguinte, uma reconfiguração dos domínios de referência dos demonstrativos neutros e não neutros de 1ª e 2ª pessoas com inevitável perda do valor *default* de referência centrada na 1ª pessoa e no contexto lingüístico imediato. Segunda a autora, a fala carioca, em conformidade com o comportamento dos indivíduos e da comunidade como um todo, comprova uma das direções de mudança possíveis no sistema dos demonstrativos: a passagem de um sistema ternário para um sistema binário. Nessa direção, Roncarati advoga, a partir das trajetórias individuais e da comunidade, que na fala a distinção de referência entre os mostrativos de 1ª e 2ª pessoas é bem menor ao exibir a baixa ocorrência das formas *este* e *isto* nos dados.

A amostra do tipo painel apresenta dados de dois períodos: uma amostra da década de 1980 e uma de 2000 (doravante Amostras 80 (I) e 00 (I)). Na Amostra 80 (I), não há registro da forma neutra *isto*; a Amostra 00 (I) exibe apenas duas ocorrências de um mesmo falante de 48 anos. Sobre a forma não neutra *este* (e suas flexões), na Amostra 80 (I), observaram-se sete ocorrências na fala de um único informante de 52 anos, enquanto que, na Amostra 00 (I), todos os casos de *este* aparecem na fala de informantes acima de 40 anos. Ademais, o uso do

demonstrativo de 1ª pessoa do discurso ao aparecer sinalizava ênfase e/ou especificação. O índice dos demais demonstrativos apresentou-se estável.

Passados quase vinte anos, a Amostra 00 (I) revelou que as formas neutras e não neutras de 2ª pessoa (*isso* e *esse*) apresentam frequência maior entre os recontatos mais jovens e regride nos de mais idade. Similarmente, o demonstrativo de 3ª pessoa (*aquele*) avança na faixa inicial e recua entre os de mais idade. Já os índices do demonstrativo neutro de 3ª pessoa (*aquilo*) se multiplicam nos recontatos mais jovens e se mantêm estáveis em outras faixas etárias.

Na tabela abaixo observaremos que o uso dos demonstrativos neutros e não neutros de 2ª pessoa são os mais expressivos nas duas amostras do estudo de painel:

TABELA 2: Distribuição dos mostrativos no estudo de painel

	Não-neutro			Neutro		
	ESTE	ESSE	AQUELE	ISTO	ISSO	AQUILO
Amostra 80(I) N= 1556	11 0,70%	664 42,67%	350 22,49%	- -	449 28,85%	82 5,26%
Amostra 00(I) N= 2058	4 0,19%	823 39,99%	413 20,06%	2 0,09%	662 32,16%	154 7,48%

(Fonte: RONCARATI, 2003, p. 143)

Roncarati informa que o emprego de *esse*, o mostrativo mais freqüente, aumenta nos falantes recontatados mais jovens, recuando ligeiramente nos de mais idade. O uso de *isso*, segundo maior índice dos *corpora* também aumenta na faixa dos recontatos mais jovens. De acordo com a autora, o comportamento dos indivíduos poderia estar revelando interessante quadro de tensão: instabilidade nos mais jovens e

estabilidade nos falantes de mais idade. Com base na Amostra 00 (I), a autora afirmou que o emprego do *esse* revelou um aumento nos falantes mais jovens, recuando ligeiramente nos de mais idade²¹. As formas de 1ª pessoa são utilizadas em casos específicos relacionados à ênfase, por exemplo, com ocorrências freqüentes na fala dos mais velhos.

O estudo de tendência compreende também Amostras de 1980 e 2000 (doravante 80 (C) e 00 (C)). Nesse estudo, os índices dos mostrativos encontram-se muito próximos, assinalando quadro de estabilidade na comunidade como um todo. Em contraposição aos dados do estudo de painel, no caso dos demonstrativos *esse* e *isso*, a freqüência é menor nas idades iniciais (7 a 14 anos). Nas duas amostras, o uso do demonstrativo variável *esse* e do neutro *isso* é muito maior que o uso dos demonstrativos *este* e, na amostra de 80(C), não houve sequer uma única ocorrência do demonstrativo neutro de 1ª pessoa *isto*. Na amostra de 00(C), a primazia do demonstrativo de 2ª pessoa sobre o de 1ª permanece, com algumas ocorrências de *este* e *isto*.

Roncarati exhibe uma tabela que mostra a convergência entre o comportamento do indivíduo e o da comunidade, vejamos:

TABELA 3: Distribuição dos demonstrativos nas amostras analisadas

PAINEL	ESTE	ESSE	AQUELE	ISTO	ISSO	AQUILO
Amostra 80(I)	0,70%	42,67%	22,49%	-	28,85%	5,26%
Amostra 00(I)	0,19%	39,99%	20,06%	0,09%	32,16%	7,48%
TENDÊNCIA	ESTE	ESSE	AQUELE	ISTO	ISSO	AQUILO

²¹ Embora a autora afirme isso, tal informação não ficou explícita em suas tabelas.

Amostra80(C)	0,17%	42,35%	21,22%	-	30,05%	6,18%
Amostra00(C)	0,20%	39,88%	13,29%	0,06%	40,85%	5,67%

(Fonte: RONCARATI, 2003, p. 144)

As trajetórias do indivíduo e da comunidade revelam que as formas de 1ª pessoa, *este* e *isto* são menos frequentes. Segundo a autora, quando esses demonstrativos aparecem, se restringem às falas de informantes de mais idade e em contextos discursivo-pragmáticos específicos (ênfase, focalização de constituintes, atitude subjetiva do falante, reorientação dêitica e catáfora inferível). O único registro de *este* entre os mais jovens foi observado em uma entrevista, mas por ocasião de um discurso citado (fazia parte de uma antiga canção).

Associado à implementação de um sistema dicotômico, aparece um reforço via advérbio dêitico ou um mecanismo compensatório que, segundo a autora, é um recurso empregado pelo falante a fim de especificar o *status* discursivo dos referentes. Tal medida pode assinalar uma tentativa de se restabelecer o sistema tricotômico. Esse mecanismo se restringe, no entanto, a contextos particularizados. Roncarati controlou os advérbios dêíticos (*esse aqui* por *este*), modalizadores/aspectualizadores (*isso muito*, *isso assim*) e quantificadores (*esses troço tudo*, *isso tudo*), por considerar que esses sejam reforçadores mais produtivos. Os resultados relativos concernentes ao estudo de painel e de tendência mostraram que a reposição do sistema ternário se dá por meio da combinatória com o advérbio dêitico reforçador e, em menor escala, com os modalizadores e os quantificadores. O comportamento lingüístico dos indivíduos evidenciou que o uso do advérbio dêitico reforçador é estável. Em contrapartida, o comportamento da comunidade

exibiu uma redução desse mecanismo compensatório no sistema como um todo: na Amostra 00 (C), há uma diminuição bastante expressiva do dêitico; uma redução pela metade do percentual da combinatória com o quantificador e um pequeno aumento da combinação com o modalizador.

TABELA 4: Mecanismo compensatório no estudo de painel

	Amostra 80 (I)	Amostra 00 (I)
S/combinção	1332/1541= 86,43%	1718/1932 = 88,92%
Dêiticos	135/1541= 8,76%	152/1932 = 7,86%
Modalizadores	22/1541= 1,42%	26/1932 = 1,34%
Quantificadores	52/1541= 3,37%	36/1932 = 1,86%

(Fonte: RONCARATI, 2003, p. 145, grifo nosso)

TABELA 5: Mecanismo compensatório no estudo de tendência

	Amostra 80 (c)	Amostra 00 (c)
S/combinção	3300/4490= 61,13%	2502/2891= 86,54%
Dêiticos	1432/4490= 28,69%	232/2891= 8,02%
Modalizadores	54/4490= 1,20%	72/2891= 2,49%
Quantificadores	204/4490= 4,08%	85/2891= 2,94%

(Fonte: RONCARATI, 2003, p. 145, grifo nosso)

Na tabela 5 vemos que, sem a combinação com outros elementos a ocorrência de demonstrativos é maior. Dos três mecanismos compensatórios, o uso do dêitico é o maior. Já na tabela 6, no Estudo de Tendência, o uso do dêitico cai pela metade, ao passo que os modalizadores duplicam sua ocorrência no recontato com a comunidade. Todavia, os resultados mostram que o advérbio reforçador vem sendo usado. Veremos posteriormente como ele se apresenta em nossos dados.

Outro ponto que Roncarati abarca em sua pesquisa é sobre a inexistência de uma autonomia referencial dos demonstrativos. Primeiramente, a autora nos mostra que as propriedades dêiticas e

fóricas dos mostrativos vêm alimentando vivo debate sobre a natureza processual cognitiva e interativa da referencialidade.²² Tal discussão tem como enfoque repensar a noção de dêixis, ao abandonar seu caráter ostensivo que “considera o referente como objeto do mundo e a atividade de referi-lo como um processo de designação extensional de estabelecimento de uma relação biunívoca e especular entre o mundo e a linguagem representacional desse mundo” (RONCARATI, 2003, p. 147). Roncarati prefere adotar no lugar de referência o termo referenciação, pois esta confere uma maior mobilidade à significação lingüística, isto é, concebe a língua como uma atividade negociada e é durante a interação que o sentido se molda.

Assim, a noção de referente ganha uma nova roupagem, refletindo esse processo dinâmico da interação. A partir disso, os valores *default* das expressões dêíticas podem ser alterados conforme o quadro comunicativo em jogo. Tudo isso comprova o caráter não imanente da referenciação dêítica, de modo que os referentes não são apontáveis. Há enunciados em que os referentes vão se confeccionando ao longo da situação discursiva referencial. Há casos em que certos elementos não apresentam nem o mínimo de relação de co-referência, mas, ao longo do jogo comunicativo, vão criando esse elo e se identificam no final do processo. A respeito disso, a autora exemplifica (RONCARATI, 2003, p. 148):

- (8) *Esse* aqui, *isso* aqui, já é o peixe lá na praia, aqui sou eu que estava no barco e apareceu eu todo foi a metade do corpo.

²² A autora cita vários autores que fazem uma discussão sobre essa linha investigativa, como Mondada e Dubois (1995); Mondada (1997); Kleiber *et alli* (1991); Charroles (1994); Rubba (1996); Koch e Marcuschi (1998) e Marcuschi (1993,1998, 1999a, 1999b, 1999c).

Com relação ao exemplo acima, vemos que os referentes são evolutivos, ou seja, as entidades vão se moldando ao longo da situação comunicativa. Seria o que a autora tipifica como atividade de referir-se a Y na condição de X. No que diz respeito à foricidade, tradicionalmente vinculados à função remissiva, explícita ou implícita, de referentes previamente enunciados (anaforização) ou anaforicamente antecipados (cataforização), os dados trazem majoritariamente usos catafóricos confinados a domínios implícitos cuja referenciação extrapola o contexto discursivo prévio imediato.

No estudo de painel, bem como no de tendência, esses foram os casos mais frequentes, com índices estáveis no indivíduo e na comunidade. Dentre os tipos de catáfora, as verificadas por Roncarati foram a *catáfora contrastiva*, a *catáfora apresentativa* (9a), a *catáfora predicativa* (é aquela que ao mesmo tempo em que olha para trás, olha para frente), como em (9b), a *catáfora inferível* e a *catáfora culturalmente compartilhada* (pressupõe um conhecimento situacionalmente evocado). Os dois últimos tipos de catáfora são os de maior incidência nos dados da autora. A *catáfora culturalmente compartilhada*, segundo a autora, pode ser verificada, parcialmente, pelo léxico e pela via memorial enciclopédica. Assim, o referente pode exigir um acesso a um tipo de conhecimento situacionalmente evocado, como em (9c). Há ainda menção a referentes estereotipados como em (9d)²³. Entre os dados, esse tipo de catáfora é o segundo de maior ocorrência. Observe o exemplo retirado de Roncarati (2003, p.149):

²³ Esses casos apareceram em nossos corpora, entretanto, não os separamos como Roncarati fez. Os casos como (9a) e (9b) consideramos como sendo uma catáfora; (9c) como anáfora socialmente compartilhada e quanto aos casos de (9d) não encontramos em nossos dados.

- (9) a. Aí é **aquela** arruaça: é mata, é morre, é, uma bagunça louca.
 b. Falo porque, **essa** pessoa, ela, a Natália, ela é minha amiga do meu colégio da minha sala.
 c. Antigamente usava muito aquele **tablete** de cleibom, lembra?
 d. Eu sou **aquela** tipo de avó.

A mais proeminente entre os dados do estudo de painel e de tendência é a *catáfora inferível* na qual a identidade do referente se mantém indefinida, limitada a um domínio implícito. Não há pistas para que seja executado um processo inferencial, apenas a ligação com o contexto temático em andamento. Roncarati chama a atenção para esse tipo de catáfora por ser ela a “que põe em xeque a noção de que o pronome não tem autonomia referencial: trata-se de um caso em que a competência pronominal para a interpretação fica prejudicada”, como no exemplo a seguir (RONCARATI, 2003, P. 150):

- (10) É. É. É **aquilo** fazendo economia ali, umas economias aqui, um mês tem **isso**, um mês não tem **aquilo**

O uso dos mostrativos fóricos catafóricos se mostrou estável, no estudo de painel, principalmente nas faixas etárias intermediárias e nas de mais idade. No estudo de tendência, na Amostra de 80 (C), os índices de *catáfora culturalmente compartilhada* e *catáfora inferível* mantêm-se estáveis; sendo fato digno de alusão que os percentuais da *catáfora inferível* são os mais elevados.

Há ainda uma abordagem sobre a discursivização no emprego dos mostrativos. Quanto a isso, a autora, baseada nos *corpora* de análise, percebeu que o mostrativo veio perdendo suas propriedades dêiticas e

fóricas. Nessa perspectiva, o mostrativo sofre um processo de ritualização (opacidade de isomorfismo forma-função) e passa, então, a ser utilizado como marcador discursivo (MD) ou como uma expressão dêitica dessemantizada integrando uma cristalizada. Tem-se a exemplo de marcador discursivo o mostrativo *isso* que ocorre como núcleo de SN e núcleo de oração, retomando uma fala anterior do interlocutor e a avalia positivamente, como em (11), retirado de Roncarati (2003, p. 152):

- (11) E: E no caso, você é ... querendo sê uma professora primária, né, como vai fazer o curso normal?/ F: *Isso*, exatamente curso normal.

Já as expressões cristalizadas são aquelas que não admitem alterações de ordem nem inserção de constituintes, como em: *é mole isso, é isso aí, esse lance, que isso, o negócio é esse, comigo não tem isso* etc. Seriam os chamados bordões. No estudo de painel, há uma estabilidade entre os indivíduos, e uma preponderância das *expressões cristalizadas* assinaladoras de enquadre final de sequências narrativas. No estudo de tendência, o uso de *marcadores discursivos* é bastante expressivo tanto na Amostra 80 (C) quanto na Amostra 00 (C). A expressão cristalizada é baixa na primeira Amostra e recua na segunda. Temos que considerar que se trata de dados da fala carioca culta e não vernacular como os dados do Varsul que iremos investigar.

Uma última seção se destina a verificar a distribuição dos mostrativos como estratégia de reativação de itens estocados na memória lexical. Em função dessa busca lexical, os mostrativos apontam problemas de resgate de referentes da memória episódica, onde se armazenam conjuntos de conhecimentos ou informações que

representam o saber compartilhado, como no exemplo (RONCARATI, 2003, p 155):

(12) F: [...] É o que a seguradora ganha do ... da empresa todo mês por segura *aqueles* ... *aquela* ... *aquele* ... *aqueles* segurados, né?

Há também mostrativos que expressam *truncamento* em seqüência em andamento que ficam sem conexão sintática e coesiva:

(13) F: [...] gosta de bacalhau, azeite puro, né? (riso do entrevistador). A não ser *essas coi* ... *esses detalhezinhos*.

Quanto ao mecanismo de reativação de itens estocados na memória lexical por meio dos mostrativos, tem-se que os resultados de estudo de painel confirmam que na Amostra 00 (I), os percentuais duplicam em relação à Amostra de 80 (I): respectivamente 22,73% e 10,20%. O desempenho dos indivíduos exhibe um perfil de instabilidade: há um aumento sensível na faixa etária inicial na Amostra 00 (I), recuo na faixa etária intermediária e uma queda acentuada nos falantes de mais idade. O comportamento da comunidade, no Estudo de Tendência, mostrou que o emprego dos mostrativos como estratégia de busca lexical é estável nas faixas etárias iniciais, mais expressivo na faixa etária de 26 a 49 anos, decaindo após os 50 anos. Quanto aos casos em que os mostrativos expressam truncamento, desarticulando a progressão temática, no estudo de painel há um aumento na faixa etária inicial, recua bastante na intermediária e regride nas mais altas. No estudo de tendência, progride na faixa etária intermediária e esse número cai após os 26 anos.

É interessante notar a expansão do caráter dos demonstrativos dentro de nossa língua, os vários papéis que eles passam a exercer nas instâncias comunicativas, principalmente no que diz respeito a sua natureza funcional. Contudo, neste trabalho, focaremos, principalmente, na sua natureza estrutural variável, ou seja, na reconfiguração paradigmática no sistema dos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, perda de seus valores *default*, em função da perda de referência centrada na pessoa do discurso, e pressionando a implementação de um sistema dicotômico na variedade falada da língua. Em função dessa perda, como vimos ao longo deste capítulo, instala-se um sistema compensatório visando a restabelecer o sistema ternário visivelmente debilitado. De acordo com a pesquisa de Roncarati, os mais jovens são os que mais usam a forma demonstrativa de 2ª pessoa.

1.4 Os demonstrativos na gramática funcional de Moura Neves (2000)

Depois de observarmos como os gramáticos tradicionais encaram os pronomes demonstrativos, e as pesquisas realizadas sobre o uso dos demonstrativos, observamos a forma como uma gramática funcionalista dispõe os demonstrativos em seu manual.

A *Gramática de usos do português*, de Neves (2000), traz uma outra abordagem mais próxima da aplicação dos demonstrativos. Sobre as formas dos demonstrativos, Neves menciona as mesmas apresentadas pelos gramáticos tradicionais analisados anteriormente. No que se refere à posição dos demonstrativos variáveis – *este, esse e aquele* –

segundo a autora, eles podem ocupar a posição: *de determinante de um nome em um Sintagma Nominal* (14a); *de determinante com o sujeito elíptico* (14b); e *na posição de predicativo* (14c)²⁴. Os gramáticos analisados na seção 1.2, com exceção de Cunha (1992), nem hipotetizam a ocorrência de demonstrativos com substantivo elíptico, parecendo que essa subclasse sempre acompanhará um substantivo explícito.

- (14) a. *Este* menino é o tal.
 b. *Essa* era amiga de verdade.
 c. Minha filha é *esta*.

A autora aborda demonstrativos tanto como elementos anafóricos quanto catafóricos, que contribuem para a coesão textual (foricidade) ou para a referenciação geral no espaço (dêixis) durante o qual usamos elementos paralinguísticos. Segundo Neves, os demonstrativos quando usados como referenciadores textuais, a referenciação se faz no contexto *endofórico*; quando empregados como referenciadores situacionais, a referenciação se faz no *exofórico*. O uso *endofórico* está ligado à referenciação que se faz **(a)** a algo ou alguém referido ou sugerido em qualquer porção precedente do texto, a qual citamos anteriormente (*anáfora*²⁵); e **(b)** à referenciação que se faz a uma pessoa ou coisa que a seguir vai ser referida no texto (*catáfora*). O que pudemos notar é que Neves não faz distinção entre o uso de *este* e de *esse*, em seus exemplos, quando exercem a função anafórica, diferentemente de Pereira (1916, p.

²⁴ Controlaremos a posição do determinante demonstrativo se anteposto ou posposto ao núcleo e se seu núcleo é elíptico.

²⁵ O texto traz ainda a informação de que usamos *nisto* e *nisso* significando tempo (= *nesse momento a que se acaba de aludir*). Há ainda as expressões *isto é*, *além disto/disso*, *por isto/isso*, nem *por isto/isso*, usadas anaforicamente, os quais não controlamos.

404), por exemplo. Neves também não faz distinção de pessoa, parecendo que a escolha por um ou outro seja apenas por uma questão estilística.

O demonstrativo variável catafórico, segundo a autora, pode constituir *um aposto* (15a e 15b); uma *oração adjetiva* (16); um *adjunto adnominal* em que o demonstrativo se comporta com um adjetivo (17), ou particípio (18), ou sintagma do tipo de+substantivo (19); um complemento iniciado por *de* seguido de um nome de sentido bem geral, como *essa coisa, esse negócio* etc. (NEVES, 2000, p. 497 a 498). Vejamos os exemplos dos tipos de catáfora acima:

- (15) a. Já viu bobagem **DESTA, chuvarada em julho?**
 b. Agora estou caminhando **NESSE** (sambinha): *Samba da Carne-Seca*.
- (16) Palavreado bom para **ESSES filósofos** franceses *que entram na moda e dela saem ciclicamente*.
- (17) E nós dançamos uma valsa como **AQUELAS antigas**, e eu rodopiava pela rua rindo.
- (18) Daí a necessidade das frases de impacto, como **AQUELAS dirigidas** ao autor de “Vulcão”.
- (19) Nunca mais uma omeletezinha como **AQUELAS de primeira classe** de vôo internacional.

Dos exemplos acima, o (15), (16) e (17) foram os tipos que pudemos encontrar nos nossos *corpora*.

O complemento das expressões [de+substantivo] pode ser representado por uma *oração completiva infinitiva* (20); *um sintagma do tipo de+substantivo* (21); *um enunciado* (22) também como sentido catafórico:

(20) Na minha visão de mundo, eu via competição, eu via *ESSA coisa de você ter que ser mais esperto do que outro*.

(21) O menino tem queda para *ESSE negócio de pouca roupa* não dá futuro

(22) *Essa coisa de Viva Brasil!* me cansa.

Nossos dados também apresentaram esses tipos de ocorrência.

Muitas vezes, os referentes ou períodos que os demonstrativos localizam não foram mencionados no contexto precedente, pois a informação que aparece ao lado do demonstrativo, aparentemente como uma informação nova, faz parte de um conhecimento socialmente compartilhado entre os interlocutores. Dessa forma, “um sujeito ao enunciar presume uma espécie de *ritual social da linguagem* implícito, partilhado pelos interlocutores” (MAINGUENEAU, 1989, p. 30). Dessa forma, embora a informação venha depois, ela já não é exclusivamente nova, pois as informações já são anteriores ao ato de fala ou ao contexto lingüístico. Nesse sentido, a noção de catáfora não se limita a apontar um referente preciso e nem sempre necessariamente novo, representando assim a catáfora socialmente compartilhada.

Ainda, segundo Neves, quanto ao recurso fórico por meio dos demonstrativos, vemos que eles funcionam como organizadores do espaço textual (coesão), fazendo-se referência textual por meio do *esse*, *este* e *aquela*, opondo em especial *este* e *aquela*. Bem como expõem os gramáticos tradicionais, dentro do corpo textual, se houver mais de um nome antecedente, a referência com *este* seleciona o elemento mais próximo, o que não significa que o antecedente de *este* anafórico esteja

próximo dele. Por outro lado, a referência de *aquele* seleciona o elemento mais distante.

Quanto aos demonstrativos de uso exofórico empregados como referenciadores situacionais, Neves mostra que cada uma das três formas variáveis se refere às pessoas do discurso. Tal relação, segundo a autora, evidencia-se quando os mostrativos são agregados a advérbios pronominais de lugar (*este aqui, esse aqui, aquele lá* ou *este menino aqui, esse menino aqui, aquele menino*). Primeiramente, a autora mostra os advérbios acompanhando os demonstrativos de acordo com a pessoa do discurso a que esses denominavam (*este aqui; esse aí; aquele lá*). Entretanto, Neves (2000, p. 501) não é inflexível diante da possível ligação de advérbios de 1ª pessoa com os demonstrativos de 2ª pessoa ou vice-versa, como postulam os gramáticos tradicionais; para ela o lugar do discurso pode ser um *aqui* compartilhado entre duas pessoas do discurso, caso em que *este* e *esse* podem se alternar: *esse pessoal **daqui** fala demais; estas ondas **aqui**, olhe **aqui**, estas mais gordinhas **aqui**, que dão **essa** achatadazina, etc.*

Há formas preposicionadas com os demonstrativos *isto* e *isso* usadas muito comumente em referência anafórica como *além disso/disto, isto é, por isso/isto, nem por isso/isto*²⁶. No quadro a seguir, acompanharemos um resumo das noções de Neves a respeito dos demonstrativos, considerando que os demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas que, ao se equivalerem discursiva e gramaticalmente, se distinguem da forma da 3ª pessoa, *aquele*:

²⁶ Tais expressões não foram consideradas em nossa pesquisa, pois além de ser imperial o uso dos demonstrativos neutros de 2ª pessoa, eles acabaram se tornando conectivos perdendo seu sentido inicial. Ou seja, ele não é exclusivamente anafórico, bem como colocou Cunha (1992).

QUADRO 2: Propriedade dos demonstrativos segundo a gramática de usos de Moura Neves (2000)

Mostrativos	Pessoa do discurso	Situação no discurso	Representação do espaço no discurso	Representação do tempo no discurso
ESTE	Refere-se mais diretamente ao falante (1ª pessoa)	Inclui-se na situação do discurso, posicionando-se em seu tempo (<i>agora</i>) e seu lugar (<i>aqui</i>)	Indica proximidade espacial do falante ou relação corporal com ele	O efeito pode ser temporal e espacial ao mesmo tempo. Nessa ligação temporal com o falante, pode haver uma projeção para o <i>passado</i> e para o <i>futuro</i> ²⁷
ESSE	Refere-se mais diretamente ao ouvinte (2ª pessoa)	Inclui-se na situação do discurso (o lugar é <i>ali</i>)	Indica proximidade espacial do ouvinte	Indica proximidade temporal do momento da fala (inclui o ouvinte) Nessa ligação temporal com o falante, pode haver uma projeção para o <i>passado</i> e para o <i>futuro</i> ²⁸
AQUELE	Não se refere ao falante, mas a algo que não constitui pessoa do discurso, uma não pessoa (equivale a 3ª pessoa)	A referência com <i>aquele</i> pode remeter a algo que esteja na própria situação de fala, mas nunca indica proximidade das pessoas do discurso (o lugar é <i>lá, ali</i>)	Referindo-se à não-pessoa do discurso (3ª pessoa), o demonstrativo <i>aquele</i> pode remeter a algo que está fora da situação de fala	O distanciamento das pessoas do discurso pode ser espacial e temporal

²⁷ Conferir exemplos em Neves, 2000, p. 500.

Esse é um quadro que elaboramos com base nas informações contidas na gramática de Neves. No entanto, não procuramos de forma alguma engessar tais noções, pois esse manual mostrou-se um instrumento que aborda o tema com flexibilidade, acompanhando o uso e a evolução da língua. A categoria de pessoa a qual os demonstrativos estariam diretamente ligados, de acordo com os ditames das gramáticas normativas, se dispersa e a 1ª pessoa (representada pelo demonstrativo *este*) não apresenta mais seu espaço tão bem definido na subclasse dos mostrativos. Isso se confirma quando Neves esclarece que, quando falante e ouvinte ficam envolvidos na relação, a vinculação de *este* com o falante e de *esse* com o ouvinte se afrouxa como podemos observar nos exemplos extraídos da autora (NEVES, 2000, p. 500 e 501):

(23) O menino chegou todo ensangüentado, *aí* mesmo *neste* lugar onde *tu* estás.

(24) Tire *esse* moço do *meu* lado, arraste para o canto do compartimento.

Vemos que no exemplo (23) o uso de *nesse*, pronome demonstrativo de 2ª pessoa, segundo a tradição, seria incompatível com o pronome pessoal de 1ª pessoa *tu*. Já no exemplo (24), o uso de *esse* também seria incompatível com o pronome possessivo de 1ª pessoa *meu*. Interessante notar que essa gramática traz usos reais dos demonstrativos, e que há diferenças entre as formas de 1ª e 2ª pessoas é quase imperceptível a ponto de permitir o uso de um por outro. Já nas gramáticas tradicionais o assunto de variação não é tratado.

²⁸ Conferir exemplos em Neves, 2000, p. 501.

1.5 Palavras finais do capítulo

Em meio aos estudos lingüísticos, vemos que o português brasileiro (PB) oscila entre duas posições antitéticas: uma posição conservadora, ao refletir o que é prescrito pelas gramáticas e os clássicos da literatura (de onde é retirada a maioria dos exemplos para as gramáticas tradicionais); e uma posição inovadora, ao mostrar através de estudos sócio(linguísticos) um uso real das formas lingüísticas. Valorizar uma variedade de prestígio é algo comum desde o advento da escrita, ao se prescrever a norma de uma elite. Foi por meio da observação das línguas naturais que se alcançou a dimensão do que seja de fato o comportamento do sistema lingüístico e do fenômeno a que ela está sujeita: o fenômeno da variação (CASTILHO, 2000). A Dialetoлогия e a Sociolingüística são duas áreas que buscam, através de dados empíricos, constatar a heterogeneidade lingüística, se encarregando de investigar a variação lingüística, sistemática, e condicionada por fatores internos e externos. Essas subáreas da lingüística versam que a variação é inerente ao sistema, e que essa variação não é aleatória. De acordo com os postulados da Sociolingüística, a variação é condicionada lingüística e socialmente. Neste capítulo, procuramos projetar a variação inerente ao sistema dos demonstrativos, através de pesquisas sociolingüísticas, e o que é prescrito pelos manuais de gramática, com a consciência de que “à heterogeneidade real do comportamento lingüístico dos indivíduos contrapõe-se a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal” (LUCCHESI, 2004, p. 63). É essa polarização dos padrões do

comportamento lingüístico do PB apresentada por Lucchesi que buscamos tensionar.

Procuramos referências que abarcassem o padrão ideal e o real²⁹ dos demonstrativos. Como vimos, a força que pressiona os demonstrativos a manterem uma forma de 1ª pessoa, que seria algo próximo a um comportamento ideal, foi exposto na primeira seção. A partir dela pudemos conferir que o sistema quanto à fórica apresenta a ocorrência dos três demonstrativos (*este, esse, aquele*), mas sem distinção de pessoa e, quanto à dêixis, ainda se afirma que haja um sistema com lugar definido para as pessoas do discurso (1ª e 2ª pessoas). De acordo com o uso canônico, quando tratamos do uso do demonstrativo *este* pelo de *esse* e vice-versa, constatamos que a maior ocorrência da troca de um por outro se deve a casos de variação estilística. Nenhum dos gramáticos aqui analisados, no entanto, chega a afirmar que uma forma suplantaria a outra. Ali (s/d) e Cunha (1992) afirmam que o uso anafórico do demonstrativo é indiscriminado para retomar algo presente no cotexto. Apenas Cunha e Luft falam sobre o uso dos advérbios locativos acompanhando os demonstrativos, no entanto, sem demonstração de que os locativos de 1ª pessoa (*aquí*) possam ser usados junto aos demonstrativos de 2ª (*esse*) ou vice versa.

O padrão real é retratado na seção sobre as pesquisas sociolingüísticas. De um modo geral, esse padrão real acusa um maior uso dos demonstrativos de 2ª pessoa em função fórica. Confirmamos essa afirmação com a pesquisa de Cid *et al.* (1986), em que de um total de 615 dados, 543 são de uso anafórico, cuja maior ocorrência é de *esse*

²⁹ O padrão ideal define o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, no caso de elas se conformarem inteiramente com as normas estabelecidas por sua cultura; ao passo que os padrões reais derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em dadas situações (RODRIGUES, 2004).

(91, 8%). Castilho (1993) retoma um trabalho que escreveu em (1978), com materiais do projeto NURC/SP em que o papel semântico mais notável desta subclasse é o de retomar idéias já mencionadas (função fórica), ao ultrapassar a dêixis, numa proporção de 73,4% para 8,9%, sendo distribuídos 17,7% por outros usos³⁰. Nessa função, os demonstrativos ultrapassam o limite da sentença. Além disso, ele informa que, dentro de um sintagma nominal (SN), a maior ocorrência, 67%, é desse pronome na margem esquerda do SN. Há apenas 8% de usos nucleares e 25% de ocorrências na margem direita. Observaremos em nossa pesquisa se o uso dos demonstrativos em função anafórica é maior do que os de função dêitica, bem como a posição ocupada pelos demonstrativos variáveis dentro do SN (se anteposto ou posposto ao núcleo). O mesmo autor chegou a afirmar que seria desnecessário quantificar os dados no sentido de apurar que o papel semântico mais notável do neutro de 2ª pessoa *isso* é o anafórico, ultrapassando os limites da sentença como no exemplo abaixo:

(25) Nem conhecem já não querem nem saber, né? Não se protegem nem nada, né? Daí *isso aí* já é ruim, né? (SC FLP 03 FJPRI- 6).

O demonstrativo neutro de 2ª pessoa mais o advérbio locativo de 2ª pessoa, no exemplo (25), retomam não somente um referente, mas toda a sentença anterior. Nos nossos dados pudemos perceber muitos desses casos. Além disso, é interessante observar que o locativo serve para reforçar a idéia de retomada. Seria uma espécie de dêixis textual

³⁰ Como vimos, isso se comprovou também na pesquisa de Cid, Costa e Oliveira (1986).

em que se aponta para o que está sendo retomado, no caso da escrita, ou para o que se acabou de dizer, no caso da fala.

Seguindo essa linha, Roncarati (2003) advoga, a partir das trajetórias individuais e da comunidade, que na fala a distinção de referência entre os mostrativos *este* e *esse* é bem menor ao exibir a baixa ocorrência das formas *este* e *isto* nos dados. Passados quase 20 anos, no estudo de painel, a segunda amostra revelou que as formas neutras e não neutras de 2ª pessoa (*isso* e *esse*) apresentam frequência maior entre os recontatos mais jovens e regride nos recontatos de mais idade. As formas de 1ª pessoa, *este*, são utilizadas em casos específicos relacionados à ênfase e de uso assíduo na fala dos mais velhos. Os estudos de tendência revelam uma estabilidade no sistema como um todo. Rara era a ocorrência do demonstrativo neutro de 1ª pessoa, e quando ocorria aparecia na fala de um único informante mais velho. Assim, ao observar a pesquisa apresentada por Roncarati (2003), o uso dos demonstrativos se mostrou sensível ao fator idade e controlaremos essa variável social em nossos dados no intuito de verificar essa influência.

Sobre os advérbios dêiticos, ao evidenciar que o sistema ternário dos demonstrativos poderia ser restituído com o apoio dos advérbios locativos, Câmara Jr. abriu caminhos para novas pesquisas que buscaram confirmar essa hipótese. Roncarati afirma que eles fazem parte de um mecanismo compensatório da língua, sendo mais usado que os quantificadores e modalizadores. Castilho também afirma que existe esse mecanismo, no entanto, sem apresentar estatisticamente os resultados. Essas pesquisas reforçam a idéia de que no português falado há uma propensão para se substituir as formas de 1ª pessoa (*este*, *isto*)

pelas formas de 2ª pessoa (*esse, isso*). Para nossos dados, consideramos os casos em que os demonstrativos apareciam ao lado de nomes encapsuladores (à direita ou à esquerda desses nomes) ou núcleos elípticos (respectivamente *essas pessoas* e *esses dos quais eu falei*). A princípio, iríamos averiguar somente os casos de demonstrativos variáveis *este* e *esse*. Mas, como vimos que as pesquisas mostram um número significativo de demonstrativos neutros de 2ª pessoa, retomando sentenças inteiras, resolvemos averiguar.

Entretanto não serão todas as aparições dos demonstrativos neutros que iremos avaliar, como é o caso das *expressões consagradas* que se fixaram ou que tendem a se fixar. Nem sempre essas expressões estão de acordo com seu sentido básico de referência fórica, passando a se tornar mecanismos coesivos dentro de textos. Há várias expressões com os demonstrativos *isto* e *isso* usadas comumente em como: *além disso/disto; isto é; por isso/isto* (com as negativas *não por isso, nem por isso*); *nem por isso/isto*. Neves traz em sua gramática a variação entre *por isto/isso; com isto/ isso; por causa disso*, e dentre os nossos dados, essas expressões foram mais frequentes na escrita; observamos, também, que não houve ocorrência dessas expressões com o demonstrativo *isto*. Na verdade, também não contabilizamos essas expressões fixas, pois não há variação (todos são usados com o demonstrativo *esse*). De acordo com Ali (s/d), para indicar que vamos esclarecer um pensamento anterior, recorremos à expressão *isto é*, e nunca *isso é*. Raramente essas expressões consagradas aparecem com o demonstrativo neutro de 1ª pessoa, e já podemos adiantar que isso se confirmou em nossos dados: o aparecimento de *isto* nessas expressões é

nula. Como nessas expressões o uso de *isso* é unânime, resolvemos não considerá-las dentre nossos dados, como vemos nos exemplos a seguir:

- (26) Mas assim foi interpretado, e, **por isso**, peço desculpas.
(21/05/2008 ano 31-1)
- (27) **Nesse sentido**, observo certo deslumbramento dos cientistas nacionais com respeito ao modelo dos Estados Unidos.
(28/05/2008 ano 31-1)
- (28) **Por isso** é que após a abolição da escravatura houve o surgimento da Ku Klux Klan, dos conselhos de cidadãos brancos. (28/05/2008 ano 31-2)
- (29) **Por isso**, o termo “afro-descendente” é uma importação indevida. (28/05/2008 ano 31-3).

Além dessas, também são consideradas expressões consagradas as que são constituídas de demonstrativos variáveis como, **nesse(a)/ neste(a) (sentido, perspectiva, conjuntura, aspecto, ótica etc.)**, **dessa forma**, que também não incluímos em nossos dados. A maioria das vezes, essas expressões, principalmente as que são acompanhadas do demonstrativo *isso*, têm uma função organizacional importante: elas sinalizam que o autor do texto está passando a um estágio seguinte de sua argumentação, geralmente por meio dessas formas nominais, que sumariamente recapitulam o dito e introduzem uma nova situação a partir do dito (KOCH, 2001).

Como veremos no segundo capítulo, as expressões nominais definidas são estratégias recorrentes para a progressão referencial e, conseqüentemente, textual. Os SN's constituintes dessas expressões, segundo Castilho (1993), são formados por especificadores (como artigos, dêiticos demonstrativos e possessivos) + nomes +

complementos. Nosso objeto de estudo exerce a função de determinante nessas expressões referenciais, nesse sentido, eles indicam a que se referem os SN's. Esses pronomes, ao lado dos definidos, agem como especificadores ou apontadores dos referentes em foco. A noção de apontamento geralmente associada a esse tipo de pronome foi sendo apagada de algumas expressões que se fixaram na língua.

Há também outras formas que aparecem à esquerda do SN nomeadas por Moreira de Castilho (1991 *apud* Castilho, 1993) de *Adverbiais Modalizadores Delimitadores* como ***essa/dessa/nessa história de ..., essa coisa de ..., esse negócio de ...*** etc., que consideramos como sendo casos de *catáfora culturalmente compartilhada*³¹ (RONCARATI, 2003), pois embora não tenha sido mencionada, estaria em uma memória enciclopédica comum aos participantes da interação, exigindo cálculos inferenciais por parte dos interlocutores.

Outras expressões próprias da fala fazendo ligação de um período a outro, que dão certa continuidade tópica são: ***nesse meio tempo, nessa época, dessa vez, essa vez, nessas horas, nesse mesmo período, essa última vez, dessa vez***, as quais não consideramos também. Os casos de marcação de tempo passado foram contabilizados, pois eles aparecem bastante como: ***nesse tempo, esses dias atrás***. Nesses casos, raramente apresenta-se variação quanto ao uso de demonstrativo *este* e *esse*, mas

³¹ Marcuschi (2001) defende que essa idéia de conhecimentos comuns partilhados careça de esclarecimentos, pois, segundo o autor, o mais adequado seria afirmar que os conhecimentos, objetos de discurso, são estabelecidos pelos interlocutores e a condição que faz desse conhecimento algo comum aos participantes da interação é o fato desse movimento interativo levar ao partilhamento de informações. É durante o ato enunciativo que acontece esse partilhamento, sendo um equívoco considerar que seja algo embutido aprioristicamente nas mentes humanas.

seguimos o uso canônico para análise do uso de demonstrativos: *este* para tempo presente e *esse* para tempo decorrido.

Todos os lingüistas analisados neste capítulo foram unânimes em afirmar que o uso dos demonstrativos de 2ª pessoa foi majoritário e em função anafórica ultrapassando os usos catafóricos e dêiticos. Uma ocorrência constante na fala que também não foi incluída em nossos dados são usos como os da frase a seguir:

(30) Minha mãe chamava minha atenção tudo, pra nunca fazer *isso, aquilo, tal* (SC FLP 10 – MJPRI6).

Nesses casos, segundo Roncarati (2003), ocorre que a competência pronominal para a interpretação foi prejudicada. É a partir desses exemplos que se chega à conclusão de que os pronomes não possuem autonomia referencial. É um tipo de demonstrativo não marcado quanto à designação referencial. Ou seja, ele não substitui um nome de fato, como tradicionalmente ainda se postula. São casos próprios da língua falada que nos fazem refletir sobre um sistema engessado. Além de não precisar muito bem sobre o que se fala, às vezes parece servir para marcar hesitações, próprias da fala. Embora fique claro que a informante queira falar sobre uma seqüência de coisas, o interlocutor não infere com uma maior especificidade tais coisas.

Casos em que temos o demonstrativo neutro como marcador discursivo também foram desconsiderados, como nos exemplos a seguir:

(31) E: fazer a paz.
F: *Isso*, a paz com eles, né?.

Não se trata somente de retomar o que foi dito, mas de também ser um elemento de asserção, de concordância com o que foi dito anteriormente, ou seja, um “sim”. Há, nesses casos, uma função para além da fôrica, a qual avalia positivamente a fala do seu interlocutor. Bem como na pesquisa de Roncarati (2003), essas formas aparecem mais em turnos únicos – aparecem isolados – e em início de turno. Casos que também tomaram essa dimensão foram os que trouxeram a expressão *essas coisas assim* e *essas coisas todas* em final de frase, as quais não incluímos em nossos dados de análise.

Observaremos casos em que o demonstrativo tanto exerce uma relação co(n)textual quanto uma relação com os interlocutores. Para isso, tivemos que fazer um estudo, não que delimitasse esses dois campos de referenciação, mas numa tentativa de compreender esses mecanismos linguisticamente representados pelos demonstrativos *este* e *esse*.

Sabemos, que quanto à anáfora, não poderemos nos limitar ao cotexto para compreender o papel dos demonstrativos. Os dados do *Varsul* por nós analisados não são representantes da norma culta como os dados das pesquisas sociolingüísticas aqui observadas.

2 OS DEMONSTRATIVOS E A REFERENCIAÇÃO COMO ATIVIDADE DISCURSIVA

2.1 Introdução

Neste capítulo tentamos associar alguns elementos que influenciam no comportamento dos demonstrativos que são: a noção de dêixis e anáfora, o gênero entrevista e as modalidades oral e escrita da língua.

Nessa primeira seção, examinamos como se dá a referenciação, encarando a linguagem como um instrumento que intermedia a interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sócio-cultural. Isso envolve processos de discretização e categorização do mundo. Surgem, assim, os objetos de discurso, os quais não devem ser encarados como o reflexo exato da realidade extralingüística. Logo, os demonstrativos como elementos indiciais atuam a partir dessa ótica que não engessa os referentes.

Nas demais seções, tratamos sobre dois processos de referenciação bastante importante para a comunicação e compreensão do desempenho dos demonstrativos, que são a anáfora e a dêixis. Entretanto, para que tenhamos uma visão mais ampla do funcionamento da referenciação a partir dos demonstrativos, abordamos de forma breve o gênero entrevista, tendo como base no banco de dados do *Varsul* e a entrevista da Revista *Isto é*, e as modalidades oral e escrita.

2.2 A referenciação e a construção do sentido

A compreensão de um texto, seja ele oral ou escrito, depende de estratégias. Ou seja, o interlocutor/leitor segue pistas ao longo do texto deixadas propositalmente pelo locutor/autor. O interlocutor/leitor presume o que virá em cada parte do texto. Isto corresponde a dizer que as unidades não explícitas no texto devem ser inferidas a partir de modelos conceituais que temos em nossa mente. Partindo da informação veiculada pelo texto, dentro de um contexto, o interlocutor faz uso das inferências como estratégias que o ajudam a construir novas representações mentais e/ ou estabelece uma ponte entre os segmentos textuais.

Durante a leitura³², leitor e interlocutor executam uma construção e reconstrução contínua de conhecimento. Nessa atividade, ambas as partes se ocupam em conectar as informações ordenadas no texto com as informações de modelos conceituais genéricos ativados na memória. Sobremaneira, devemos sempre levar em conta que as ações verbais não são atos isolados: a linguagem e, nesse sentido, a comunicação se desenvolve dentro de contextos sociais, em que os sujeitos desempenham papéis distribuídos socialmente.

A linguagem, pois, é o mediador fundamental da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sócio-cultural (MORATO; KOCH, 1996, 2003 *apud* KOCH, 2008). Na tentativa de relacionar essas duas referências a fim de obter um sentido no mundo visual, os atores sociais discretizam o mundo social organizando-o em categorias. A partir disso, localizam um referente na

³² A leitura deve compreender tanto textos escritos como os falados.

perspectiva de que a referência se constrói local e interativamente com fins práticos. Assim, como as categorias e os sujeitos que a constituem, a referência não apresenta critérios constantes que a definam. Desse modo, podemos sumarizar:

Em última análise, pode-se afirmar que a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais eles mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem lingüística, quer de ordem sócio-cognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. Estes, todavia, não são estáticos, (re)constróem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro de diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário mobilizar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos -, bem como situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos os encadeamentos discursivos (KOCH *et al.*, 2008, p. 102).

O que foi exposto acima se traduz, textual e discursivamente, por meio dos processos de categorização³³ e recategorização que se realizam

³³ Dentro de uma visão cognitiva clássica, “categorizar significa tratar alguns objetos ou eventos como iguais, ainda que diferentes de outros objetos ou eventos. Todos os seres humanos categorizam, instintivamente, desde que começam a perceber o mundo. Nada existe de excepcional sobre esta propensão inata para a categorização, uma vez que os organismos vivos não poderiam sobreviver se, de fato, não tratassem alguns objetos ou eventos como iguais, ainda que diferentes de outros objetos ou eventos. Nenhum organismo vivo poderia sobreviver se tratasse tudo, em sua experiência, como igual; não haveria uma base para a diferenciação e, portanto, não haveria base para o aprendizado. [...] Mas, de modo similar, nenhum organismo vivo sobreviveria se tratasse tudo, em sua experiência, como se fora diferente. Se não existe uma base para a similaridade, ainda não existe base para o aprendizado (SMITH, 2003, p. 25).” Entretanto, estudos recentes em ciência sociocognitivo-interacionista, revelaram que “a formação de categorias depende de nossas capacidades perceptuais e motoras, sobretudo as categorias que se situam nos chamados níveis básicos. Isto significa que não categorizamos o mundo utilizando mecanismos analíticos racionais que aprendem a realidade e distinguem os entes. Assim, para pertencer a uma determinada categoria, um ente não precisa exibir certas características, preencher determinados requisitos que definem o que é fazer parte de uma categoria qualquer [...]. Existem, é claro, membros mais centrais em cada

através de expressões nominais. Em seguida, Koch *et al.* (2008) defendem que o ato de referir, bem como a progressão textual, se traduz pela construção e reconstrução de objetos de discurso. Dentro dessa abordagem, os referentes não são coisas do mundo real, mas objetos de discurso, elaborados no decorrer da atividade cognitivo-discursiva e interacional. A partir disso, a referência faz uso da linguagem na tentativa contínua de reconstruir o próprio real (KOCH *et al.*, 2008, p.103).

Cognitivamente organizamos as coisas do mundo rotulando-as através de nomes que correspondem aos protótipos. Há com isso uma tentativa de se estabilizar as categorias, garantindo uma invariância através dos contextos. Essa organização torna possível o compartilhamento desse nome com muitos indivíduos através da comunicação lingüística, estabilizado no seio de um grupo de sujeitos. Quando esse protótipo é compartilhado e torna-se uma representação coletiva passa a ser chamada geralmente de estereótipo (MONDADA e DUBOIS, 2003). Contudo, a estabilidade dessas categorias só pode ser assegurada em parte, uma vez que os objetos de discurso são negociados intersubjetivamente, em função de um *querer-dizer*. A instabilidade é inerente aos objetos de discurso e às práticas e, desse modo, as categorias não são mais consideradas como algo que estabiliza uma ligação direta com o mundo; a categorização é um processo que se amplia em meio as interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, mediante mediações. Nessa ótica, os objetos de discurso não

categoria e outros mais marginais, e os elementos que estão no centro tendem a ser considerados como *protótipos* dessa categoria”. Nessa perspectiva, Mondada e Dubois (2003, p.22) afirmam que “as categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente.”

são o reflexo exato da realidade extralingüística. Assim, nas palavras de KOCH *et al.* (2008,p. 104) “[...] a realidade é construída, mantida e altera pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ela: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.”

A principal particularidade das nomeações reside no fato de elas darem um estatuto de referente, ou de objeto de discurso, a um conjunto de informações (as informações suporte) que antes não tinham esse estatuto discursivo. Os referentes são constitutivamente discursivos, isto é, gerados na produção discursiva. Nos dizeres de Mondada (2003, p. 54):

é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados, os objetos de discurso que não lhe preexistem e que não têm estrutura fixa, mas que ao contrário emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. Esses referentes não são uma simples remissão lingüística a algo autônomo, fixo, eterno e prévio ao discurso. São dinâmicos, isto é, podem ser introduzidos e depois modificados, desativados, reativados ou reciclados em “movimentos discursivos.”

Uma palavra pode, dependendo do contexto discursivo, ter sua referência percorrendo sucessivamente uma e outra categoria. A palavra *computador*, por exemplo, dentro de um ambiente em que esse equipamento esteja servindo como instrumento de execução de jogos, pode ser encarado como um brinquedo ou algo relacionado à diversão. Dentro de uma empresa, a palavra estaria associada a um instrumento de trabalho. Em uma *lan house*, ela pode ter várias denominações relacionadas à comunicação, à diversão, ao trabalho etc, transitando dentro de várias categorias. O contexto é que sugere a significação de

um termo, pois o signo isolado tem apenas uma referência cristalizada, sendo que é somente no ato de uma enunciação que ele passa a ter uma referência particular. Isto posto, vê-se que a instabilidade das categorias está intrinsecamente relacionada a suas ocorrências, visto que elas fazem parte de práticas lingüísticas e cognitivas:

[...] práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual coordenada do mundo (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 29).

Dada a volubilidade das categorias, o termo referência seria inadequado, uma vez que nos remete a uma idéia de algo acabado, estático, de uma relação entre palavras e uma realidade extralingüística invariável. Koch e Name (2008) e Mondada e Dubois (2003) passam a denominar essa relação como referenciação – termo mais adequado, pois remete a processo – i. é, uma atividade discursiva em que há constante negociação. Essa noção de mobilidade dos referentes nos leva a refletir sobre o poder indicial dos pronomes, no caso desta pesquisa, os demonstrativos que, como qualquer palavra, não apresentam uma referência fixa - em cada enunciação eles apontam diferentes referentes. De modo geral, “o pronome é sempre um termo cuja denotação não é lexicalmente fixa, variando segundo o valor que lhe é atribuído, seja por um contexto extralingüístico, em uma relação dêitica, seja em função do próprio contexto lingüístico, em uma relação anafórica” (MÜLLER e VIOTTI, 2005, p. 153). Logo, identificar a referência de um pronome exige que sejam observados vários aspectos de nossa competência

lingüística, como conhecimento lexical, sintático, semântico e pragmático.

Blikstein (1995 *apud* Koch, 2004) defende a tese de que o sujeito julga a realidade como sendo o reflexo de suas vivências culturais. Os objetos de discurso são previamente definidos por nossas práticas culturais. De acordo com ele, o mundo “real” é resultado de toda uma rede de estereótipos culturais acordados, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são asseverados mediante a linguagem. Por conseguinte, o processo de aprendizagem é orientado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem.

Sociocognitivamente a aprendizagem acerca das coisas do mundo é alcançada à medida que o sujeito pretende conhecer um *referente* extralingüístico: ele o discretiza e tenciona categorizá-lo, como vimos, tendo em vista compreendê-lo. Tem-se que o referente, forma discretizada “representante” da realidade, é assim estabelecido através da percepção/cognição. A Linguística Textual tenta enfatizar, a partir de muitos estudos feitos sobre a referência, que a mesma não deve ser compreendida como simples representação extensional de referentes no mundo extramental. Em outras palavras, as entidades designadas são vistas como objetos de discurso e não objetos de mundo estabelecidos aprioristicamente; nossa forma de ver e relatar o real não coincide com o real.

Os demonstrativos são elementos de indicialidade da linguagem e do discurso (como determinantes ou núcleos). Pautando-nos na idéia de que não há uma estabilidade quanto aos objetos de discurso, sublinha-se a dependência contextual por parte desses pronomes. No lugar de ser atribuível a uma falta de eficácia do sistema lingüístico cognitivo, esta

dimensão manifesta sua capacidade de tratar a variabilidade das situações através de uma categorização adaptativa. O fato de que as descrições do mundo são necessariamente incompletas e de que a categorização evolui de modo flexível torna sua produção indissociável do trabalho de interpretação pelo qual o interlocutor as completa e as ajusta ao contexto. Isso não significa que as descrições são caóticas ou desordenadas: os sujeitos possuem estrutura cognitiva, notadamente memoriais, que permitem dar uma estabilidade a seu mundo, assim como procedimentos sistemáticos para organizar a co-construção dos objetos de discurso. Temos de encarar os demonstrativos como elementos sem autonomia referencial, e sua indicialidade muda a cada situação (MONDADA e DUBOIS, 2003).

2.3 Expressões nominais definidas: os demonstrativos e propriedade de retomar/apontar referentes

Seguindo alguns dos pressupostos de Koch (2003) sobre a referenciação, temos que esta é uma operação efetuada pelos sujeitos à medida que negociam discursivamente os objetos de discurso. A função, pois, do discurso é construir aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo em que é o palco onde se desenvolve e se sustenta essa construção. Isto é, todo discurso constrói uma versão pública do mundo que atua como uma memória compartilhada. Durante essa atividade, as versões passam por sucessivos estágios responsáveis, ao menos parcialmente, por seleções feitas pelos interlocutores de acordo com o sentido que se busca alcançar, particularmente em se tratando de expressões nominais (KOCH, 2003). Nessas circunstâncias, devem ser admitidas eventuais modificações, pois os objetos de discurso são dinâmicos, ora podem

estar em foco, ora não, são modificados, transformados, recategorizados, sendo essa dinamicidade um dos pontos imprescindíveis para a elaboração do sentido, à medida que se segue o texto.

O discurso dispõe de estratégias, as quais permitem aos sujeitos fazer escolhas significativas dentre as várias possibilidades que a língua oferece. Tais escolhas são evidenciadas por intermédio das expressões anafóricas, nominais ou pronominais. Entretanto, esses elementos não estão incumbidos de localizar um segmento lingüístico ou apontar um objeto específico do mundo real. Contrariamente, esses elementos, geralmente remissivos, estão a cargo de veicular uma relação com algum tipo de informação presente na memória discursiva. Antes de entrarmos especificamente nas minúcias acerca da progressão textual, como é o caso das estratégias, tentaremos esclarecer algumas questões (imprescindíveis quanto ao uso de tais estratégias) que podem comprometer o uso delas.

Na tentativa de se empreender um modelo textual/discursivo seguiram-se três princípios: a ativação, a reativação e de-ativação, emergindo daí a dinamicidade do modelo. O primeiro é o princípio pelo qual um referente textual/discursivo é introduzido, ocupando, assim, um nóculo referencial cognitivo; o segundo, por meio de uma forma referencial, reativa o nóculo já introduzido, mantendo-o em permanente saliência; e, o terceiro, ativa um novo nóculo, deslocando a atenção do leitor/interlocutor para outro referente, desativando-se, assim, o referente anterior.

Cíclica e progressivamente, esses princípios interagem estabilizando de certa maneira o modelo textual, porém, esse modelo passa por constantes desestabilizações à proporção que vão sendo feitas

novas referências. Ao longo do texto, são acrescentadas sucessiva e intermitentemente novas informações e/ou avaliações acerca do(s) referente(s). Devido a isso, constantemente “endereços” ou “locações cognitivas” já existentes podem ser modificados ou expandidos, tornando o processo de compreensão uma unidade de representação extremamente complexa. Ao usar e manipular uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E, desse modo, também manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa (KOCH, 2003).

Os três princípios acima envolvem três categorias que, de modo geral, são encaradas, equivocadamente, como tendo a mesma função dentro do texto. Tais categorias estão relacionadas à progressão referencial, a saber, a *retomada*, a *remissão* e a *referenciação*. Tem que se levar em conta que todos os casos de progressão referencial são baseados em algum tipo de *referenciação*, não importando se são os mesmos elementos que recorrem ou não. Referir é uma atividade de designação realizável por meio da língua cuja função não se reduz à etiquetagem dos objetos do mundo visual. Já a *remissão* é uma atividade de processamento indicial na co-textualidade. Nessa atividade especificamente, compreende-se que há uma relação seja ela de ordem semântica, cognitiva, associativa etc., sem proceder necessariamente de um processo de correferência. A progressão por meio desse mecanismo, no entanto, não envolve uma *retomada*, já que retomar é uma atividade particular de remissão que subentende continuidade referencial, implicando algum tipo de relação direta, seja de identidade material - caso de correferência -, seja de não identidade material - caso de associação (KOCH, 2003). Dessa forma, a remissão implica

referenciação, mas não necessariamente retomada; enquanto que retomada implica tanto a referenciação quanto a remissão.

Ancorada ou não, a introdução/ativação de referentes pode ser instaurada por associação e/ou inferenciação. Sendo assim, a reconstrução é a operação responsável pela manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto. Tal operação pode ser realizada mediante recursos de ordem gramatical, bem como através de recursos de nominalizações. Quando o referente é representado por uma expressão nominal (como, por exemplo, *esta medida drástica*) esta opera uma categorização do referente.

Essa cadeia referencial se mantém por meio das seguintes estratégias: uso de pronomes (ou pronominalização) ou elipses (pronomes nulos) e uso de expressões nominais indefinidas (KOCH, 2003). Centraremos-nos nas expressões nominais definidas³⁴ – formas lingüísticas constituídas, minimamente, de um determinante definido seguido de um nome -, uma vez que tentamos observar os pronomes demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas (e suas flexões), que são um dos determinantes constituintes dessas expressões, que se encontram em variação. Observaremos, mediante análise de entrevistas orais e escritas, se há ou não uma perda de distinção de 1ª e 2ª pessoa no que diz respeito aos demonstrativos. Em um texto/discurso, ora ele pode aparecer sozinho como núcleo (nesse caso, os demonstrativos neutros), ora

³⁴ As configurações que podem assumir as expressões referenciais definidas em português são: determinante + nome; determinantes + modificador(es) + nome + modificador(es), sendo que os determinantes podem ser artigo definido ou demonstrativo; e o modificador pode ser um adjetivo, um sintagma preposicional (SP) ou uma oração relativa. Deve-se considerar ainda que os determinantes são representados pelo artigo definido e demonstrativos, e o(s) modificador(es) por adjetivo, um SP ou por uma oração relativa. (KOCH, 2003, p.87).

acompanhado de um nome, exercendo a função de determinante (nesse caso, os demonstrativos variáveis).

Na escrita, os demonstrativos geralmente exercem função anafórica, pois o tema é sempre mantido em foco por meio da remissão, ou seja, os pronomes demonstrativos núcleos ou determinantes são empregados objetivando-se fazer menção a um referente que passou a ocupar um endereço cognitivo. Mas não somente isso, o processamento textual se dá mediante uma oscilação entre vários movimentos: um retrospectivo ou projetivo (que aponta para trás no texto - anáfora), um prospectivo (que aponta para frente - catáfora). Além desses há os movimentos abruptos, há fusões, há alusões etc. Esses movimentos geram as condições da textualização que, conseqüentemente, vão se alterando progressivamente. Na fala, os demonstrativos inclinam-se para o emprego dêitico, particularmente quando são utilizados concomitantemente a gestos de apontamento ou linguagem mímica. Nesse caso, segundo Halliday e Hasan (*apud* MARCUSCHI, 2008, p. 58), podemos dizer que o uso do pronome dêitico tem uma referência exofórica, ao passo que a anáfora tem uma referenciação endofórica. Todos esses processos que geram a progressão textual estão intrinsecamente relacionados à referenciação.

Na seção seguinte faremos uma abordagem sobre a dêixis e a anáfora e a representação desses processos por meio dos demonstrativos em expressões nominais definidas. Nosso intuito é perceber em qual desses dois processos os demonstrativos apresentam uma propensão maior para o uso do demonstrativo de 2ª pessoa e se na dêixis há de fato uma perda na distinção de pessoa.

2.4 Uma breve noção de dêixis

De acordo com Fiorin (2005), a pragmática é a ciência do uso lingüístico, examina as condições que governam a prática lingüística ou o uso da linguagem. Um dos domínios de fatos lingüísticos que exige a colaboração de uma dimensão pragmática para a ampla compreensão de seu funcionamento é a enunciação, ou seja, atos de produzir enunciados, que são realizações lingüísticas concretas. De forma simplificada, a enunciação é o palco onde se processam as negociações sobre os objetos do mundo visual e social. Durante as negociações, os referentes passam a ser denominados intersubjetivamente como objetos de discurso e, de acordo com sua relevância, eles são retomados ou apontados verbalmente ou não através da linguagem. Há certos fatos lingüísticos que só são compreendidos em função de um ato de enunciar. Isso é o que acontece, por exemplo, com os dêiticos, que são elementos lingüísticos cuja interpretação se apóia nos parâmetros de lugar, tempo e pessoa da cena enunciativa. A dêixis tem por característica o apontamento das pessoas, objetos, processos, eventos, atividades etc. relacionado a um contexto espaço-temporal garantido e mantido pelo ato enunciativo, que envolve um único locutor com no mínimo um interlocutor. A dêixis compreende localizadores espaciais e temporais, que são *aqui, ali, lá, agora, ontem, amanhã* etc.; e os pronomes de 1^a, 2^a e 3^a pessoas.

A dêixis também pode remeter ao contexto endofórico, sendo nomeada dêixis textual. Esse termo abarca a noção de anáfora e catáfora e designa, por outro lado, o emprego de expressões indiciais, objetivando remeter segmentos, lugares ou momentos do próprio texto em que essas expressões são utilizadas. Enquanto que na dêixis

situacional ou exofórica, o ponto que funciona como marca deste gênero de designação não é o lugar nem o momento da enunciação, na dêixis textual marca-se o lugar e o momento do texto onde aparece a expressão indicial. As expressões indiciais são, por exemplo, *mais acima*, *abaixo*, *no próximo capítulo* etc, as quais explicitam a função metatextual da dêixis, ou seja, sua capacidade de organizar o espaço do texto, facilitando a orientação do leitor ou do ouvinte no espaço textual. Os demonstrativos de sintagmas nominais anafóricos que retomam um referente exerceram a função de dêixis textual ao apontar para trás, buscar lá esse referente, mantendo-o em foco.

Etimologicamente, dêixis traz a noção de *apontar* ou *indicar* que se aplica a categorias de *pessoa*, *espaço* e *tempo*, como dito anteriormente, as quais são traduzidas pelas formas lingüísticas como pronomes pessoais e demonstrativos, advérbios de lugar e tempo etc. Essas formas podem tanto se manifestar através de itens lexicais como de morfemas aditivos (como é o caso dos pronomes pessoais gramaticalizados que também podem ser retratados através de sufixos flexionais agregados a radicais de verbos). Dessa maneira, a dêixis exofórica se baseia no seguimento *ego-hic-nunc*, sendo que *hic* e *nunc* se referem à localização dos objetos no mundo humano; e o *ego* remete à noção de existência dos objetos, pressupondo evidentemente uma localização no espaço e no tempo (MONTEIRO, 1994, p. 46). Ela se configura a partir do contexto social, compondo um dos assuntos da pragmática, cujo mecanismo torna a comunicação mais prática. Evidentemente, ela evita, em parte, a repetição desnecessária de termos, ao ajudar na produção de enunciados mais curtos e bem elaborados. Conclui-se que a dêixis é um recurso essencial ao funcionamento da

língua, e pode estar relacionada com a *referência*, com a *ostensão* ou com o *processo da enunciação*.

Durante um tempo imperou na ciência lingüística a concepção tradicional de que o signo seria o próprio significante, ou seja, compreendia-se que o referente era o próprio objeto situado fora da língua (NASCIMENTO, 2000). Referência nada mais era que uma relação entre vocábulo com o que por ele é designado (MONTEIRO, 1994, p. 47). Dentro desses moldes o signo se equiparava à noção de um falante ouvinte ideal: estático e invariável. Com o advento de estudos na área da sociocognição, a noção de signo de Saussure se expande dando lugar a uma nova concepção: a referência é construída a partir de conhecimentos de mundo dos interactantes. À medida que vivenciamos as experiências, adquirimos esse conhecimento de mundo organizado em nossa mente a partir de modelos cognitivos (NASCIMENTO, 2000). Seguindo essa perspectiva, as implicações para a compreensão da referência vão para além do contexto lingüístico: entre vocábulo e suas representações (objetos ou idéias) perpassa o contexto sócio-histórico e cultural de cada língua.

A referência se legitima a partir da relação de elementos micro e macroestruturais do texto, não bastando somente o significado do signo para que ela seja construída. Conforme Nascimento (2000), fica incumbido aos interactantes o papel de interpretar os fatores de coesão da microestrutura lingüística, os *exofóricos*, como os dêiticos situacionais, por exemplo, e *endofóricos*, anáforas e catáforas que ativarão os conhecimentos de mundo compartilhados na interação. A coerência fica a cargo dos atores sociais que constroem conjuntamente a relação texto e mundo. O termo referência, dessa forma, ficou associado

à concepção tradicional; o novo termo, referenciação, surge como uma atividade discursiva, assumindo uma caracterização que é fluante, visto que as coordenadas de *tempo* e *espaço* da enunciação são relativas e mudam de acordo com a perspectiva que se toma como base. Esse novo termo pressupõe uma visão não-referencial da linguagem, revelando uma instabilidade das relações entre palavras e coisas.

Com essa orientação mais atual, assume-se que qualquer discurso constrói seu próprio referente interno. Dessa maneira, “o objeto de interesse deixa de ser , portanto, o referente dado *a priori* e passa a ser os mecanismos utilizados pelo sujeito da enunciação para produzir efeitos de realidade” (NASCIMENTO, 2000, p. 233). Quanto à relação ostensiva, o mecanismo dêitico seria o mediador da linguagem articulada e da linguagem gestual, antecedendo a simbolização. A dêixis estaria para além do texto lingüístico, readquirindo significação no contexto extralingüístico através dos signos gestuais. Os elementos dêiticos só têm sentido na instância da enunciação: eles descrevem as referências estabelecidas entre enunciado e enunciação. Deve-se considerar que os elementos dêiticos por si mesmo não fazem a conexão entre enunciado e enunciação, mas é por meio deles que o sujeito instaura essa conexão. Desse modo, a *pessoa* implica a localização e não vice-versa: o tempo e o espaço estão subordinados ao índice pessoal.³⁵

Para entendermos o papel exercido pelos dêiticos é preciso entender o que vem a ser enunciação e enunciado. Para tanto, recorreremos às palavras de Fiorin (2005, p. 162): aquela seria o ato produtor de enunciado e este seria o que comporta elementos que remetem à instância da enunciação tais como: pronomes pessoais,

³⁵ Seguiu-se a visão de Ignácio da Silva (apud MONTEIRO, 1994, p. 49).

demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, advérbios espaciais e temporais, etc. Contudo, esse conjunto de marcas colocadas no interior do enunciado não seria a enunciação propriamente dita. Temos assim a *enunciação enunciada*, que é o conjunto de marcas nele identificáveis que remetem à instância de enunciação e o enunciado seria a seqüência enunciada desprovida de marcas de enunciação. Observemos os exemplos:

(32) A Terra é redonda³⁶.

(33) Eu digo que a Terra é redonda³⁷.

Em (32) tem-se o enunciado, pois o texto aparece sem marcas do texto enunciativo. Em (33) está presente no enunciado o próprio ato de dizer. Nesse sentido, um falante utiliza-se da língua para produzir enunciados. Além disso, temos de considerar que das três pessoas envolvidas no discurso, somente a 1ª e a 2ª pessoas serão sempre os participantes da comunicação, a 3ª pessoa (*ele*) designa qualquer ser ou não designa ser algum..

Na enunciação, o *nunc* do discurso (tempo lingüístico) se opõe ao tempo cronológico. O tempo lingüístico é diferente tanto do tempo cronológico, quanto do tempo físico. O tempo do discurso é ímpar, porque ele é próprio do exercício da fala. A partir do instante em que o falante apodera-se da palavra, institui-se um *agora* (*hic*), momento da enunciação. Por conseguinte, surge um *então* que se opõe ao *agora*. A cada vez que o enunciador manifesta-se esse *agora* é recriado, a cada

³⁶ Exemplo retirado de Fiorin (1994, p. 163).

³⁷ Exemplo retirado de Fiorin (1994, p. 164).

ato de fala realiza-se um tempo inédito. Em se tratando de tempo, os demonstrativos também ajudam a marcar o momento da cena enunciativa, bem como o que precede e o que virá. De acordo com Ali (s/d, p. 100), “se o demonstrativo tiver por fim sugerir uma noção de tempo, o *este* indicará fatos atuais ou fatos cujos efeitos perduram na atualidade; *esse*, pelo contrário, se referirá ao que já existiu no passado ou existirá no futuro”. Assim, para tempo mais ou menos longo que abranja o momento da fala, emprega-se expressões nominais como *esta semana*, *este mês*, *este ano*, *este século*. O demonstrativo de 1ª pessoa também serve para marcar tempo muito próximo ao momento atual como em *esta noite* (podendo se referir tanto à noite precedente ou a que virá), *esta manhã*, *estes dias* ou *estes primeiros dias*. Já as expressões *nesse instante*, *nesse dia*, *nessa hora*, *nesse ano*, aludem a uma época distante da atual.

O espaço da enunciação, o qual trata de elementos essenciais para a análise do comportamento dos demonstrativos, ordena-se a partir do *ego*. Embora a enunciação especifique um tempo e um espaço para os objetos, isso é secundário em relação à importância direcionada ao sujeito da enunciação, o qual se coloca como ponto de referência da localização. Esse espaço da interação discursiva toma forma através dos demonstrativos e de certos advérbios de lugar. Os demonstrativos, portanto, introduzem e situam um ser no espaço do ato de fala. Como vimos, essa subclasse de palavras serve a dois empregos deíticos: um já mencionado acima, que *mostra* (exofórico); e um para *lembrar* (endofórico) sobre o qual faremos uma abordagem mais adiante. Ambos são de extrema importância para a comunicação – o primeiro, singulariza os seres a que nos referimos, pois não se pode somente fazer

referências universais; e o segundo é um importante mecanismo de coesão textual. Monteiro (1994) assume que a função dêitica no português moderno, em especial o português do Brasil, tem se alterado devido à anulação da diferença entre os demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, como o *este* e *esse*. O autor evidencia que a única forma, normalmente representada por *esse*, aproxima os participantes, enquanto que a forma *aquela* se afastaria desses participantes. Os dois empregos deíticos podem ser encontrados nos *corpora*, entretanto, nos dados do *Varsul* não esperamos que haja a forma *este* marcando o lugar da pessoa que fala. Na revista *Isto é* é possível que haja a ocorrência do *este* marcando o espaço do da 1ª pessoa.

2.5 Uma breve noção de anáfora

O mecanismo da anáfora nada mais é do que a transferência de noções essencialmente dêitica, mais especificamente as espaciais, voltado para a dimensão textual. Logo, a anáfora deriva da dêixis, sendo denominada *dêixis textual* (LYONS, *apud* MONTEIRO, 1994). Dessa maneira, sua função é encarada como secundária: o principal, em se tratando de pronomes e advérbios, é o uso dêítico, que não implica nenhum processo de substituição ou redução.

Como a função básica dos dêíticos é a identificação de referentes, eles sempre remetem a uma fonte que lhe preenche o significado. Tal fonte se encontra ou na situação em que o enunciado é proferido ou no próprio discurso. É este último caso que se costuma falar em anáfora. Resumidamente, a diferença entre a dêixis exofórica se difere da anáfora por meio de dois pontos: (1) *a fonte de informação*, a primeira remete

para situação extralingüística e a outra, para o interior do contexto lingüístico; (2) *o tipo de relação com o referente*, enquanto na dêixis este é indicado de modo direto, na anáfora opera-se uma substituição e o referente é designado por outro sintagma nominal. Nesse sentido, tomaremos daqui por diante a dêixis exofórica apenas como *dêixis* e a dêixis textual como mecanismo fórico que exerce a função de retomar (anáfora) e apontar o novo referente (catáfora).

Não se pode negar que dêixis e anáfora perpassam uma pela outra, chegando ao ponto de um mesmo vocábulo estar em uma frase com valor duplo. É como se a dêixis localizasse a existência de algo no mundo e a anáfora reinterpretasse essa localização por meio de mecanismos de coesão dentro do universo textual, tanto na modalidade oral como na escrita. Mesmo assim, a confusão que se faz entre anáfora e dêixis se instaura muitas vezes, como é possível perceber no exemplo abaixo:

(34) em 72 conhecia ainda **o Reino dos Bandeirantes**, vim conhecer em 72. Eu achei **aquilo** uma coisa bonita.³⁸

O demonstrativo *aquilo* se refere anaforicamente a *Reino dos Bandeirantes*, e ao mesmo tempo à dimensão espacial em que se encontra o falante. No caso da anáfora, podemos dizer que ela consiste em uma retomada de termos que expressam o mesmo referente. Essa relação anafórica, contudo, não envolve estritamente pronomes em função substitutiva, basta que os dois vocábulos estabeleçam identidade referencial.

³⁸ Exemplo retirado de Monteiro (1994, p. 54).

O mecanismo fórico garante progressão temática ao texto, por remissão de elementos no discurso. Surgido na retórica clássica, o termo anáfora indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase. Com o tempo, a anáfora foi perdendo suas características etimológicas, passando a ser usada para designar expressões que, no texto, aludem a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo para a continuidade tópica e referencial (MARCUSCHI, 2008).

Conforme Koch (2003, p.127-128), essa continuidade é adquirida, parcialmente, pelo uso de itens lexicais pertencentes a um mesmo campo semântico ou, no que tange a termos cognitivos, itens que indicam elementos integrantes de um mesmo processo mental (*frame*, esquema, *script*, cenário).

Partindo da teoria da referência, há dois tipos de relações a serem observadas, como vimos: a referência situacional ou *exófora*; e referência intratextual ou *endófora*. Aquela estaria para a dêixis, e esta para a anáfora e catáfora. Nesse sentido, a relação endófora é um dispositivo derivado da exófora. A anáfora seguiria a seguinte lógica:

Raciocinando agora um pouco mais, concluímos que na endófora a orientação ocorre em dois sentidos: o interpretante tem que saber correlacionar não só dois elementos do discurso, mas também identificar o referente na situação. Isto é, para que um elemento lingüístico possa a outro referir-se, é necessário que este último já tenha sido mencionado ou esteja presente na mente do falante. A endófora pode, pois, ser descrita mediante conceitos de *dado* e *novo*: o termo só pode ser endoforizado se ele tiver sido informado (dado), para que não haja prejuízo da coerência textual (MONTEIRO, 1994, p. 63).

No entanto, o que dizer da catáfora, isto é, de um elemento que ainda será exposto? Segundo o autor, ao enunciar o primeiro elemento endoforizado, o interlocutor/leitor já sabe (tem em sua mente) previamente com qual este vai se conectar. O interlocutor/leitor não analisa cada palavra isoladamente: ao obter a informação nova, ele presume o item que lhe dará o significado pleno, ou possivelmente deduz pela integração dos próprios elementos da situação discursiva.

Voltemos então às questões mais básicas desse aspecto: as noções exofóricas e as endofóricas. Aquelas contribuem para a geração do texto na medida em que submetem a língua a situações socioculturais. A referência endofórica é coesiva no sentido de ligar um fragmento ao outro no texto. Em face disso, os elementos endofóricos assumem propriedades dêiticas, se os considerarmos pelo viés referencial. Embora em função fórica, os demonstrativos não deixam de “apontar” para as partes precedentes ou posteriores do texto, a não ser em caso de inferência.

Sobre a anáfora, Monteiro (1994) conclui que ela depende de variáveis atadas à referência aos nomes dos seres que definem uma dada situação discursiva. Em prol dos objetivos da economia de expressão determinam-se certas particularidades no campo da sintaxe. Nesse sentido, para atender o princípio de economia, a anáfora passa a atender o discurso por meio da coesão. Assim, a anáfora, bem como a dêixis, está relacionada ao discurso, entretanto, sem uma delimitação de seu papel dentro desse campo. Conforme Milner (2003), sob certas

condições, as seqüências lingüísticas nominais (como demonstrativo + nome, por exemplo) podem ser associadas a certos segmentos da realidade, as quais elas supostamente designam e que são sua referência. Há que se considerar que tal associação se faz por meio de uma categorização dos cargos do mundo.

No caso do uso de demonstrativo, a anáfora assume as características citadas acima tanto quanto expande seu significado etimológico. Assim, o demonstrativo é empregado, de acordo com Koch (2003), em sete casos. Não vamos tratar aqui de todos os tipos de anáfora, somente as que aparecem agregadas ao emprego do demonstrativo. Os empregos são:

O primeiro emprego diz respeito ao uso de uma expressão referencial que realiza uma categorização mais ou menos metafórica do processo, i.é, sempre que o substantivo escolhido requalifica o referente de forma pouco predizível:

(35) Atribui-se ao presidente os bons resultados da economia, mas *esse desempenho* se deve em grande parte a fatores externos (21/04/2008 ano 31 – 5).

O exemplo (35) foi retirado do corpus da *Isto é*. Seria esse um exemplo de como foram categorizados os bons resultados da economia, como sendo um *desempenho*. Seria uma forma também de se encapsular um referente que não seja formado por um único vocábulo.

No segundo emprego, os demonstrativos aparecem em caso de polifonia ou heterogeneidade discursiva. Bastante comum nos casos de discurso indireto livre e a denominação reportada em que um substantivo núcleo da expressão referencial não é – ou não parece ser –

totalmente assumido pelo locutor, ou é empregado ironicamente, geralmente apresentado entre aspas, como no exemplo, a seguir:

- (36) Fernando Henrique Cardoso não gosta de ser chamado de neoliberal. Quando alcançado por *essa “ofensa”*, responde, sempre irritado, que defende um estado forte, dotado de poder de regulamentação, que não se confunde com o Estado desenvolvimentista, sempre inclinado a não se meter aonde não deveria.³⁹

Entretanto, não tivemos exemplos que contivessem esses tipos de sintagmas.

O terceiro emprego traz o nome-núcleo do SN modificado por um adjetivo na função de adjunto adnominal – não pertinente para a identificação do referente, mas importante do ponto de vista da argumentação. Ao recategorizar e refocalizar um referente, o escritor/locutor a reduz a uma expressão que exerce a função de uma informação suporte e predica. Seriam, então, formas híbridas: referenciadoras (informação dada) e predicativas (informação nova). Normalmente essas formas anafóricas sumarizantes ou encapsuladoras funcionam como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente. Essa porção pode ser de complexidade e extensão variada; ainda é passível de se tornar argumento/tema para predicacões subseqüentes. Exclusivamente, nessas ocorrências, o encapsulamento não nomeia um referente específico, mas referentes textuais abstratos como, *estado, fato, evento, atividade* etc. São nomes-núcleo inespecíficos, que caracterizam os objetos de discurso que aparecem ao longo do texto.

A função desses nomes gerais em textos pode ser semelhante à referência estendida de demonstrativos neutros. Como veremos no

³⁹ Exemplo retirado de Koch (2003, p. 98)

exemplo a seguir, o sintagma nominal que esclarece esse caso, tem como nome-núcleo a palavra *problema* seguida do adjunto adnominal *racista*, cujo sintagma, ao mesmo tempo em que retoma, argumenta e torna-se base para predicacões posteriores:

- (37) É preciso ignorar a racionalização. Vamos tratar de políticas sociais, vamos cuidar dos nossos carentes. Estes sim precisam de integração. Necessariamente, quando você fizer uma política social, você estará ajudando os negros, porque 70% dos pobres são negros. O governo Lula está disfarçando o debate e importando um problema que não é nosso. ***Esse problema racista*** foi muito presente nos EUA, toda essa discussão de ações afirmativas esteve presente lá. (28/05/2008 ano 31 – 10).

No exemplo acima, vemos no sintagma destacado o que Apothelóz e Chanet (2003) chamam de SN com núcleo anafórico axiológico. Geralmente, esse nome encapsula idéias precedentes podendo também resultar na categorização ou hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas do discurso. Dessa forma, acaba-se por atribuir valores a certos segmentos textuais por meio desses nomes-núcleo. Marcuschi e Koch (2002) examinam alguns aspectos de dois conjuntos de estratégias de progressão referencial na língua falada: primeiro, a referenciação por meio de expressões nominais definidas e, segundo, a referenciação anafórica sem antecedente explícito, ou seja, exercida por meio de inferência. Boa parte da construção do sentido textual se dá mediante essas duas estratégias. Ambas dizem respeito à sucessão de referentes, um aspecto central no processo de textualização e fator relevante da coesão e coerência. Observando essas estratégias, percebemos que fala e escrita distinguem-se de maneira sensível. Por um lado, as estratégias do primeiro conjunto, por meio de expressões

nominais definidas, são mais comuns na escrita, já que a fala coloquial não prima pelo rigor e pela exatidão, nem pela variação de elementos lexicais na formulação textual-discursiva. É própria da coloquialidade a repetição de termos. Assim, SN's como o presente no exemplo (36), bem como no (37), apresentam-se com mais frequência em textos escritos. Ocorre principalmente em início de parágrafos como vimos no exemplo acima, funcionando como um princípio organizador na estrutura discursiva.

No fala coloquial, quem exerce essa função de anáfora encapsuladora são os demonstrativos neutros, principalmente os de 2ª pessoa (isso):

(38) Eu sei que ele disse que não casava, que não estava preparado, que não era *isso* que ele queria, e que não ia casar (SC FLP 20 – FAC44).

A abundância desses pronomes nessa função se deve à tendência a se evitar soluções lexicais; ou seja, procuram-se nomes mais práticos, nesse caso, o demonstrativo *isso*. O momento da fala é seu próprio rascunho e o da escrita não; sua correção é posterior. Nesse sentido, o uso desse demonstrativo facilita a comunicação tornando-a mais rápida. Seu caráter também é resumidor e alcança uma seqüência mais ou menos longa de enunciações, de acordo com Apothelóz e Chanet (2003). Conforme Fiorin (2005), sua neutralização em gênero e número faz com que esses demonstrativos não remetam a um elemento específico do co(n)texto. Desse modo, esses pronomes são usados para se reportar a todo um segmento do texto composto por vários lexemas ou, no caso da fala, a uma situação complexa. Por isso, após longa argumentação é

normal, principalmente na oralidade, o uso dos demonstrativos neutros concluindo e retomando o conteúdo nocional precedente.

Expressões nominais definidas na fala, como vimos, são menos freqüentes, dando-se lugar aos demonstrativos neutros (CONTE, 2003). Em nossos dados também obtivemos casos em que o sintagma era formado pelo nome inespecífico *coisa*. Esses sintagmas fazem alusão a processos que apresentam uma certa complexidade, sendo difícil categorizá-lo por meio de um lexema nominal. Como no exemplo abaixo:

- (39) No matinho tem, arnica também (inint), na farmácia tem arnica, losna e sabugueiro, *essas* coisas, assim ... (SC FLP 06 – MBP16).

Neste caso, a nomeação pode ser operada através de um nome semanticamente quase nulo, como “coisa” – que Halliday e Hasan (1976 *apud* APOTHELÓZ e CHANET, 2003, p. 163) chamam *pro-nome*, e Kleiber (1987 *apud* APOTHELÓZ e CHANET, 2003, p. 163), chama de *nome posição*. Muitas vezes essa forma associada aos demonstrativos variáveis substitui ou ocorre na mesma proporção que os demonstrativos neutros, no entanto sem especificar o referente ou a porção precedente a que esse sintagma se refere. De acordo com Apothelóz e Chanet (2003) ambas as formas são estigmatizadas pela norma, pelo menos na escrita. Em nossos dados de fala encontramos tanto o demonstrativo neutro como o demonstrativo variável acompanhado de *coisa*.

O quarto emprego se refere a SN's associativos em cujos sintagmas os demonstrativos são imprescindíveis, uma vez que sua substituição por um artigo definido alteraria por completo seu valor referencial ou se criariam dificuldades relativamente sérias para se chegar a uma interpretação adequada. O mecanismo das anáforas

associativas repousa sobre conhecimentos gerais supostamente partilhados, exprimíveis sobre a forma de proposições que colocam em relação referências genéricas. Em uma palavra, a anáfora associativa funciona sobre os estereótipos⁴⁰. Não há assim nenhuma razão para que a informação da qual ela seja interpretativamente dependente esteja limitada às expressões referenciais. Desse modo, ela depende relativamente de um referente precedente, entretanto, não sendo correferente à expressão que a introduziu:

(40) Em 2006, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo teve *um impacto orçamentário importante* e deixou de contemplar questões prioritárias porque teve de desviar *esse recurso* para pagar remédios obtidos via liminar (30/04/2008 ano 31- 15).

Vemos que houve nesse caso um SN associativo relacionado a finanças. O papel do demonstrativo é associar o novo nome à idéia anterior. Sabemos que o *recurso* se refere ao que foi dito antes por uma questão de contexto e coerência, mas não está intrínseco a essa palavra a noção de finanças.

O quinto emprego relaciona os demonstrativos e hiperônimos dentro do sintagma. O uso de formas superordenadas se deve ao fato de evitar a repetição a curta distância de uma mesma palavra, pois a norma

⁴⁰ Mondada e Dubois (2003, p. 32) afirmam que, durante o processo de categorização, uma categoria prototípica ou estereotípica é primeiro considerada como base mais disponível e compartilhável para a comunicação. Por outro lado, no que diz respeito à anáfora associativa, os SN's demonstrativos não podem ser empregados nela em razão de seu caráter dêitico (HAWKINS, 1977; KLEIBER, 1990b; KLEIBER, SHNEDECKER ET UJMA, 1994 *apud* Apothelóz, 2003, p.78). Uma vez que os demonstrativos se apóiam e identificam seu referente se apoiando no contexto da enunciação e não nos conhecimentos gerais ou estereotípicos (APOTHELÓZ, 2003, p. 78), ou seja, justamente o contrário do que prega Koch (2003). Essa afirmação seria adequada para casos como o exemplo retirado de Koch (2003, p. 108): “De acordo com as testemunhas, o avião saiu de sua rota depois de decolar e fez uma meia-volta quando sobrevoava Gonesse. *A manobra* teria sido uma tentativa do piloto de reconduzir a aeronave ao aeroporto”. Nesse exemplo o demonstrativo não encontraria espaço no SN, pois não faria sentido.

condena a possível repetição de um termo, pelo menos na escrita padrão. Vejamos como isso se dá no exemplo abaixo:

- (41) No final de 2007, houve *uma avaliação* para saber se valia a pena introduzir a vacina contra a doença pneumocócica no calendário público de vacinação. [...] *Este estudo* é recente. O Ministério da Saúde precisa avaliar o impacto orçamentário da inclusão da nova vacina e comparar com outras demandas que possui na assistência à população, antes de tomar a decisão final. (30/04/2008 ano 31 – 4).

A palavra “estudo” pode, no caso acima, ser encarado como um hiperônimo de avaliação, na medida em que envolve esse dentre outros processos. Logo, dentro do contexto podemos considerar essa palavra como uma forma superordenada de avaliação.

Já o sexto emprego e mais comum é o uso de expressões nominais definidas na fronteira de parágrafos que têm a finalidade de topicalizar as fases mais importantes do discurso, facilitando tanto a percepção e recepção quanto a sua produção. Essas expressões são recursos que incrementam a estruturação textual. Um dos recursos gramaticais que proporciona a saliência de uma expressão nominal, como vimos, é o demonstrativo, recurso indicial disposto em nossa língua. Uma pesquisa realizada por Apothelóz e Chanet (2003) revelou que, quando se trata de nomear processos há uma maior propensão ao uso de demonstrativo por parte das crianças.

Como mecanismo de coesão textual, o demonstrativo contribui para a estruturação do produto textual ao estar à frente da paragrafação. A noção de parágrafo, todavia, não deve se limitar a um sentido tipográfico, mas ser compreendida no valor mais cognitivo do termo (mudança de ponto de vista, sobre uma seqüência de eventos, passagem

de uma descrição para uma narração), mesmo que possa acontecer de os dois sentidos coincidirem. Na ocasião da mudança de ponto de vista, geralmente se encontra a nomeação demonstrativa. Essa classe de pronomes se torna, assim, uma forma de marcar as transições citadas acima (APOTHELÓZ e CHANET, 2003).

O sétimo emprego do demonstrativo diz respeito a uma referência problemática. Nesses casos, o referente da expressão anafórica possui, geralmente, um alto grau de predizibilidade, isto é, o referente pode ser facilmente inferido com base no contexto prévio e/ou no contexto em uso, de modo que fica latente em nossa memória discursiva no momento em que a anáfora aponta-o por meio da expressão definida. Contudo, os referentes retomados não são facilmente predizíveis ou, por vezes, são até imprevisíveis, o que leva o receptor a introduzir um novo objeto em sua memória discursiva e construir a informação contextual de modo a permitir que esta introdução seja consistente e compatível com o estado atual daquela (KOCH, 2003). Podemos perceber esse emprego no exemplo a seguir retirado da revista *Isto é*:

- (42) E: o que acha da tentativa de diminuir a verba destinada às atividades do SESC, dirigindo parte dela para a educação?
 F: Discordo completamente. O SESC é um instrumento importantíssimo de patrocínio cultural e não concordo com *essa postura de “ou cultura ou educação”*. (18/06/2008 ano 31-5)

Vemos que o sintagma *essa postura de “ou cultura ou educação”* é, como disse Koch (2003), um sintagma cujo referente é predizível, pois o leitor consegue perceber a que o entrevistado se refere. No entanto, o referente retomado não é algo facilmente nomeado. Vemos que o sintagma fórico em destaque retoma uma questão levantada pelo

entrevistador e conseguimos comprovar que o referente retomado não é facilmente nomeado por conta do sintagma nada específico usado para denominar. No entanto, consideramos em nossos dados que casos como o do exemplo acima seriam de um demonstrativo variável catafórico, segundo Neves (2000), podendo constituir um sintagma com complemento iniciado por *de* seguido de um nome de sentido bem geral, como *essa coisa de, esse negócio de, essa postura de* etc. O demonstrativo é catafórico, na medida em que se aponta para um novo termo, embora sempre retome uma idéia anterior.

O interessante é que, mesmo passando pela retextualização dessa entrevista da revista *Isto é*, esse sintagma não foi modificado. Manteve-se algo próprio da língua falada, ou seja, não houve a hipóstase do evento comum quando não conseguimos nomear o referente. Ao longo do processo de interação texto/leitor, as pistas fornecidas ao longo do texto nos permitem solucionar questões como essas, embora tenham sido classificadas como uma referência problemática por Koch (2003).

Koch (2003) apresenta assim a importância dessas formas no texto. O efeito produzido por essas expressões é, de modo geral, recuperar a informação do co-texto à esquerda. De acordo com a autora, os sintagmas demonstrativos podem ser facilmente parafraseados por um SN seguido de adjunto adnominal ou de uma oração relativa, atualizando a informação. Essa atualização pode ser percebida quando o núcleo do SN anafórico é um nome de processo, por terem esse valor semântico incompleto, sendo, pois, intrinsecamente anafórico. Quando esses sintagmas são introduzidos por demonstrativos, esses pronomes acarretam a captação dos argumentos do processo por meio da referência. O SN *esse N*, segundo Koch, funciona como um gesto do

locutor (dêixis textual). Há dentro do texto um apontamento. Todo momento que essas expressões aparecem chamam a atenção do leitor para uma parte precedente ou posterior. Nesses termos, o efeito semântico ocasionado pelos demonstrativos é precisamente focalizar o referente do SN por ele introduzido, colocando-o frente ao par *eu/tu* constitutivo do discurso. Para a autora a interação não se perde na língua escrita, embora ela passe a idéia de um produto estático. Não controlaremos esses usos de anáforas em expressões nominais definidas. Elas definem bem o tipo de sintagma que aparece nas entrevistas da revista *Isto é*, com sintagmas que aparecem em início de parágrafo e com núcleo que tentam caracterizar os referentes. Praticamente nas entrevistas da revista é dessa forma que os demonstrativos catafóricos aparecem, quando não, os demonstrativos neutros se encarregam dessa referenciação textual também.

2.6 Os corpora selecionados: gênero entrevista nas modalidades oral e escrita considerando os processos de transcrição e retextualização

Manteve-se durante um bom tempo análises de comparação entre fala e escrita baseadas na dicotomia estrita. De acordo com Marcuschi (2008), a idéia que se tinha era a de que a fala era contextualizada, dependente, implícita, redundante, não-planejada, imprecisa, não-normatizada, fragmentária, enquanto a escrita era descontextualizada, autônoma, explícita, condensada, planejada, precisa, normatizada e completa. Dessa forma, essa visão polarizada e preconceituosa gerou o prescritivismo de uma única norma lingüística baseada na língua escrita encarada como padrão e que está representada na denominada *norma*

culta. As características atribuídas à língua falada e a escrita foram enfatizadas cada vez mais, levando-se a entender que de fato se tratava de sistemas lingüísticos diferentes. Além disso, com a associação dessas características rígidas a cada modalidade, o objetivo maior que é a preocupação com os textos produzidos diminuiu, fazendo com que a preocupação fosse com as unidades menores. A forma toma o lugar do conteúdo. A produção textual e usos discursivos perdem seu lugar de importância tornando o ensino de língua materna algo mecânico. Esse é um dos motivos que dispersam a atenção e interesse dos alunos pela aula de português, transformando boa parte deles em leitores funcionais.

Essa padronização ganha espaço e se fortalece ainda hoje nos manuais escolares em uso. Esses materiais trazem consigo, através dessa dicotomia estrita, a visão da fala como o lugar da falha e do caos gramatical, e a escrita como o lugar da norma e do bom uso da língua. Na maior parte das aulas de Língua Portuguesa, o ensino da língua centra-se nos textos escritos e pouco ou quase nada se aborda sobre a língua falada. A alta valoração dada à escrita e a ênfase dada às atividades focadas na sintaxe da língua fazem com que o aluno aprenda que a escrita é a modalidade mais importante ou a única correta. Marcuschi (2008, p. 28) afirma que, seguramente, trata-se de uma visão a ser rejeitada. Cada um possui especificidades inerentes a sua própria natureza e valor social. Certamente, as pessoas não escrevem exatamente do mesmo modo que falam, uma vez que se trata de processos diferentes.

O uso lingüístico de uma comunidade está vulnerável às impressões que a comunidade de fala possui em relação à variação lingüística. A Sociolingüística Variacionista chama isso de avaliação.

Por meio de suas pesquisas, concluímos que não existe uma língua homogênea. Isso possibilita considerar que, em uma mesma comunidade de fala, existam diferentes maneiras de se dizer a mesma coisa. A existência dessa diversidade contribui para o surgimento de juízos de valor em relação aos usos da língua.

A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização lingüística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. Ao resultado desse processo, a esta norma estabilizada, costumamos dar o nome de *norma-padrão* ou *língua-padrão*. (FARACO, 2002, p.40).

Por seu caráter menos dinâmico, a modalidade escrita da língua acaba por ditar normas que corroboram com os juízos de valor. Por isso, a língua é relacionada a esse processo unificador citado por Faraco (2004), ao se encarar essa norma como a que majoritariamente deva ser seguida.

Mesmo não sendo possível essa unificação, é notório que a escrita se faz normatizadora, ao fazer uso da variedade padrão da língua. Segundo Faraco (2002), a norma-padrão seria aquela carregada de preconceitos em relação às demais variedades e que tem como objetivo – como o próprio nome diz – a padronização da língua, considerando tudo o que é diferente a ela como ‘errado’. Contrária estabilidade atribuída à escrita, a fala é extremamente dinâmica e as mudanças que ocorrem na língua são absorvidas de modo mais rápido por essa modalidade. Com seu caráter dinâmico a fala espontânea é menos

próxima da norma-padrão, por isso, denominada coloquial. Percebendo essas vicissitudes próprias da fala casual ou espontânea transcrita (representada pelo *corpus* do *Varsul*) e a aparente estabilidade da entrevista escrita retextualizada (representada pelo *corpus* da revista *Isto é*), acreditamos que seja coerente ponderar essas duas modalidades da língua a fim de se observar se elas podem ou não estabelecer alguma influência no uso das variáveis independentes estudadas nesta pesquisa. É interessante observar certas características de ambas com a finalidade de conhecer com mais profundidade os nossos *corpora*, que apresentam uma certa complexidade para a análise do fenômeno em questão.

Tomamos a *norma-padrão*, no primeiro capítulo, relacionando-a com as observações lingüísticas sobre o fenômeno que ocorre com os demonstrativos. Consideremos que as pesquisas sociolingüísticas analisadas nesta dissertação se pautaram em um *corpus* pertencente ao NURC (Norma Urbana Culta), não apresentando as mesmas normas das gramáticas normativas. Em conformidade com a afirmação de Bagno (2004), *norma culta* seria a linguagem empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população. O NURC aponta como *norma culta* “a língua falada por informantes com escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos” (BAGNO, 2004, p. 51).

Desdobrando o sentido de *norma*, de acordo com Lucchesi (2004), acham-se dois conceitos distintos. Esses conceitos que derivam do substantivo *norma* são: o adjetivo *normal*, correspondendo ao que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade; e o adjetivo *normativo* – correspondendo a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade. A *norma culta* seria

uma espécie de fusão das noções do que seja *normal* e do *normativo* ou algo próximo a isso. Essa é a norma observada nos dados do NURC. A norma padrão seria o sistema ideal, normativo e o vernáculo o que é normal, usual entre os membros de uma comunidade. Vernáculo é “a enunciação e expressão de fatos, proposições e idéias (*o que*) sem a preocupação de *como* enunciá-los”, sendo, pois a comunicação usada em situações naturais de interação (TARALLO, 2005, p.19). Voltando-nos para nossos dados, temos de um lado os dados do *Varsul*, representando o vernáculo de uma comunidade de Santa Catarina, informantes com no máximo nível médio de escolaridade e que durante a entrevista, devido a forma como é aplicada a entrevista, os informantes liberaram o seu vernáculo. De outro, entrevistas da revista *Isto é*, com entrevistados que geralmente apresentam, como veremos mais a frente na metodologia, nível superior de escolaridade, em que há uma preocupação com o tópico tratado e a norma culta da língua. Depois de passada para a língua escrita, a entrevista da revista passa por uma revisão a fim de que sejam apagados resquícios da oralidade descuidada e possíveis ‘erros’ estigmatizados dessa modalidade. Entretanto, certas construções que não seguem a norma padrão, mas que não são motivo de estigma por parte da elite, podem aparecer nos textos. Assim, o que não sofre estigma, o que passou a ser freqüente na fala culta, passa a ter espaço nos textos escritos nos quais se usa essa mesma norma.

Com os nossos *corpora*, tivemos que trabalhar a questão complexa de relação entre o *Varsul* que contém material representante do vernáculo, logo, da fala casual e da a fala monitorada e retextualizada da revista *Isto é*, considerando-se que tanto um como o outro *corpus*, representam um subgênero do gênero entrevista. Não consideramos em

última instância que a revista traz a melhor forma da fala ou se é representante da escrita, mas sim mostrar que mesmo se tratando de uma possível interação face a face, houve influências da modalidade escrita após revisão para se publicar o material. Como bem postula Marcuschi (2008), é complexo o trabalho de se estabelecer semelhanças e diferenças entre as modalidades oral e escrita da língua sem observar a distribuição de seus usos na vida cotidiana. Nossos *corpora*, então, se constituem de dados do gênero entrevista nas modalidades oral e escrita e cabe a nós estabelecermos, não diferenças entre tais modalidades, mas implicações que ambas apresentam para a investigação do comportamento dos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas em nossos dados dentro desse subgênero textual em que elas foram aplicadas.

Temos de levar em conta o suporte tanto do *Varsul* quanto da revista *Isto é*: esta se apresenta por meio de um suporte que veicula informações em território nacional para os cidadãos como um todo, principalmente de classe média alta; aquela tem seus dados armazenados em um banco de dados com acesso para a comunidade acadêmica, ou seja, é para um público voltado para pesquisa lingüística⁴¹.

Há uma série de fatores influenciando nesses dados e que devem ser considerados. Assim, como o autor declara, são os usos da língua que determinam a variação lingüística em todas as suas manifestações. Primeiramente, não se trata de um mesmo método de aplicação de entrevistas. No *Varsul*, a entrevista visa a deixar o informante mais à vontade, a ponto de ele monitorar o menos possível sua fala, não se monitorando para que sejam apreendidas as formas lingüísticas vernaculares, ao passo que nas entrevistas da revista *Isto é* a busca é

pelo máximo de informação possível acerca do assunto tratado e, por se tratar de um suporte de informação veiculada para acesso da elite intelectual e letrada, o monitoramento está muito presente durante o ato comunicativo, bem como na sua retextualização. Além disso, a entrevista que segue o modelo estabelecido por Labov, a do *Varsul*, é transcrita, a qual procura manter as características lingüísticas da fala do informante.

Segundo a metodologia de coleta de dados em que se baseiam os projeto *Varsul*, como forma de amenizar o paradoxo do observador (Labov, 1972), buscam obter narrativas de experiência pessoal por parte dos informantes, na expectativa de que, ao narrarem, sintam-se envolvidos emocionalmente com o narrado e não monitorem sua fala, apesar de estarem sendo observados e gravados (FARACO E ZILLES, 2002, p. 22).

Além disso, as entrevistas sociolingüísticas são “o veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face” (TARALLO, 2008, p.19). É o que, segundo Tarallo, seria a língua que usamos nos botequins, clubes ou rodas de amigos. Já a entrevista da revista *Isto é* sofre alterações próprias do processo de retextualização, encurtando ou adaptando um texto ao modelo sugerido pela revista, ao mesmo tempo em que há uma tendência em se moldar a escrita à norma culta. Nossos dados provêm de entrevistas que tiveram como concepção discursiva (como veremos logo adiante) a forma oral e somente depois foram dispostas na forma escrita. Sabemos que alterações nesses processos são comuns, entretanto, segundo Marcuschi, a transformação de um gênero textual falado para o mesmo gênero textual escrito, produz modificações menos

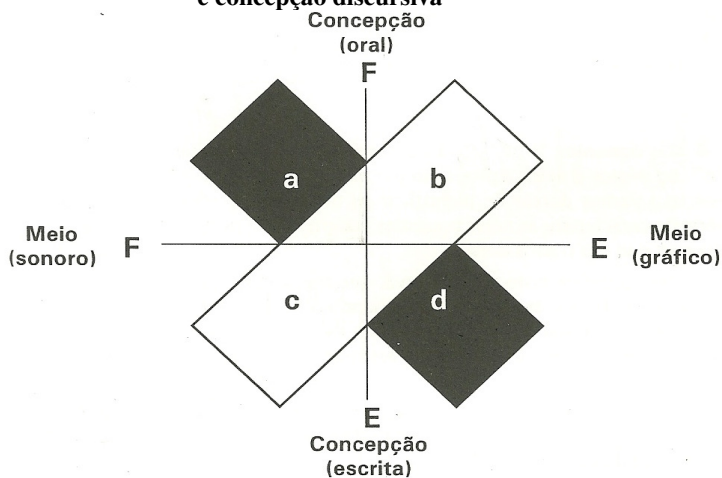
drásticas de que de um gênero a outro. Vale ressaltar que a forma ‘escrita’ das entrevistas aqui analisadas tendem a alcançar objetivos distintos: *Varsul* se preocupa com a forma e *Isto é* com o conteúdo

Marcuschi defende a hipótese de que as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos. É interessante notarmos como nossos *corpora* se distribuem a partir de uma adaptação de um quadro do autor. Os *corpora* são analisados através do subgênero textual, seguindo-se a observação do *meio de produção*, da *concepção discursiva* e do *domínio*. Por meio dessas observações mais atuais podemos entender a dimensão do que é perceber a fala e a escrita como práticas sociais. Entretanto, para compreendermos a figura 1, é necessário observar o gráfico que configura a representação da oralidade e escrita pelo meio de produção e concepção discursiva. Nas palavras de Marcuschi (2008, p. 39):

O Gráfico 2 dá uma idéia das relações mistas dos gêneros a partir de alguns postulados, tais como *meio* e *concepção*, tendo em vista que a fala é de concepção oral e meio sonoro, ao passo que a escrita é de concepção escrita e meio gráfico. Na apresentação do gráfico temos que “a” é o domínio do tipicamente *falado (oralidade)*, seja quanto ao meio e quanto à concepção. Já a sua contraparte seria, por exemplo, o domínio “d” correspondente ao tipicamente escrito. Por outro lado, tanto “b” como “c” constituem os domínios mistos em que se dariam as mesclagens de modalidades.

Dessa forma, o meio de produção compreende sonoro *versus* gráfico; e a concepção discursiva, oral *versus* escrita. Abaixo segue a figura:

FIGURA 1: Representação da oralidade e da escrita pelo meio de produção e concepção discursiva



(Fonte: MARCUSCHI, 2008, p. 39)

QUADRO 3: As entrevistas, o meio de produção, concepção discursiva e domínio

Gênero textual	Meio de produção		Concepção discursiva		Domínio.
	sonoro	gráfico	oral	escrita	
Entrevista <i>Varsul</i>	X		X		a
Entrevista <i>Isto É</i> ⁴²		X	X		b

(Fonte: MARCUSCHI, 2008, p. 40. Adaptação nossa)

O autor ainda expõe um interessante quadro em que os gêneros textuais, dentro de uma perspectiva de *contínuo*, perpassam um pelo

⁴² Como a revista *Isto é* segue o mesmo perfil da *Veja*, onde aparece no quadro de Marcuschi (2008) *Veja*, encaixamos a *Isto é*.

outro apontando, por exemplo, que uma conferência universitária organizada com cuidado terá maior similaridade com textos escritos do que com uma conversação espontânea. Esse gráfico resumidamente exibe que:

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textual-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos* (MARCUSCHI, 2008, p. 42. Grifo do autor).

No caso da entrevista do *Varsul*, consideramos que embora ela esteja disposta tanto gravada quanto escrita, nesta última há uma tentativa de aproximar-se da fala, ao representar com códigos específicos propriedades do discurso oral. Por esse motivo, consideramos o meio de produção dessa entrevista como sonoro (cf. quadro acima). Observando a fala e a escrita a partir dos gêneros textuais, percebemos que uma modalidade permeia a outra, ao mesmo tempo em que as distingue. Encarando essas duas modalidades, por esse ângulo, percebemos que não devemos considerar a fala como exclusivamente dialogada e a escrita como exclusivamente monologada. A partir de um gráfico de representação do *contínuo* dos gêneros textuais na fala e na escrita elaborado por Marcuschi (cf. p. 43), fica claro que a distribuição das modalidades a partir de gêneros textuais é muito complexa. Tanto uma como a outra modalidade de uso da língua apresenta planejamento e um *contínuo* de variações. Assim, se ao

analisarmos fala e escrita basearmo-nos nesse *contínuo* de gêneros textuais evitaremos dicotomias estritas.

Foi pensando nisso que procuramos observar qual seria o uso da língua nesses subgêneros, considerando que em cada caso o perfil de aplicação e divulgação das mesmas é bastante específico. Contudo, temos de encarar que a escrita não representa a fala. Podemos, nesse caso, compará-las, mas jamais em termos de escala de valor. Desse modo, “fala e escrita são diferentes, mas suas diferenças não são polares e sim graduais e contínuas. São duas alternativas de atualização da língua nas atividades sócio-interativas diárias” (MARCUSCHI, 2008, p. 46).

Nessa perspectiva, Marcuschi parte para um trabalho mais minucioso que consiste em constituir um modelo de análise sobre o grau de consciência dos usuários da língua a respeito das diferenças entre fala e escrita, observando a atividade de transformação do oral para o escrito. Nesta pesquisa, utilizaremos apenas observações específicas da transformação de textos orais para textos escritos, sem entrar nos detalhes sobre grau de consciência. Uma das transformações acima mencionada, Marcuschi chama retextualização. Trata-se de um processo que abrange operações complexas que influi tanto no código como no sentido do texto e faz emergir uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação fala e escrita. A primeira coisa a ser considerada, segundo o autor, é a hipótese que trata a passagem de um texto supostamente caótico (o texto falado) para outro bem-formado (o texto escrito). Sem compreender a dimensão dessa comparação, poderíamos até encarar a afirmação anterior como verdadeira, pois ao editar um texto falado a fim de publicá-lo na modalidade escrita, fazem-

se cortes, acrescentam-se algumas coisas e eliminam-se outras. Entretanto, trata-se de medidas exigidas por um texto escrito e seu suporte de informação. Embora escutar a gravação de uma conversa nos pareça caótica, as sentenças são bem formadas, e próprias ao momento em que foram enunciadas. O que poderia comprometer a compreensão de uma entrevista gravada seria o fato de estarmos fora do momento e do espaço da cena enunciativa e não podermos captar todas as informações que envolvem esse tipo de comunicação como expressões corporais e faciais, gestos, mímicas que acompanham palavras dêiticas, obliteradas em uma gravação apenas sonora. Temos que encarar que a passagem da fala para a escrita é a passagem de uma ordem para outra ordem. Abandonemos por completo a proposição preconceituosa e ultrapassada de que a fala é o lugar do pensamento concreto e a escrita, o lugar do pensamento abstrato. Assim, a retextualização jamais deve ser encarada como a transformação da fala como representante de um pensamento concreto e menos elaborado, para a escrita, como lugar do pensamento abstrato e mais elaborado.

A escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramentos⁴³, assume cada vez mais um papel social indispensável para se executar as obrigações diárias. É intenso o uso dessa tecnologia no mundo moderno, principalmente com o advento da internet. Considerar, no entanto, que isso se deve a virtudes imanentes a ela seria um equívoco: é da maneira como ela se impôs e da violência com que penetrou nas sociedades modernas e se impregnou nas culturas de um modo geral que lhe sobreveio o evidente prestígio. A avaliação social a

⁴³ O letramento é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso, é um conjunto de práticas (MARCUSCHI, 2008, P. 21).

elevou ao mais alto *status*, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder. Constata-se que, “para muitos, o seu domínio se tornou um passaporte para a civilização e para o conhecimento. Trata-se de uma tendência em reconhecer valores imanentes à própria tecnologia como tal”, o que, segundo Marcuschi (2008, p. 21), é um grande engano.

Não obstante essa importância dada à escrita, temos que refletir sobre a importância da fala para a humanidade. Se observamos mais atentamente, concluiremos que o homem naturalmente é um ser que fala e não que escreve; logo, por que um maior prestígio direcionado à escrita? Essa indagação pode ser respondida se pensarmos que desde a Antiguidade a linguagem literária fora usada como material de investigação para descrição/prescrição de uma norma pelo fato da literatura ser praticamente a única forma de expressão da língua escrita mais monitorada durante aqueles períodos históricos. Não havia forma de registrar a língua falada a fim de que fosse analisada como material de estudo, sendo possível somente após a invenção do gravador no século XX. Assim, “o único modo de estudar a língua era por meio da escrita, e a única escrita à qual se tinha acesso era a literária, que incluía não só as obras de ficção, mas também as de filosofia e teologia” (BAGNO, 2004, p. 47). Isso seguiu anos a fio até alcançar a atualidade e ainda exerce influência sobre a mente dos desavisados e poucos esclarecidos que consideram escrita superior à fala.

Pensar o contrário também, segundo Marcuschi, seria um equívoco, pois a oralidade tem seu lugar de importância e, de maneira alguma, apresenta-se superior à escrita. Cai por terra também a crença

de que a escrita seria uma forma derivada e que a fala seria a forma primária. Isso, porque:

A escrita não pode ser tida como uma representação da fala [...]. Em parte, porque a escrita não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros. Em contrapartida, a escrita apresenta elementos significativos próprios, ausentes na fala, tais como o tamanho e o tipo de letra, cores e formatos, elementos pictóricos, que operam como gestos, mímica e prosódia graficamente representados. Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos, nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a formulação de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais e dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: som de um lado e grafia de outro, embora elas não se limitem a som e grafia [...] (MARCUSCHI, 2008, p. 17).

Uma forma não substitui a outra. Como veremos mais a frente, na transcrição realmente a cena enunciativa não pode ser fielmente representada, a enunciação é um momento único de forma que não pode ser retratado fidedignamente pela escrita. É insustentável a idéia de que com o surgimento da escrita, principalmente a escrita alfabética, a fala se tornou inferior à escrita. Constata-se apenas uma *primazia cronológica* da oralidade indiscutível sobre a escrita (STUBBS, 1980 *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 17). Marcuschi, ao refletir sobre o estigma que a fala carrega, acredita que a supervalorização da escrita aparece em função do prestígio do grupo que mais tinha acesso a essa

tecnologia uso: as elites que detêm o poder social. A partir disso, chegou a expor que a distinção entre fala e escrita pode ser baseada mais em questões de poder do que baseado nas próprias características das modalidades, gerando preconceitos.

O autor insiste em defender e tornar claro que, assim como a fala não apresenta características intrínsecas negativas, também a escrita não se constitui de características intrínsecas privilegiadas. Desse modo, essas são formas de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Dada a sua importância para a humanidade, temos de encarar que a fala é inerente ao ser humano e nenhuma outra tecnologia a substituirá. Ela é o meio de iniciação à racionalidade e, de maneira interessante, revela a identidade social, regional, grupal dos indivíduos. As propriedades da fala se moldam e se desenvolvem socialmente e, pelo fato de ela estar aparentemente mais propensa às mudanças, sofre estigma.

Padronizada, a escrita não é estigmatizadora e não é capaz de revelar identidade individual ou de grupo, salvo as produções escritas de literaturas regionais, que trazem em seu conteúdo marcas da realidade lingüística regional ou apresente características estilísticas tão peculiares a ponto tornar possível a identificação de autoria. Isso, no entanto, apresenta restrição quanto aos gêneros textuais: em um jornal diário não se é possível chegar a identificações individuais através do texto. Chegamos, então, ao seguinte ponto:

Enquanto a fala pode facilmente levar à estigmatização do indivíduo, com a escrita isso acontece bem menos. Parece que a fala, por atestar a variação e em geral pautar-se por algum desvio da norma, tem caráter identificador. É possível que

identidade seja um tipo de desvio da norma-padrão (MARCUSCHI, 2008, p. 36).

Parece, dessa forma, que a escrita abarca algo naturalmente claro, definido, no mínimo bastante estável e com pouca variação, à medida que a fala se apresentaria como variada, raramente trazemos à mente a existência de fala padrão. Entretanto, deixando essa idéia de estigma de lado, as entrevistas do *Varsul* tentam de fato registrar a identidade lingüística de uma comunidade. Os dados serão analisados, mas sob a ótica de lingüistas que buscam o conhecimento a fim de fazer uma análise despida de preconceitos lingüísticos. Transcrever os dados é passar o texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base em uma série de procedimentos convencionalizados próprios para a transcrição⁴⁴. No momento da transcrição a atenção deve ser redobrada para que não haja interferência na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo. Ao contrário disso, na retextualização, a intervenção é maior e há mudanças mais sensíveis, em especial no caso da linguagem.

De acordo com Marcuschi, na transcrição, a escrita segue a grafia padrão, alterando-se somente em casos especiais para destacar questões específicas de um ou outro falante. Não se trata de uma mera atividade metalingüística, nem de uma simples passagem do sonoro para o gráfico. Em conformidade com Rey-Debove (1996 *apud* Marcuschi, 2008, p. 51), há uma assimetria entre esses dois meios de representação da língua, pois a grafia pode sofrer alterações com o fim de tornar-se padronizada, neutralizada, enquanto o som não pode sofrer essa

⁴⁴ Exemplos de normas de transcrição podem ser encontrados em Koch, 1992.

alteração. O sonoro sempre conserva a marca de seu produtor e permite que o identifiquemos desde que saibamos quem ele é. Nesse sentido, a oralidade carrega consigo, como vimos acima, caracteres extralingüísticos de quem a usa, ao passo que a escrita faz justamente o contrário, neutraliza uma possível identidade, ao exterminar ou não representar tais caracteres da produção sonora.

Se compararmos essa informação com nossos dados, embora algumas marcas se percam na transcrição dos dados do *Varsul*, há todo um código para transcrição de modo que quem tiver acesso ao arquivo de dados, terá a impressão de que está tendo acesso a fala do informante - embora a transcrição seja uma compreensão que se teve do texto oral. Além disso, por se tratar de uma pesquisa sociolingüística, são catalogadas algumas informações básicas sobre o informante, tais como, idade, sexo, escolaridade e local onde mora. Já no caso das entrevistas da revista *Isto é*, embora alguns entrevistados sejam pessoas públicas ou bastante conhecidas, algumas frases, palavras, expressões e até períodos inteiros, que marcam a identidade do(a) entrevistado(a) são eliminados durante a retextualização, em que se busca uma legitimidade à norma culta.

Nas entrevistas sociolingüísticas, aplicam-se as convenções de transcrição para que se mantenha um mínimo de fidelidade à qualidade de produção oral, algumas vezes, fugindo inclusive ao padrão ortográfico, no plano da forma de expressão. Isso se confirma se pensarmos na perda de características próprias da comunicação oral como a entoação, os aspectos gestuais e mímicos, ademais a situação física que desaparece. Há também códigos que registram hesitação, esquecimento, repetição e assim por diante. Nas entrevistas da revista

Isto é, temos que o jornalista faz uma revisão e correção da entrevista oral gravada, a qual será publicada. No caso de retextualização, há interferência tanto na forma e substância da expressão quanto na forma e substância do conteúdo, sendo que, no segundo caso, o jornalista deverá ter maior delicadeza ao realizar esse trabalho complexo.

Considerando que as entrevistas são um tipo de comunicação face a face, de acordo com Koch (1992, p. 69), as características desse processo são:

- A fala é relativamente não planejada de antemão, o que decorre justamente, de uma natureza altamente interacional⁴⁵; assim ela é localmente planejada, isto é, planejada ou replanejada a cada novo “lance” do jogo.
- O texto falado apresenta-se ‘em se fazendo’, isto é, em sua própria gênese, tendendo, pois, a ‘pôr a nu’ o próprio processo de sua construção.
- O fluxo discursivo apresenta descontinuidades freqüentes, devidas a uma série de fatores de ordem cognitivo/interativa e que têm, portanto, justificativas pragmáticas.

⁴⁵ Temos que considerar, no entanto, que as entrevistas passam por um processo que não é tão regular no caso dos nossos *corpora*: as entrevistas da revista *Isto é* parecem apresentar uma interação muito maior, pois para cada pergunta tem-se uma resposta, à medida que nas entrevistas do *Varsul*, muitas vezes, o inquiridor interfere poucas vezes na fala do informante. Isso se deve ao perfil das entrevistas que se moldam ao objetivo pretendido: enquanto o *Varsul* tende a deixar o informante mais à vontade, sendo de mais valia recolher a fala sobre assuntos pessoais e, por vezes, subjetivos; a entrevista da revista *Isto é* busca mais informações sobre um assunto com respostas mais objetivas. Nesse sentido, não seria adequado considerar que tais entrevistas sejam ‘altamente interacionais’.

- O texto falado apresenta, assim, uma sintaxe característica, sem deixar de ter, como fundo, a sintaxe geral da língua.

Essas são as observações sobre as propriedades da confecção do texto falado. A autora ainda acrescenta que, em sentido oposto ao que acontece com o texto escrito, em que o produtor dispõe de um tempo maior para o planejamento, lançando mão de rascunhos e revisões, o texto falado surge no próprio momento da interação, sendo ele mesmo seu próprio rascunho. Esse fenômeno fornece diversos objetos de estudo para a Sociolinguística. Ademais, no momento da interação, o texto é elaborado em uma *co-produção discursiva*, nos termos de Marcuschi (*apud* Koch, 1992, p. 69). Interlocutores estão empenhados conjuntamente na produção do texto. Como o que importa é a interação imediata, sucedem pressões de ordem pragmática que acabam por sobrepor-se às exigências da sintaxe. Esse ato dinâmico acaba exigindo que o locutor não se prenda tanto a regras sintáticas em favor das necessidades da interação, fato que se revela pela presença, no texto falado, de falsos começos, orações truncadas, anacolutos etc., bem como repetições e metalinguagens, com a intenção de se fazer compreender. Como poderemos ver no exemplo retirado dos dados dos *Varsul*, há repetições próprias da linguagem, mostrando que o ato comunicativo é o próprio “rascunho” da fala:

(43) Foi benzendo, *foi indo, foi indo*, até que ela ficou boazinha.
Essa aí, eu vi que *ela* (inint), *ela* não queria nem sentar (SC
FLP 08 - FBP22).

A repetição presente no texto falado é prova de que ele é confeccionado e corrigido no mesmo instante em que está sendo

elaborado, tornando bem comuns essas ocorrências. Na transcrição essas reiteraões, falsos começos etc. são mantidos. Podemos observar também que a sintaxe é diferente na fala e na escrita: o pronome demonstrativo aparece ao lado do advérbio de lugar, topicalizando o sujeito sobre quem o informante fala, no caso do exemplo, aparecendo logo depois sob a forma pronominal *ela*. Isso é bastante comum na fala. No caso acima, na expressão topicalizada *Essa aí*, o demonstrativo seria uma espécie de dêitico anafórico (ao mesmo tempo que parece retomar, ele aponta) e remete ao sujeito a quem o informante se refere.

Temos de levar em conta que essas características da fala são mantidas ao máximo no *corpus* do *Varsul*, bem como elementos da interlocução, enquanto as entrevistas da revista *Isto É* tentam apagar essas marcas orais. Um dos motivos pode estar associado à idéia de que marcas orais poderiam desvalorizar o texto por serem consideradas caóticas e variáveis. Contudo, destacamos que nesse modelo de publicação seria inviável manter essas características orais. Pautando-nos na *organização geral da conversação*, de Koch (1992), cada conversação se organiza em *turnos* diferentes, que equivale em cada intervenção de um dos participantes no decorrer da interação. Nesse sentido, considera-se que haja interações *simétricas*, como as conversas do dia-a-dia, em que todos os participantes têm igual direito ao uso das palavras; e interações *assimétricas*, como entrevistas, consultas, palestras em que um dos parceiros detém o poder da palavra e a distribui de acordo com sua vontade. Nossos *corpora* se enquadram nesse segundo tipo. Passamos desse ponto para a *organização tópica da conversação* que, segundo Koch, diz respeito à estrutura da conversação em termos de sua organização tópica. Durante a interação, os

interlocutores têm sua atenção centrada em um ou vários assuntos. Tais assuntos são, no entanto, delimitáveis no texto conversacional. Segundo a autora, embora se passe quase imperceptivelmente de um assunto a outro, ao final da interação, pode-se, através dos interlocutores, enumerar os principais tópicos tratados. Tópico é o assunto sobre o qual se fala, considerando que essa questão envolve níveis mais complexos nos quais não nos adentraremos, pois não julgamos de extrema importância para esta pesquisa.

Refletindo sobre a organização geral e a organização tópica da conversação, alguns pontos devem ser levantados com relação aos nossos *corpora*. De acordo com a organização geral, as duas entrevistas, do *Varsul* e da revista *Isto é*, fontes de materiais para análise desta pesquisa, enquadram-se na interação assimétrica: inquiridor e/ou entrevistador detêm o poder de guiar a entrevista de acordo com suas vontades. Por outro lado, considerando-se a organização tópica, a entrevista do *Varsul* passa de tópicos a tópicos ou a subtópicos constantemente, devido ao fato de a busca por fenômenos na linguagem vernacular exigir um *corpus* mais extenso. Trata-se do chamado contexto A_3 ⁴⁶:

Em alguns tipos de entrevista, é necessário cortar réplicas longas e digressivas, ou interrupções rápidas ou retóricas, a fim de levar o trabalho a cabo. Neste programa de entrevista, prevaleceu a política oposta. Toda vez que uma pessoa dava sinais de querer falar, nenhum obstáculo se interpunha: quanto mais ela divagasse, mais chance nós tínhamos de estudar seu padrão de fala natural. Alguns falantes mais velhos em particular, dão

⁴⁶ Há mais contextos abordados por Labov (2008), entretanto, para o momento faremos uma abordagem somente de dois.

pouca atenção às perguntas que lhe são feitas. Costumam ter alguns pontos de vista preferidos, que querem expressar, e têm uma larga experiência em fazer uma rápida transição do tema para o assunto que lhes fala mais ao coração. (LABOV, 2008, P. 116).

Outro contexto que pode deixar o informante à vontade é o contexto A₅. Nesse caso, o inquiridor faz perguntas que sugerem respostas mais amplas, do tipo *“você já esteve numa situação em que pensou que estava correndo sério risco de morrer – em que você disse a si mesmo: “Chegou minha hora”?”*(LABOV, 2008, P. 119). Caso o informante diga ‘sim’ cabe ao entrevistador perguntar: “o que aconteceu?”, abrindo precedente para que *o informante se sinta à vontade fale sobre o assunto, preocupando-se pouco com o tempo ou com a delimitação* do tema tratado. Geralmente, nesse momento da entrevista, o informante monitora pouco ou quase nada sua fala. Assim:

À medida que o informante começa a responder, ele se sente impelido a mostrar que de fato existiu um real perigo de morrer; sua auto-imagem fica muito prejudicada se ficar evidente que não houve nenhum perigo. Frequentemente ele fica envolvido na narrativa a ponto de parecer estar revivendo aquele momento crítico, e surgem sinais de tensão emocional. (LABOV, 2008, p. 119)

Por outro lado, as entrevistas da revista *Isto é* geralmente se pautam em um tópico central. Não podemos precisar quanto tempo foi gasto nas entrevistas da revista em questão, no entanto, pelo formato em que são dispostas, podemos perceber que o número de quadros tópicos é mais reduzido talvez pelo fato de as perguntas serem mais objetivas e o

interesse ser pela opinião do entrevistado, ou seja, pelo conteúdo, não por seu vernáculo.

Embora haja essas diferenças quanto ao tópico central ou assunto a ser tratado nas entrevistas e a forma como foram passadas de uma modalidade a outra, consideremos que um texto, seja oral ou escrito, apresenta anáfora e dêixis. Dessa forma, algumas considerações devem ser feitas a respeito das palavras indiciais neles encontrados. De todo modo, embora supomos que na revista Isto é os elementos de interlocução tenham sido apagados, inclusive os referentes a dêixis situacional, nada impede que eles apareçam. Da mesma forma, mesmo os dados do Varsul apresente a fala casual em seus dados, é possível que apareça demonstrativo este marcando a 1^a pessoa ou sinalizando catáfora. Consideraremos na hora da análise todas as questões que permeiam esses corpora para melhor analisá-lo.

2.7 Considerações finais sobre o capítulo

Nesta pesquisa temos de considerar três aspectos básicos que influenciam diretamente no comportamento dos demonstrativos em questão: um no nível da referenciação que abarca, nesse caso, a anáfora e a dêixis; um no nível das modalidades da língua, a saber, até onde uma modalidade influencia na outra em nossos dados; e um quanto à norma sob a qual é estabelecido o uso do demonstrativo, se vernacular ou culta. Isso torna a análise um pouco mais minuciosa e mais propensa a apresentar certos equívocos na interpretação dos resultados.

Quanto às modalidades, na oralidade coloquial, há maior propensão a se usar demonstrativo sem uma exigência de especificidade dos referentes, tanto para o contexto exofórico quanto para o endofórico. Como expõem Mondada e Dubois (2003), o caráter vago é de modo geral inevitável na conversação, principalmente quando os interlocutores têm que negociar os objetos de discurso. Acreditamos que a fala transpasse mais uma idéia de instabilidade desses objetos, uma vez que durante essa negociação alcançar um referencial estável e objetivado para se compreender essas referências vagas seja menor em relação “a possibilidade de descrever os processos de coordenação entre locutores e a organização das atividades nas quais eles estão envolvidos” (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 40). As autoras ainda ressaltam que as instabilidades das categorias consistem em processos complexos em nível psicológico, discursivo e lingüístico resultantes de competências sociais, de pontos de vista, atividades situadas e de práticas intersubjetivas e não de propriedades incertas do mundo. Dessa forma, é maior a tendência de uso do *isso* na oralidade, ou de demonstrativos

determinantes com núcleo de significado vago como *coisa*, como vimos nas seções anteriores.

Por outro lado, encontra-se na escrita uma propensão maior em se nomear os objetos de discurso nos SN's demonstrativos. De certa forma isso está associado à tentativa de estabilização ou materialização das categorias cognitivas e lingüísticas que ganham essa "forma", sobretudo, por meio de inscrição tais como a escrita, a imprensa, a imagem. No nosso caso, a escrita permitiu dispor e fixar, considerando as relações de tempo e espaço, as palavras do discurso oral, o que não quer dizer que tais categorias se transformem em uma cristalização definitiva⁴⁷. Como vimos, a escrita não está nem acima nem abaixo da fala, mas permite novas formas de cálculo, de raciocínio lógico, de argumentação. Outras possibilidades são a de estocar, memorizar, reencontrar os dados a serem manipulados cognitivamente, organizando-os sinóptica e ordenadamente. Os usos lingüísticos são estabilizados por meio dos textos, tornam-se referentes estáveis, documentados e no caso de revistas como a *Isto é* há a emergência de uma norma que legitima e avalia a correção lingüística pela qual o sistema lingüístico é estabilizado, de modo que os demonstrativos tendem a seguir mais a norma-padrão. Embora saibamos que a troca do demonstrativo *este* por *esse* e vice versa não seja estigmatizada, os meios de comunicação da classe elitizada ainda podem fazer uso dos demonstrativos anafóricos com base na norma-padrão, embora já se use o *este* anaforicamente para referentes imediatos. Enquanto esses dados de entrevistas retextualizadas da revista *Isto é* permitem tornar visíveis as

⁴⁷ Citando Roch (1987), Mondada e Dubois (2003, p. 43) alertam para o fato de os princípios de categorização permitirem caracterizar os protótipos como construções dinâmicas mais que como representações estabilizadas, estocadas na memória, chegando a falar da existência de graus de prototipicidade.

regularidades invisíveis nos usos lingüísticos da norma culta, os dados transcritos das entrevistas do *Varsul* permitem tornar visíveis as “irregularidades” e variações dos usos lingüísticos vernaculares, se tomarmos como base a norma culta.

De fato, os pronomes demonstrativos são um dos representantes do caráter indicial da linguagem e do discurso, sem, no entanto, carregar consigo a função de discretizar de forma fiel, única e estável o mundo. O que acontece é que a modalidade escrita da língua dá uma falsa idéia de estabilidade e a fala daria menos estabilidade. Entretanto, não se trata de ineficácia do sistema lingüístico cognitivo, e sim da capacidade de tratar a variabilidade das situações através de uma categorização adaptativa, considerando-se que:

Isto não significa que as descrições são caóticas ou desordenadas: os sujeitos possuem estrutura cognitiva, notadamente memoriais, que permitem dar uma estabilidade a seu mundo, assim como procedimentos sistemáticos para organizar a co-construção dos objetos de discurso (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 40).

Pautando-nos no texto das autoras, Mondada e Dubois (2003), tratamos a referenciação a partir de duas perspectivas: a categorização por meio dos SN's demonstrativos, que dão certa estabilidade ao mundo, e, por outro lado, abordamos o tema a partir de uma perspectiva lingüista interacionista e discursiva que encara as atividades de referenciação como constante construção de objetos de discurso e de negociação de modelos públicos do mundo. Consideremos no entanto que a referência dos demonstrativos não é autônoma, pois ora ele aponta um referente ora outro de acordo com a situação discursiva. A atenção

deve estar voltada para o fato de os demonstrativos serem elementos indicativos, retomando ou apontando referentes, e não os substituindo. Mesmo quando o núcleo do SN é elíptico a idéia do referente fica subentendida. A referenciação representada por esses pronomes sofre com os equívocos em se querer separar um processo dêitico do anafórico. Na tentativa de analisar e descrever melhor os dados utilizamos a denominação de Bosch (1983 apud MILNER, 2003) sobre esses processos quanto aos demonstrativos: no processo dêitico desloca-se o campo da atenção para o referente e na anáfora a intenção é manter o referente no campo da atenção. Mesmo com esse método ainda têm-se dificuldades em certos casos de se identificar a qual processo o demonstrativo está habilitado.

3 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA TEORIA A VARIAÇÃO E DA MUDANÇA

3.1 Do surgimento da lingüística à sociolingüística

O século XX foi marcado na área de estudos sobre a língua, quando Saussure começa a fazer investigações que deram origem à Lingüística. A língua, para Saussure, é “um sistema de signos” – um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. É ele quem começa a discussão sobre a existência de uma parte social da linguagem que, segundo ele, é exterior ao indivíduo, não podendo ser alterada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade. De outro lado, Saussure coloca a fala que é encarada por ele como um ato individual, resultante das combinações feitas pelo sujeito falante utilizando o código da língua.

Tal lingüista divide o estudo da linguagem em duas partes: uma que investiga a língua e outra que analisa a fala, sendo, segundo ele, necessária a existência de duas lingüísticas: a lingüística da língua e a lingüística da fala. Saussure focalizou em seu trabalho a lingüística da língua, “produto social depositado no cérebro de cada um”, sistema supra-individual que a sociedade impõe ao falante. Para o mestre genebriano, “a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua em si mesma, e por si mesma”. Entretanto, um deles, Meillet (1866-1936 apud Calvet 2007, p.14) se distanciou de seus pressupostos por passar a considerar a língua (sistema abstrato) e fala (uso da língua com

influência social) como partes inseparáveis, visto que são interdependentes: a língua é condição para se produzir a fala, mas não há língua sem exercício da fala.

Meillet se opôs aos pressupostos estruturalistas de Saussure, convergindo para uma abordagem interna e externa dos fatos da língua e de uma abordagem sincrônica e diacrônica dos fatos lingüísticos, buscando explicar a estrutura pela história. Saussure separava lingüística externa e interna, ao passo que Meillet passou a associá-las. Dessa forma, o lingüista francês adota a postura de que somente é possível se chegar à compreensão dos fatos da língua se fazendo referência à diacronia, à história, contrária à posição do lingüista genebrino que adota um modelo abstrato da língua, estudado apenas sincronicamente. Segundo Meillet, há problemas nos pressupostos de Saussure, em primeiro lugar por ser focado em um estudo abstrato da língua. Em segundo lugar, por afirmar que a língua é parte social da linguagem ou que ela é uma instituição social, sendo que essa definição teórica saussuriana é frágil para abarcar essas afirmações sobre o caráter social da língua. Mesmo com esses equívocos, é preciso reconhecer a importância dos estudos saussurianos que se tornou ciência piloto entre as demais ciências humanas, até o momento em que as críticas ao modelo excessivamente formal começaram a surgir e a estabelecer novos pressupostos.

Em meados dos questionamentos feitos ao modelo estruturalista, surge em meados do século XX, a Gramática Gerativo-transformacional, do norte-americano Noam Chomsky trazendo para os estudos lingüísticos uma nova onda de transformação. Antes a teoria descritivista julgava a descrição dos fatos suficiente para explicá-los.

Contrário a essa corrente, Chomsky, a partir do final dos anos 1950, em seu livro *Sintatic Structure*, propõe que a análise lingüística prenda-se menos aos dados e preocupe-se mais com a teoria. A partir da teoria chomskyana, observar e classificar os dados não é o suficiente, mas sim “uma teoria explicativa que preceda os dados e que possa explicar não só as frases realizadas, mas também as que potencialmente seriam produzidas pelo falante” (PETTER, 2006, p. 22). Para Chomsky, somente depois de estabelecidas *leis gerais* é que se pode explicar um fenômeno. Surge então a *teoria da gramática*⁴⁸ que trata de todas as frases gramaticais, isto é, todas as frases que pertencem à língua; não ditando regras, mas apenas explica as frases realizadas e potencialmente realizáveis na língua proposta. É a competência do falante que vai organizar os elementos lingüísticos que constituem uma sentença, conferindo-lhes *gramaticalidade*. Uma seqüência de palavras é agramatical quando não respeita as regras gramaticais do sistema lingüístico, do conhecimento internalizado de que dispõe o falante. A gramática é nomeada *gerativa*, porque a teoria postula que de um número limitado de regras é possível gerar um número infinito de sentenças. Os gerativistas estão preocupados em depreender na análise das línguas propriedades comuns, universais da linguagem, que constituem a *gramática universal* (GU). A teoria gerativa, dessa maneira, centra-se nas propriedades formais das línguas e a natureza das regras exigidas para descrevê-las, desconsiderando as relações entre a linguagem e o mundo. É a competência do falante que vai organizar os elementos lingüísticos que constituem uma sentença, conferindo-lhes *gramaticalidade*. Uma seqüência de palavras é agramatical quando não

⁴⁸ Não se deve confundir aqui a *gramática gerativa* com a *gramática normativa*, porque não dita regras, apenas explica as frases realizadas e potencialmente realizáveis na língua proposta.

respeita as regras gramaticais do sistema lingüístico, do conhecimento internalizado de que dispõe o falante. No entanto, os estudos gerativistas baseiam-se em um falante-ouvinte ideal, trabalhando apenas com frases ideais e não “reais”.

A enunciação, por sua vez, é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. E, o diálogo, por sua vez, constitui uma das formas mais importante da interação verbal, mas podemos compreender a palavra “diálogo” num sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, independente de seu tipo.

Com a Sociolingüística Variacionista, a metodologia de análise lingüística focaliza, principalmente, a fala das comunidades e, em segunda instância, a escrita. A prioridade atribuída pelo lingüista ao estudo da língua falada explica-se à necessidade de corrigir os procedimentos de análise da gramática tradicional, que se preocupava quase exclusivamente com a língua literária, como modelo único para qualquer forma de expressão escrita ou falada. O prestígio e a autoridade da língua em nossa sociedade, muitas vezes, são obstáculos para os principiantes nos estudos da Lingüística, que têm dificuldade em perceber e aceitar a possibilidade de considerar a língua falada independentemente de sua representação gráfica (PETTER, 2006).

No século XIX os lingüistas preocupam-se com o estudo das transformações por que passavam as línguas, na tentativa de explicar mudanças lingüísticas. A lingüística era histórica ou diacrônica. No século XX, foca-se na sincronia, entretanto, é a partir da

Sociolinguística que o foco na variação e mudança passam a ser observados, levando-se em consideração a sincronia e a diacronia. Assim, em contraposição aos estudos saussurianos que postulavam a língua como homogênea, e aproveitando, em certa medida, o que a teoria gerativa discutia sobre regras fonológicas, Labov (1972) concebe a língua como inerentemente social e heterogênea, introduzindo-a no seio da comunidade lingüística. Assim, a sociolingüística dos anos 1960 incluía, por um lado, o alargamento da noção de competência de modo a abranger a variação e, por outro, o uso de amostras de fala real como dado no lugar das intuições. (cf. LABOV, 1972; CEDERGREN & SANKOFF, 1974, *apud* CAMACHO, 2001: 58).

Abandona-se, então, a base dos estudos lingüísticos do início do século XX - apoiado no caráter homogêneo e abstrato da língua -, voltando-se para a heterogeneidade e o caráter usual da língua. Do estudo do sistema, passa-se a estudar a fala. A Sociolingüística surge com uma concepção alternativa às linhas estruturalista e gerativa, a qual se preocupa com o espaço da língua na sociedade e particularmente com o contexto social da diversidade lingüística.

3.2 Teoria da Variação e da Mudança

Como objetivamos fazer uma reflexão sobre o comportamento dos demonstrativos *este* e *esse*, os dados serão analisados à luz da metodologia variacionista de William Labov, conhecida como Teoria da Variação Lingüística, a qual contém postulados básicos que fundamentaram este estudo. Labov, um dos principais representantes dessa teoria, realizou pesquisas que contribuíram de forma fundamental

e eficaz para a descrição da língua em uso numa perspectiva sociolingüística (MOLLICA, 2003). A partir dos estudos labovianos, acerca da linguagem, ganham novo impulso e a heterogeneidade e o caráter usual da língua nas pesquisas lingüísticas.

Destacam-se como os principais trabalhos de Labov as pesquisas realizadas sobre a estratificação social do [r] pós-vocálico na cidade de Nova York (1962), centralização dos ditongos [ay] e [aw] na ilha de Martha's Vineyard (1963) e o apagamento da cópula entre adolescentes negros do Harlem, em Nova York (1969).

A sociolingüística alçou como seu objeto de estudo “a variação lingüística”, esta entendida como um fenômeno universal que pode ser descrita e analisada cientificamente. A variação deve ser associada à própria natureza da língua, especialmente ao seu caráter social. A língua é heterogênea, ou seja, não é falada da mesma forma pelos membros da comunidade. Coube a sociolingüística investigar o grau de estabilidade ou mutabilidade da variação, reconhecendo seu caráter regular e sistemático.

Para a sociolingüística, então, essa diversidade está condicionada a fatores internos e externos à língua. Nos processos de mudança que ocorrem em uma comunidade de fala, haverá formas lingüísticas em variação, em estado de co-ocorrência ou em estado de concorrência. Há no entanto a forma que será a escolhida por uma comunidade e realizada por ela. Essa escolha começou a ser investigada pela sociolingüística laboviana, ou Teoria da Variação Lingüística. Essa teoria, também conhecida como Sociolingüística Quantitativa, estuda as correlações sistemáticas entre as formas lingüísticas variantes (duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa) e determinados fatos sociais, como

escolaridade, sexo, faixa etária, classe social e etnia dos falantes. Tal estudo sobre a variação acrescenta-se à dimensão geográfica e à dimensão social como fator de diferenciação lingüística. A Sociolingüística investiga um fenômeno lingüístico a partir da correlação entre aspectos do sistema lingüístico e aspectos do sistema social, focalizando a variação passível de ser descrita e analisada. A essas formas em variação de acordo com Tarallo (2008, p. 8):

Dá-se o nome de “variantes”. Variantes Lingüísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de “variável lingüística”.

Louis Jean Calvet (2002, p.90) acrescenta:

Entendemos aqui por variável o conjunto constituído pelos diferentes modos de realizar a mesma coisa (um fonema, um signo) e por variante cada uma das formas de realizar a mesma coisa.

Por ser encarada como variável, a regra deve registrar certo índice de frequência. Para tanto, é preciso que haja um número significativo de ocorrências, não-arbitrárias, para se firmar uma variação. Entretanto, a essa teoria devem ser agregadas teorias lingüísticas existentes, seja na área da fonologia, da sintaxe ou semântica. A investigação procura o grau de estabilidade ou mutabilidade da variação, examinando as variáveis que contextualizam as variantes e descrever seu comportamento. Nesse estudo, pode-se identificar variáveis internas e externas à língua, ou variáveis independentes que condicionam a variável dependente. Assim, as

variáveis são subdivididas em: variáveis dependentes e independentes. A variável é dependente, pois o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por fatores estruturais ou internos (lingüístico), ou por fatores externos ou sociais (extralingüísticos). A esse grupo de fatores dá-se o nome de variáveis independentes, ou seja, exercem alguma influência sobre o uso de uma ou outra forma em variação na língua.

A variação lingüística entendida como um fenômeno intimamente ligado à natureza da língua pode ocorrer nos seguintes eixos: diatópico, diastrático e diafásico. Entendemos por diatópico as transformações motivadas pelas diferenças regionais, por exemplo, rural e urbano, norte e sul. As mudanças que ocorrem no eixo diastrático podem obedecer a fatores inerentes ao indivíduo como, por exemplo, etnia e sexo, ou propriamente sociais, tais como, escolarização, profissão, classe social, etc. Há ainda os fatores contextuais, que marcam o grau de formalidade ou informalidade dos discursos lingüísticos. Denominamo-los como o eixo diafásico.

Esses três eixos, então, compreendem as variáveis externas que podem influenciar a concorrência ou co-ocorrência de formas lingüísticas, como os demonstrativos *este* e *esse*, por exemplo, sendo usados para se referir a 1ª pessoa ou 2ª pessoa indistintamente ou para indicar foricidade.

As variáveis internas são aquelas concernentes à natureza lingüística. São os fatores fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, etc. Cabe ao sociolingüista avaliar esse conjunto complexo de fatores no momento de analisar os dados, identificando os condicionantes mais relevantes para a pesquisa. No que se refere à variação dos demonstrativos, por exemplo, uma das variáveis internas

que tem se mostrado significativa é a sua função anafórica ou dêitica. Essas variáveis agem conjuntamente:

As variáveis, tanto lingüísticas quanto as extralingüísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes (MOLLICA, 2003, p.27)

Assim o estudo da Sociolingüística objetiva descrever um fenômeno lingüístico pautado na Teoria da Variação, calculando a influência dos fatores internos e externos sobre a variação lingüística. Entendendo a língua como mutável e sistêmica.

Nesse sentido, para Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), as variantes que concorrem carregam uma significação social, ao ser avaliada negativa ou positivamente a variante inovadora. Tal avaliação pressupõe uma certa consciência por parte do usuário da língua a respeito do valor da variante, sendo ele quem decide se ela será preterida ou não. Ademais, o falante pode decidir sobre a propagação ou retenção da variante. Essa avaliação, além de interferir na atitude lingüística do falante, pode servir como indicador de mudanças em curso na comunidade, pois, em muitos casos a avaliação feita pelos falantes de uma comunidade lingüística precede à uniformização dos padrões de uso, incidindo tendências de mudança dentro da comunidade (LUCCHESI, 2008).

A língua sofre variações e algumas delas podem resultar em mudança, ambos fundamentais para os estudos sociolingüísticos. Para sustentar a teoria da mudança lingüística desenvolvida por WLH (1968), é preciso investigar algumas questões como a dos fatores

condicionantes, transição, encaixamento, avaliação e implementação. Desse modo, o lingüista deve ter a compreensão de como se caracteriza o fenômeno em variação; verificar um estágio antes da variação e o estágio atual; qual o entrelaçamento da mudança com a estrutura social e lingüística; verificar se a variante inovadora apresenta *status* negativo ou positivo na comunidade lingüística em questão; e, por último, porque a mudança ocorre em uma determinada época e se é possível falarmos em mudança em progresso.

As pesquisas labovianas foram um marco uma vez que evidenciaram fatos lingüísticos que os estruturalistas excluía até então do campo dos estudos da linguagem, devido a sua diversidade e conseqüente dificuldade de apreensão. Através de pesquisas de campo, a sociolingüística, descreve e analisa sistematicamente diferentes falares elegendo vernáculo como seu principal objeto para análise.

3.3 Método sociolingüístico

Definida a variável a ser analisada, o pesquisador tem a sua frente mais alguns caminhos a serem percorridos para enfim checar suas hipóteses sobre as variáveis. É preciso definir o *corpus*, coletar os dados, estabelecer as variáveis independentes, definir a amostra e por fim fazer a análise dos dados.

O *corpus* da pesquisa sociolingüística é composto basicamente pelo vernáculo, definido como o veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. É a língua que usamos nos botequins, clubes, rodas de amigos. (TARRALLO, 2008, p.19).

Embora o vernáculo seja o foco principal da pesquisa sociolinguística, estudos que levem em conta as diferenças entre gêneros e entre as modalidades de fala e de escrita são também importantes para se entender como a língua é usada nas diferentes esferas sociais.

Cada um possui especificidades inerentes a sua própria natureza e valor social. Certamente, as pessoas não escrevem exatamente do mesmo modo que falam, uma vez que se trata de processos diferentes. Essas diferentes condições de produção para usos de diferentes intenções propiciam a criação de diferentes tipos de linguagem, que se agrupam nas duas modalidades da língua.

O discurso escrito normalmente utiliza a variante culta da língua. Entendemos por variante culta aquela que é prestigiada pela comunidade de fala. O discurso falado pelo contrário, em suma, manifesta-se de forma menos preocupada com a norma culta.

Como as comunidades de fala contêm um número elevado de indivíduos, seleciona-se apenas alguns falantes que constituirão a amostra. Os resultados de análises realizadas serão então relativos a essa amostra, não perdendo de vista que se pretende obter uma pesquisa da comunidade a partir dos dados analisados. No capítulo sobre metodologia, abordaremos sobre a amostra analisada nesta pesquisa.

3.4 Coleta dos dados

A teoria metodológica da Sociolinguística Variacionista coleta seus dados a partir de regras que conduzem a uma boa observação dos fatos lingüísticos. O sociolinguista entrará na comunidade de fala para observar o uso da língua.

William Labov (*apud* MOLLICA, 2003) traça algumas recomendações essenciais para essa inserção do investigador na comunidade de fala, são elas:

- que o investigador se apresente de modo simples;
- que não se apresente como parte da universidade, pois fará que o falante dê demasiada atenção a própria fala;
- que o investigador não dê explicações em demasia;
- que não esconda o gravador, por motivos éticos.

Esses cuidados são importantíssimos para que a coleta seja satisfatória para os objetivos traçados pela pesquisa sociolinguística. Esses procedimentos foram usados para a coleta de dados do banco *Varsul*.

Após esse processo, como de fato colher os dados? Existem três tipos básicos de coleta: (i) interação livre; (ii) entrevistas; (iii) testes.

A entrevista é de fato o método mais utilizado pelos sociolinguistas. Esta consiste na interação entre o pesquisador com o informante. A entrevista deve proporcionar um ambiente informal, posto que o objetivo seja a fala habitual e menos monitorada pelo falante. Segundo Labov (2008, p. 102) “a entrevista formal define um contexto discursivo em que somente (...) a fala monitorada ocorre. (...) O problema agora é ver o que se pode obter dentro dos limites da entrevista”.

A inevitável presença do pesquisador/entrevistador constitui o que a literatura convencionou chamar de paradoxo do observador. Ou seja, sua presença de alguma maneira influenciará na coleta de dados. Uma maneira de superar o paradoxo é romper os constrangimentos da

situação de entrevista com vários procedimentos que desviem a atenção do falante e permitam que o vernáculo emerja (LABOV, 1972, p.244).

Também é possível fazer observações de modo anônimo em lugares públicos, por exemplo. Ou mesmo pelos meios de comunicação em massa como rádio e TV, embora os condicionamentos estilísticos estejam muito presentes. As possibilidades não se limitam por aqui, tudo dependerá dos objetivos de cada pesquisa. Ao longo dos estudos sociolinguísticos, pesquisadores juntaram um bom número de conselhos a respeito de como agir frente à comunidade.

Labov recomenda que o investigador se apresente de modo simples e peça ajuda do tipo “sou daqui mesmo” ou “sou de fora” ou “meu trabalho consiste em encontrar as diferentes maneiras como as pessoas vivem nos diversos bairros” (ou tribos, ou famílias etc.).

O autor ainda recomenda que o investigador não se apresente como fazendo parte de uma universidade, pois, embora a menção da universidade faça-lhe abrir mais as portas de certas comunidades onde ela for prestigiada, fará com que também os falantes dêem demasiada atenção à própria fala, o que, como veremos, é a pior praga do sociolinguísta.

Esses procedimentos metodológicos foram aplicados pelos pesquisadores do projeto *Varsul* ao formarem o banco de dados. Uma pequena amostra desse banco será utilizada neste trabalho.

3.5 Considerações finais sobre o capítulo

Frente à diversidade lingüística existente no território brasileiro onde, além do português, são faladas outras línguas como a indígena, a italiana, a espanhola, a japonesa, entre outras, que compõem o panorama lingüístico do Brasil, fica evidente que em nosso país os fatores socioculturais são diversos podendo atuar no PB. A Teoria da Variação e Mudança, como vimos, nos traz questões fundamentais para que possamos descrever, analisar e entender os contextos de uso de nosso objeto de estudo. Entender a variação como sistemática e não aleatória nos faz ver que teorias que tratam da língua como um sistema imutável e abstrato desconsideram riquezas e fenômenos que tendem a se alterar à medida que a sociedade passa por transformações. A língua reflete a situação social, pois aquela está indissolivelmente ligada a esta (BAKHTIN, 2004).

Para a análise de nossos dados, buscamos levar em conta os pressupostos que embasam a variação lingüística, observando a comunidade de fala escolhida, representando o vernáculo dos falantes de Florianópolis. Por outro lado, escolhemos investigar um *corpus* retirado de um meio de comunicação em massa e observar o fenômeno em estudo nesta pesquisa. Nesses *corpora* focaremos o uso dos demonstrativos *este* e *esse*.

4 METODOLOGIA

4.1 Introdução

Neste capítulo trataremos sobre a constituição da amostra, o método de separação dos dados e as variáveis dependentes e independentes que levantamos a fim de analisar o nosso objeto de estudo.

4.2 Procedimentos metodológicos

Escolhemos a revista *Isto é* do período de abril a junho de 2008. Para os dados do *Varsul*, escolhemos os informantes de Florianópolis. Utilizamos como parâmetro para a pesquisa desenvolvida neste trabalho a metodologia proposta pela Sociolingüística Variacionista, cujo direcionamento nos leva a analisar o fenômeno da variação lingüística à luz de condicionadores lingüísticos e sociais. Após ter os dados em mãos, separamos os casos em que apareciam os demonstrativos. Posteriormente, categorizamos os dados. Depois de categorizados, submetemos os dados ao programa estatístico VARBRUL.

4.3 Constituição da amostra

4.3.1 Projeto VARSUL

O VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul) é um banco de dados criado com o objetivo de possibilitar a descrição da variedade lingüística da área urbana da Região Sul e suas subvariedades locais, que compreende os Estados Paraná, Santa Catarina e Rio Grande de Sul. A coleta dos dados se iniciou no Rio Grande do Sul em 1988 e se estendeu aos demais Estados em 1990, instalando-se em quatro sedes: UFRGS, UFSC, UFPR, PUCRS. Sua amostra básica se completou em 1996, quando oficialmente foi inaugurado o Banco de Dados no I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul que se deu na UFRGS.

As amostras ficaram assim organizadas:

- Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja.
- Santa Catarina: Florianópolis, Blumenau, Chapecó e Lages.
- Paraná: Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco

A metodologia do levantamento de dado seguida foi a laboviana, e a transcrição das entrevistas foi feita com base no trabalho realizado pela equipe do Projeto Censo do Rio de Janeiro que teve a orientação de Anthony Naro. Houve a necessidade, pois, de se fazer uma versão particular, em virtude da diversidade étnica e sociocultural que caracteriza os três Estados que compõem a amostra.

Após a transcrição, os dados foram eletronicamente armazenados. Com o tempo, as entrevistas gravadas originalmente em

fitas-cassete deverão ser regravadas em CD, etapa esta já concluída na PUCRS.

Na seleção dos entrevistados, consideram-se as características sociais, ou seja, sexo, idade e escolaridade. O VARSUL possui a seguinte classificação social dos informantes:

- Sexo: masculino e feminino.
- Faixa Etária: dos 25 aos 39; dos 40 aos 55 e a partir dos 56 anos de idade.
- Escolaridade: primário, ginásio e secundário.

Após encontrar os informantes que atendiam aos perfis exigidos pelo projeto, a equipe do VARSUL realizou duas etapas de coletas de dados: na primeira, o entrevistador de identificava ao informante solicitando a colaboração para o trabalho acadêmico. A gravação do inquérito tinha duração de 5 a 15 minutos de fala, com a finalidade de confirmar as características sociais do falante e preparar a entrevista posterior.

O contato inicial serviu para o roteiro de assuntos utilizados pelo entrevistador na segunda etapa da coleta. A fim de proporcionar espontaneidade à situação, o entrevistador tinha o cuidado de deixar o informante à vontade, no intuito de se conseguir amostras de fala despreocupada com a linguagem, fazendo uso de discurso variado em termos de vocabulário e estrutura. Essa segunda pesquisa fora realizada preferencialmente na casa do entrevistado com uma hora de duração.

Como não poderia deixar de ser, o Banco VARSUL vem sendo constantemente ampliado com o acréscimo de novas amostras em todas

as sedes. A amostra que a princípio se constituía de informantes sem curso superior, distribuídos por grau de escolaridade, sexo e faixa etária (acima de 25 anos), se ampliou, contemplando novas regiões, diferentes faixas etárias, bem como níveis de escolaridade. Note-se também que o VARSUL vem se tornando fonte de formação de novos pesquisadores, abrindo portas a alunos de graduação (bolsistas de iniciação científica), mestrands e doutorandos.

Para esta pesquisa, selecionamos 12 entrevistas da capital Florianópolis, cujos informantes são 6 homens e 6 mulheres, com o primário ou o colegial, abarcando três faixas etárias: de 15 a 25 anos; de 26 a 45; e de 50 anos em diante. Como se trata de uma pesquisa sociolingüística, que visa apurar as variações que ocorrem na língua, nosso intuito era apurar o comportamento variável dos demonstrativos *este* e *esse*, levando-se em consideração que a amostra do projeto representa a fala coloquial dos informantes de Florianópolis. Com a fala não monitorada, emerge desses dados a possibilidade de serem identificadas situações sobre as quais a língua pode variar.

Nossos *corpora* correspondem a 13 entrevistas escritas (retextualizadas) da revista *Isto é* de abril a junho de 2008, e É importante salientar que a coleta dessas entrevistas na região metropolitana de Florianópolis seguiu alguns cuidados para diminuir a intervenção da presença do entrevistador/pesquisar. Como vimos no terceiro capítulo, a transcrição é realizada de acordo com procedimentos convencionalizados, e não se limita a passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica. Esse método, por exemplo, usa maiúsculas para tons mais altos, silabação para fala pausada.

4.3.2 Revista Isto É

A *Isto é* é uma revista semanal de informação de interesse geral, voltada para o público adulto e privilegia a reportagem. Há mais de trinta anos no mercado, consolidou-se como um dos veículos mais influentes do país. A *Isto é* (estilizada como ISTOÉ ou IstoÉ) é publicada pela Editora Três e considerada uma das três principais revistas semanais a circularem no Brasil, ao lado de *Veja* e *Época*, lançadas pelo jornalista italiano Mino Carta.

De acordo com o Site de Diretoria de Publicidade da Editora Três, o leitor da *Isto é* apresenta-se como ser formador e multiplicador de opinião, homens e mulheres, sendo que 67% dos leitores são da classe A e B e 66% com idade entre 20 e 49 anos.

Podemos afirmar que a revista é relativamente elitizada. Suas entrevistas trazem toda semana uma personalidade da política, da economia, celebridade, esporte etc., respondendo perguntas sobre si mesmo, sobre a carreira ou sobre o contexto no qual atua, discutindo assuntos que estão em voga e/ou que são da alçada do entrevistado.

Pelo perfil da revista, pressupomos que o monitoramento se faz presente durante as entrevista, alterando o nível de formalidade de acordo com o assunto tratado: se polêmico ou não, se é sobre política ou sobre uma celebridade televisiva etc. Para a publicação, a entrevista é submetida à retextualização para a versão final a ser publicada.

Embora se trate de uma entrevista, a revista *Isto é* apresenta um outro perfil de aplicação e coleta de informações se comparada às entrevistas sociolinguísticas aplicadas aos informantes do *Varsul*. Usamos os dados da entrevista que aparece na parte inicial da revista como um contraponto para a entrevista do *Varsul*. Como o

assimilaridade dos demonstrativos *este* e *esse* não sofre estigma, verificaremos se nos dados da revista, cujo conteúdo é revisado, apresenta variação quanto fenômeno estudado.

4.4 O envelope de variação

Obedecendo aos parâmetros metodológicos da Sociolingüística Variacionista, faz-se necessário correlacionar o fenômeno lingüístico observado com os traços lingüísticos e os dados extralingüísticos que podem influenciar essa variação utilizando informações estatísticas para uma análise mais acurada sobre o fenômeno estudado.

Os traços lingüísticos são aqueles relacionados à natureza interna da língua, ou seja, sua estrutura fonológica, morfológica, sintática e semântica. E os dados extralingüísticos são aqueles que envolvem os condicionantes sociais. Antes de adentrarmos nas questões de variáveis independentes, falaremos sobre as variáveis dependentes.

Para que o fenômeno lingüístico em estudo seja descrito adequadamente, faz-se necessário relacionar as variantes envolvidas no processo de variação, que seriam as variáveis lingüísticas e extralingüísticas, as quais compõem o envelope de variação (TARALLO, 2005). Nesta pesquisa, as partes constituintes desse envelope são a *variável dependente*, sendo nesta pesquisa o *este* e *esse*; e doze variáveis independentes: nove lingüísticas e três extralingüísticas.

4.4.1 A variável dependente

O fenômeno abaixo delimitado é a nossa variável dependente. Nossa variável dependente é constituída pelo pronome demonstrativo de 1ª pessoa *este* inclusive as formas preposicionadas (*neste, deste, nisto, disto*) e pelo pronome demonstrativo de 2ª pessoa *esse* e suas formas preposicionadas (*nesse, desse, nisso, disso*), o qual pode exercer, por exemplo:

- Função de *adjunto adnominal* dentro de um sintagma:

(44) O edital da APN prevê **essa** medida até início da apresentação das ofertas (02/04/2008 ano 31-2)

(45) Ai então eu fui na casa **dessa** senhora, Dona Alaíde, e é a Dona Alaíde e que me contava que eu tinha um tio chamado Venturão ... (SC FLP 8 – FBP2)

- Função de *núcleo* do sintagma:

(46) ... disse que não passaria a história como o presidente tomou conhecimento **disso** e deixou tudo continuar como antes (02/04/2008 ano 31-2)

(47) Ela dizia: “Mãe, não veste **isso** em mim, não, porque eu morro de calor.” (SC FLP 8 – FBP9)

4.4.2 As variáveis independentes

Retratando a teoria laboviana, Mollica (2008) afirma que o dinamismo é algo intrínseco às línguas naturais, ou seja, elas são heterogêneas. Ao capturar esse fenômeno através dos estudos

sociolingüísticos, Labov (2008 [1972]) percebeu e decretou que essa variação era condicionada por fatores lingüísticos (variáveis lingüísticas) e extralingüísticos (variáveis extralingüísticas). Ou seja, partindo do pressuposto de que a variação lingüística não é aleatória, se faz mister apontar conjuntos de circunstâncias lingüísticas e sociais (restrições) que implicam no favorecimento ou desfavorecimento do uso de uma ou outra variante, caso desta pesquisa o *este* ou o *esse*, de acordo com o uso da variável dependente em estudo. Para tanto, estabelecemos 9 variáveis lingüísticas e três extralingüísticas. A seguir apresentaremos essas variáveis.

4.4.2.1 Variáveis lingüísticas

Abaixo elencaremos as variáveis lingüísticas consideradas tanto para os dados *Varsul* quanto para os dados da Revista *Isto é*.

4.4.2.1.1 Uso canônico ou não canônico dos demonstrativos *este* e *esse*

O que nos motivou a fazer esta pesquisa foi o fato de o sistema dos demonstrativos relacionados às pessoas do discurso estar apresentando um desequilíbrio no que diz respeito às formas de 1ª e 2ª pessoa. Nesse sentido, buscamos controlar através dessa variável os casos em que uma forma foi usada no lugar de outra: *esse* no lugar de *este* e vice versa. Mas também acreditamos encontrar *esse* no lugar de *aquele*, principalmente no *corpus* do *Varsul*, como em *Vi esse lá* por *Vi aquele lá*. Vale ressaltar que neste último caso só é possível perceber

que os demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas estão sendo usados no lugar do de 3ª por conta dos advérbios de lugar.

Controlaremos essa variável, acreditando que a variação de uso das formas será maior em *esse* no lugar de *este*, tendo em vista uma ocorrência maior da forma *esse* nas pesquisas sociolinguísticas aqui analisadas. Logo, essa variável tem as seguintes variantes:

- *esse* no lugar de *este*
- *este* no lugar de *esse*
- *esse* no lugar de *aquele*
- *este* no lugar de *aquele*

Essa variável é de suma importância para a análise dos *corpora*, pois ela será crucial para detectarmos a variação das formas dos demonstrativos aqui investigados.

4.4.2.1.2 Uso dos demonstrativos *este* e *esse* segundo a função de adjunto adnominal do SN ou de núcleo do SN

Os demonstrativos neutros de 2ª pessoa com o tempo vieram perdendo sua propriedade semântica básica e juntamente a preposições passou a designar expressões fixas, passando de demonstrativo há um conectivo textual. Nesta pesquisa, não consideramos em nossos dados essas expressões. A princípio iríamos controlar somente os demonstrativos variáveis *este* e *esse*. Entretanto, vimos que os demonstrativos neutros também tiveram ocorrência significativa em uma observação prévia dos dados. Por meio dessa análise prévia

podemos perceber que o demonstrativo *isso* exercia papel de núcleo do SN.

A fim de podermos saber qual o demonstrativo mais usado, trabalhamos com a seguinte classificação:

- *adjunto adnominal* para as formas *este* e *esse*
- *núcleo* para os demonstrativos neutros

Tencionamos verificar qual a forma mais usada em nossos dados.

4.4.2.1.3 Uso de *este* e *esse* segundo a função referencial dos demonstrativos

De acordo com o segundo capítulo, vimos que a dêixis pode ser textual, quando trata da anáfora e da catáfora em um contexto chamado de endofórico; e a dêixis situacional ou exofórica, quando situa os elementos na cena enunciativa. Os demonstrativos bem como os demais pronomes são essencialmente dêíticos. Nesse sentido, quando se refere à dêixis textual, nomeada por Câmara Jr. (1999 [1971]) de ‘anáfora’⁴⁹, o sistema dos demonstrativos seria essencialmente dicotômico, não havendo distinção de pessoa. Nesse contexto *este* seria apenas uma forma enfática de *esse*, sendo assim representado o sistema *este:esse x aquele*, isto é, *perto x longe*. Por outro lado, a dêixis situacional deveria apresentar distinção de pessoa: *este* se referindo ao campo do *eu* e *esse* se referindo ao campo do *tu* em contraste com o *aquele* que remeteria a algo fora do campo do falante e do ouvinte.

Conforme Câmara Jr. (1999 [1971]), o sistema ‘anafórico’ dos demonstrativos estaria influenciando no sistema dêítico, passando este último de um sistema tricotômico para dicotômico, reduzindo-se a duas

⁴⁹ Câmara Jr. trata dêixis textual ou endofórica (anáfora e catáfora) como anáfora..

formas apenas: *esse* x *aquela*. De acordo com ele, as formas de 1ª e 2ª pessoas passariam a ser representadas por uma única forma, nesse caso, a forma *esse*. Segundo o autor, a forma de 2ª pessoa é a mais usada na fala coloquial brasileira, devido à distinção fonológica das formas *este* e *esse* ser pequena. Dessa maneira, as duas formas são assimiladas e como a pronúncia de *esse* exige um menor esforço, opta-se por essa forma. Essa questão que motivou consideravelmente a nossa pesquisa: a preocupação em se investigar se o sistema dos demonstrativos estaria tendo suas formas reduzidas no que diz respeito à dêixis situacional, sendo, pois eliminada a forma *este*.

Para tanto, nomeamos a dêixis situacional como dêixis simplesmente e a dêixis textual separamos em anáfora (que retoma um referente) e catáfora (que aponta um referente que virá). Para controlar essa variável temos:

- Dêixis
- Anáfora
- Catáfora
- Ambíguo

Este último quando um demonstrativo é ao mesmo tempo anafórico e catafórico.

Quanto à anáfora levantamos algumas hipóteses, considerando nossos *corpora*:

- Em se tratando de um único referente, o uso de *esse* anafórico foi a maior ocorrência nas pesquisas analisadas aqui nesta pesquisa e esperamos que nossos dados apresente um resultado semelhante a esse.

- Em se tratando de dois referentes retomados, a norma prega que o de acordo com a maior parte dos gramáticos analisados no primeiro capítulo⁵⁰, a retomada de dois referentes⁵¹ na função anafórica pode ser exercida por meio da relação dos demonstrativos (*este:esse* e *aquele*) na ordem dos termos do discurso, designando *este* em termos do mais próximo e *aquele* em termos do mais distante. A Gramática de usos do português de Neves (2000) segue os dizeres de Pereira e Almeida. Em discursos orais mais formais (o que não é o caso da entrevista como a realizada pelo grupo *Varsul*) e, portanto, mais monitorados, pode haver essa distinção; contudo, acreditamos que ela se faça mais freqüente em dados fala monitorada, como os dados da revista *Isto é*. Esses pronomes podem se equivaler gramaticalmente, no entanto, estilisticamente eles assumem significados diferentes.
- Em caso de antecipação do referente, os gramáticos aqui analisados falam sobre a catáfora, mas sem esmiuçar o porquê de a catáfora ser representada pelo demonstrativo de 1ª pessoa. De acordo com Fiorin (2005), usa-se o demonstrativo *este* porque a informação catafórica está ainda sobre domínio de quem fala e depois é passado para o leitor/interlocutor. Pereira (1916) e Almeida (1979) são categóricos: o *este* é usado em caso de

⁵⁰ PEREIRA, 1916; CUNHA, 1992; ALMEIDA, 1979; ROCHA LIMA, 1988.

⁵¹ A palavra referente abarca mais do que um simples nome ou sintagma; o referente pode ser uma expressão, uma frase, sentença ou períodos.

catáfora. Ali (s/d) e Neves (2000) afirmam que não há preferência de uma forma em detrimento da outra. Cunha (1992) esboça que *este* pode ser usado tanto anafórica quanto cataforicamente, embora expresse que o *esse* é usado com mais frequência para remeter. Pelo fato de haver apenas dois gramáticos categóricos quanto a essa regra, não acreditamos que a rigor *este* seja usado absolutamente com valor catafórico, mesmo no caso de fala monitorada, pois é muito sutil diferença de usos. Parece também que a catáfora representada por *este* seja própria da linguagem escrita. Isso porque em textos escritos a função dos demonstrativos é a de uma maior organização textual cooperando para coesão e coerência textual. A catáfora serve para apontar para um novo referente ou uma nova informação. Essa é, portanto, uma linguagem planejada. Na fala coloquial o processo é diferente, pois a língua é *localmente planejada*⁵², ou seja, no texto falado a catáfora parece quase praticamente nula, visto que planejamento e verbalização ocorrem simultaneamente. Assim, nos dados do *Varsul*, não vemos razão para o uso de *este* catafórico. Já nos dados da Revista *Isto é*, é possível que ocorra por se tratar de uma linguagem mais planejada.

No que diz respeito à dêixis situacional ou exofórica levantamos a seguinte hipótese: levando-se em conta o que Câmara Jr. postulou a

⁵² Expressão criada por Koch (2008, P. 79)

respeito da influência do sistema anafórico sobre o sistema dêitico demonstrativos, só nos resta pensar que todos os *corpora* tendem a não demarcar o espaço da 1ª pessoa através do demonstrativo *este*. Talvez fosse possível aparecer nos dados da revista *Isto é* por ser um tipo de entrevista cujo perfil dos entrevistados nos levam a crer que monitoram a própria fala, além da entrevista passar pela retextualização.

4.4.2.1.4 Representação sintática do referente retomado/apontado

Por meio de outras pesquisas constatou-se que os demonstrativos com função anafórica foram os mais recorrentes. Interessou-nos controlar essa variável no sentido de percebermos o alcance de retomada desses demonstrativos. De acordo com Monteiro (1994) os vocábulos tradicionalmente conhecidos como pronomes foram alvos de reflexões e equívocos que ainda perduram. Sua própria designação e o conceito ligado ao pronome não condiz com a realidade. Primeiro, nem todos os pronomes funcionam como substitutos e, em segundo lugar, os que exercem essa função nem sempre substituem nomes. Eles podem retomar expressões não nominais e seria mais justo chamá-los pro-adjetivos, pro-verbos e até pro-sentenças. Nesse sentido, abaixo seguem as representações que os referentes retomados podem assumir:

- Sentença inteira
- Sintagma Nominal
- Sintagma preposicional
- Nome
- Pronome
- Advérbio

Para Azevedo (1975), além de um campo representativo e simbólico, a linguagem humana apresenta um campo indicial e cabe ao pronome a função de indicar seres e coisas, por meio da dêixis e da anáfora. Essa classe, ao contrário dos nomes, forma um sistema fechado de oposições lingüísticas, característica própria de um vocábulo gramatical e não de um vocábulo lexical (como nome ou verbo). O autor afirma que os pronomes são morfemas mostrativos. Daí também o nome demonstrativo que dentre os pronomes apresenta-se explicitamente como um *mostrativo*. Desse modo seria um equívoco pensar que as formas variáveis dos demonstrativos substituem esses termos, na verdade eles acompanham um nome. No caso dos demonstrativos neutros *istolisso*, eles exercem a função de núcleo do sintagma nominal, mas não substituem como se fossem substantivos, porque de fato eles não nomeiam objetos de discurso, nem apresentam morfologicamente característica de substantivo.

Com o controle dessa variável esperamos que o alcance dos demonstrativos se mostre mais amplo, sendo uma subclasse dos pronomes que sintático-discursivamente está assumindo o papel que contraria a primeira afirmação de que pronomes são palavras que substituem os nomes.

4.4.2.1.5 Forma de representação dos demonstrativos: preposicionados e não preposicionados

Controlamos nessa variável duas variantes:

- Demonstrativos não preposicionados
- Demonstrativos preposicionados

Acreditamos que a ocorrência dos demonstrativos tanto em uma forma quanto em outra o número de ocorrência de *esse* irá imperar.

4.4.2.1.6 Posição do demonstrativo variável em relação ao núcleo

De acordo com os gramáticos tradicionais, ao exercer a função de adjunto adnominal, os demonstrativos ocupam a posição à esquerda do substantivo. Entretanto, há ocorrências na fala como ‘uma coisa *dessas*’, em que o demonstrativo aparece posposto ao substantivo. Há também casos em que a forma variável do demonstrativo apresenta núcleo elíptico.

4.4.2.1.7 Função sintática do sintagma no qual se encontra o demonstrativo

Dentro de um sintagma o demonstrativo exercerá a função de adjunto adnominal. Juntamente a um núcleo (elíptico ou não) e ele exerce funções sintáticas variadas. Os variáveis não preposicionados geralmente encabeçam sintagmas nominais encapsuladores ou não que exercem a função de sujeito e de objeto direto das orações. Dessa forma, esperamos que essas sejam as funções mais frequentes nos *corpora*. As funções que poderiam ser exercidas pelos demonstrativos variáveis foram:

- Sujeito
- Adjunto adverbial
- Objeto direto
- Objeto indireto
- Adjunto adnominal

- Predicativo do Sujeito
- Complemento nominal

4.4.2.1.8 O uso do advérbio de lugar como reforçador dos demonstrativos

Conforme Câmara Jr. (1999[1971]), a forma *esse* suplantaria *este*, na fala coloquial brasileira. Nesse sentido, associado à implementação de um sistema dicotômico, aparece um reforço via advérbio dêitico ou um mecanismo compensatório que, é um recurso empregado pelo falante a fim de especificar o *status* discursivo dos referentes (RONCARATI, 2003). Tal medida pode assinalar uma tentativa de se restabelecer o sistema tricotômico, combinando o demonstrativo *esse* ao advérbio de lugar *aqui*, sinalizando o espaço do falante. O *esse* também pode estar ligado ao *ali/aí* como uma forma mais enfática de retomada ou ainda marcando o espaço da 3ª pessoa ou da não pessoa se associado ao advérbio lá.

Como vimos no primeiro capítulo, Azeredo (2008) afirma que tanto os demonstrativos quanto os advérbios de lugar são elementos indiciais e, portanto, essa equivalência seria responsável por combinações redundantes próprias da conversação. Nesse sentido, achamos que essas combinações serão mais frequentes nos dados do *Varsul* como retomada ou apontamento de referentes de forma mais enfática e na revista *Isto é* a ocorrência pode ser menor como resultado de um maior monitoramento tanto por parte do entrevistado quanto por parte do revisor, ao evitar traços lingüísticos redundantes das entrevistas. Para essa variável foram controlados:

- Advérbio de 1ª pessoa: aqui
- Advérbio de 2ª pessoa: ali e aí
- Advérbio de 3ª pessoa: lá

4.4.2.2 Variáveis extralingüísticas

Labov, como precursor da Sociolingüística, fez estudos que comprovaram a influência dos fatores externos no uso da língua, debruçando-se sobre um caso, inclusive, de estigma sobre a fala de uma comunidade negra dos Estados Unidos, que usava o Black English vernacular, por razões étnicas, escolarização e classe social. Percebendo o alcance desses fatores, é importante que em pesquisas desse cunho eles sejam considerados.

Para esta pesquisa, levamos em consideração três variáveis extralingüísticas: faixa etária, sexo/gênero e escolaridade.

4.4.2.2.1 Escolaridade

De acordo com Mollica (2008), o nível de escolaridade tem sido um condicionador bastante testado no intuito de se averiguar se quanto maior o grau de escolaridade maiores as chances de o indivíduo tomar posse da norma de prestígio. De acordo com Silva e Scherre (*apud* MOLLICA, 2008), há três tendências observadas quanto ao efeito da escolaridade sobre as formas padrão: (i) ao entrar na escola o falante pode oscilar entre um pequeno e um grande uso da variante padrão,

sendo assim, variantes estigmatizadas pela escola são sistematicamente corrigidas por ela; (ii) a variante padrão é adquirida na escola sem que se perca a variante não padrão, sendo que nos últimos anos escolares a tendência é a de o falante usar as duas variantes; (iii) quando o falante substitui a variante não padrão pela padrão. O que sabemos é que a escola gera mudanças de comportamento lingüístico na fala e na escrita das pessoas que as freqüentam e das comunidades discursivas. Assim, a escola veicula por meio de literaturas e informações normas e padrões que se tornam obrigatórios em certas situações que se refletem na fala e na escrita. O uso dos demonstrativos não é um fenômeno que carrega um estigma, visto que a elite usa essas formas. Ou seja, não é um desprestígio perceptível trocar uma forma por outra. Dessa forma, iremos averiguar se um maior nível de escolaridade tem a ver com um maior uso adequado das formas.

4.4.2.2.2 Faixa etária

Quanto aos estudos analisados no primeiro capítulo, percebemos que a classe mais jovem tende a usar mais a forma de 2ª pessoa *esse*. Portanto, buscamos controlar a variável faixa etária no intuito de perceber se isso também ocorre nos dados do *Varsul*. As mudanças lingüísticas são mudanças decorrentes da história do indivíduo. A cada etapa de vida passa por mudanças de ordem biológica e social que se refletem também na sua língua, é o que Eckert (*apud* FREITAG, 2005, p. 111) denominou *curso da vida lingüística*. Segundo a autora, a aquisição da língua, as redes de relações sociais, a entrada na escola, entrada e saída no mercado de trabalho são fatores que se refletem

diretamente na faixa etária. Desse modo, encarar esse condicionador social como simples é desconsiderar toda essa gama de fatores a que ela está submetida. Esse condicionador abarca questões de ordem social e biológica. Para a escolha das faixas etárias é preciso definir quantas e quais seriam as faixas que podem ser controladas e que fornecem pistas significativas para a compreensão real do fenômeno de variação e mudança. Labov (1994) determina duas faixas extremas: a dos mais velhos e a dos mais jovens. O *Varsul* trabalha com as faixas etárias que veremos mais abaixo e com as quais trabalhamos. A faixa intermediária considera o grupo que está no mercado de trabalho. Nessa fase a fala tende a se acomodar por conta da pressão desse mercado.

4.4.2.2.3 Sexo/gênero

É notável que homens e mulheres falam de forma diferente e, para Sociolinguística, o interessante é observar em que limite e de que forma fenômenos linguísticos variáveis estão relacionados ao gênero/sexo do falante (MOLLICA, 2008). As mulheres usam mais as formas linguísticas inovadoras do que os homens, sendo que estudos realizados revelaram, por exemplo, que as mulheres de Paris eram retratadas como as iniciadoras de mudanças linguísticas e, investigações comprovaram que as mulheres usam formas mais avançadas em sua fala informal e tendem a se corrigir mais no outro extremo da fala monitorada (GAUCHAT *apud* LABOV 2008 [1972], p. 346). Essa maior sensibilidade das mulheres aos padrões de prestígio é o que lhes confere um papel de destaque no mecanismo da mudança linguística. O porquê desse comportamento não passa de especulações como, por exemplo, ter uma maior influência na linguagem inicial das crianças e

conversar com elas mais do que os homens, participar intensamente do momento em que as crianças estão formando regras lingüísticas com maior rapidez e eficiência.

4.4.2.3 Constituição da amostra do *Varsul*

Selecionamos no banco de dados do *Varsul* entrevistas com informantes de Florianópolis cujos falantes possuíam as características sociais que serão elencadas abaixo, sendo que somente nesse *corpus* foi possível controlá-las. Foram selecionados 6 homens e 6 mulheres distribuídos quanto à escolaridade a faixa etária. A escolaridade abarcou dois níveis: o primário e o colegial, a fim de que se apurasse a influência da escolaridade no comportamento de *este* e *esse*, seguindo-se a probabilidade considerável de que quanto maior o grau, maior o monitoramento e propensão para o uso da variedade padrão. Consideramos três faixas etárias para a nossa pesquisa: uma mais jovem, entre 15 e 25 anos; uma mediana, entre 26 e 45 anos; e uma mais velha, de 50 anos em diante. Assim seria possível observar o comportamento das variáveis dependentes. Abaixo seguem as células abaixo:

- 1 homem de 15 a 25 anos com o primário
- 1 homem de 26 a 45 anos com o primário
- 1 homem de 50 anos em diante com o primário
- 1 mulher de 15 a 25 anos com o primário
- 1 mulher de 26 a 45 anos com o primário
- 1 mulher de 50 anos em diante com o primário

- 1 homem de 15 a 25 anos com o colegial
- 1 homem de 26 a 45 anos com o colegial
- 1 homem de 50 anos em diante com o colegial
- 1 mulher de 15 a 25 anos com o colegial
- 1 mulher de 26 a 45 anos com o colegial
- 1 mulher de 50 anos em diante com o colegial

TABELA 6: Distribuição dos informantes nas células

Idade	Sexo masculino		Sexo feminino	
	Primário	Colegial	Primário	Colegial
<i>15-25 anos (J)</i>	(1)	(1)	(1)	(1)
<i>26-45anos (A)</i>	(1)	(1)	(1)	(1)
<i>50 anos em diante (B)</i>	(1)	(1)	(1)	(1)

4.5 Pacote estatístico VARBRUL

Em busca de respostas para a variação do fenômeno lingüístico analisado, os dados tanto do *Varsul*, quanto da revista *Isto é*, separadamente, foram submetidos ao programa estatístico VARBRUL. Esse é um pacote de programas largamente utilizado em análises lingüísticas para medir a obtenção de resultados fidedignos

correlacionamos às variáveis lingüísticas e extralingüísticas. Importante destacar o fato de o VARBRUL ser capaz de indicar frequências e probabilidades dos fenômenos estudados e indicar as variáveis mais relevantes.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos a descrição e análise dos grupos de fatores ou variáveis que condicionam o uso dos pronomes demonstrativos de *este* e *esse*, após submeter nossos dados categorizados ao pacote estatístico VARBRUL, conforme mencionamos no capítulo anterior. A partir dos resultados apresentados, procuramos relacioná-los a nossas hipóteses, aos pressupostos teóricos que serviram de base para este estudo, comparando-os, também, às pesquisas sociolingüísticas comentadas anteriormente. Também procuramos fazer avaliações qualitativas sobre o comportamento dos demonstrativos *este* e *esse*, objeto de estudo desta pesquisa, conforme o que foi estabelecido nos capítulos introdutórios sobre esta investigação.

5.2 Análise dos resultados dos demonstrativos de 2ª pessoa

Nosso foco de análise são os demonstrativos *este* e *esse* e seus derivados e flexões: *este(a)*, *deste(a)*, *neste(a)*; *esse(a)*, *nesse(a)*, *desse(a)*. Controlamos também o comportamento dos demonstrativos neutros e seus derivados – *nisto*, *disto*; *nisso*, *disso*.

Nesta pesquisa procuramos observar as propriedades semânticas básicas desses demonstrativos, verificando se ainda se mantém uma centralização no falante (uso de *este* e suas flexões para a 1ª pessoa) e no contexto imediato (uso de *este* para retomar o que aparece no co-texto). Em nossa pesquisa temos que considerar o contexto de referência, caso se trate de anáfora ou dêixis, se endofórico ou exofórico.

Como bem explicitam Mollica (2008), a língua dispõe de duas ou mais formas variantes que podem ser usadas pelos falantes sem grandes alterações na mensagem transmitida. As autoras trazem exemplo da fonologia, na qual coexistem formas como *peixe/peixe* (com ou sem ditongo), *homem/home* (com ou sem nasalização) que co-ocorrem sem que o sentido seja prejudicado. As autoras trazem também exemplo da morfologia, como as possibilidades de marcação de plural: em todos os elementos do SN ou em apenas um deles, o que não influencia no significado da oração. O uso que parece, a princípio, indiscriminado, nos faz questionar sobre o porquê de a norma-padrão ainda prescrever onde um ou outro deva ser usado.

Na fala culta, como vimos a partir de pesquisas já realizadas sobre os demonstrativos, não há uma diferenciação categórica quanto ao uso de *este* ou *esse*. Parece-nos que não somente nessa modalidade, mas na escrita também pode não estar havendo muito rigor quanto ao uso canônico desses pronomes. Não que uma modalidade influencie na outra indiscriminadamente. O que acontece é que a norma culta, norma que a elite brasileira usa, é considerada a partir da observação da fala dessa elite. Como não aparenta ser estigmatizada a assimilação de *este* por *esse*, pelo menos na fala, na escrita isso também pode começar a ser

aceito. As entrevistas como as da Revista *Isto é* tendem a seguir a norma culta, tomando-se como parâmetro a norma padrão.

Começaremos a análise observando os dados da variável independente *uso canônico dos demonstrativos*. Alertamo-nos para o fato de ser possível o uso das formas acima em lugar de *aquele*. Assim, nos debruçamos sobre o uso canônico de *este* e *esse* no que diz respeito ao contexto de anáfora e dêixis; o uso de *este* no lugar de *esse* e vice versa; e o uso de *este* e *esse* no lugar de *aquele*. Como o nosso enfoque era apenas o uso das formas de 1ª e 2ª pessoa, não contabilizamos o uso canônico do demonstrativo *aquele*. Nossa análise parte desta variável, pois nos mostra claramente a complexidade do comportamento dos demonstrativos em questão. Observamos não somente o comportamento canônico desses demonstrativos, como também o uso de um em lugar do outro, verificando se valor semântico de um e outro se alteram. Vejamos a tabela a seguir com os dados do *Varsul*:

TABELA 7: Uso canônico e não canônico de *este* e *esse* nos dados do *Varsul*

<i>Variável dependente</i>	<i>ESSE Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>ESTE Apl/total</i>	<i>%</i>	Total
-uso canônico	634/634	100%	0	0%	634
- <i>esse</i> no lugar de <i>este</i>	41/45	100%	0	0%	45
- <i>este</i> no lugar de <i>esse</i>	0	0%	3	0%	0
- <i>esse</i> no lugar de <i>aquele</i>	0	100%	1/1	0%	1
Total	676/680	100%	4	0%	680

De acordo com as pesquisas apresentadas no primeiro capítulo, os resultados revelaram um maior uso de *esse*. Os dados acima também revelam isso, sendo que de 680 dados, 676 são de demonstrativo e 2ª pessoa contra 4 dados de 1ª pessoa. Da mesma maneira, o uso canônico⁵³ do demonstrativo *esse* é absoluto, representando 100% das ocorrências, com 634 casos de um total de 680.

Das pesquisas (sócio)lingüísticas analisadas nesta pesquisa, Cid *et al.* (1986) são as únicas que controlaram essa variável. As autoras chegaram ao seguinte resultado: o uso canônico de *esse* anafórico foi de 484 de um total de 527 ocorrências, similar ao nosso; *esse* no lugar de *este* representado por um total de 9; *este* no lugar de *esse* apenas 1 caso; e de forma surpreendente a forma *esse* no lugar de *aquela* foi a mais usada com 25 ocorrências.

Trazemos abaixo, o exemplo que ilustra o uso canônico de *esse* usado em sentido anafórico:

(48) Até a gente ta torcendo que mude, né? Com esse Plano do Collor [...] mas eu nunca que esperava que o Collor que fosse fazer um Plano *desse*. (SC FLP 20 - FAC20)

O demonstrativo *desse* em destaque retoma o Plano Collor relatado anteriormente.

Esperávamos, também, com o controle dessa variável, que o *esse* seria usado não somente para representar a 2ª, mas também a 1ª pessoa, como mostra o segundo item da tabela 7. Além disso, a variação, ou seja, a troca de uma forma por outra, só ocorreu nos casos de *esse* no

⁵³ O uso canônico de *esse* seria a aplicação dele retomando o que já fora mencionado, com sentido anafórico ou usado para se referir a algo ou alguém próximo à 2ª pessoa do discurso, ou seja, a pessoa que ouve, como vimos nos primeiro capítulo.

lugar de *este*, com 41 ocorrências, totalizando 100% dos casos, exemplificado abaixo:

(49) *Esse* daqui, eu preparei ele de um tal jeito, que ele não suporta cigarro. (SC FLP 04 – MAP6)

A informante fala sobre a educação que deu aos filhos e ao falar se refere ao filho que está próximo a ela. Em se tratando de dêixis situacional ou de referência exofórica, como o filho está próximo a informante, logo, perto de quem fala (1ª pessoa), deveria ter sido empregado o demonstrativo *este*, caso se leve em conta a norma padrão. Entretanto, quanto aos dados do *Varsul* não esperávamos esse monitoramento por parte do informante a fim de que marcasse o espaço da 1ª pessoa, devido ao perfil dessa entrevista sociolinguística.

Pensamos não somente na possibilidade de haver uso de *este* no lugar de *esse* e vice versa, como o uso dos demonstrativos *este* e *esse* no lugar de *aquele*. Contudo, há apenas um caso de *esse* no lugar de *aquele*, e nenhum de *este* no lugar de *aquele*. Abaixo, temos a única ocorrência em que um demonstrativo *esse* apresenta valor semântico de *aquele*. Ressaltamos que o valor semântico do pronome de 3ª pessoa só é possível de ser detectado a partir do advérbio de lugar *lá*:

(50) F: É de araque *essa* parte *lá* (SC FLP 19 - MAC 42).

Pelo que a gramática de Azeredo (2008) prega, na interação face a face, própria da modalidade falada, temos os advérbios de lugar representando as pessoas do discurso: *aqui* se referindo à 1ª pessoa, *aí* se referindo à 2ª, e *lá* e *ali* se referindo à 3ª pessoa. No exemplo acima

vemos que o sintagma *essa parte lá*, a que se refere o informante, está distante tanto da pessoa que fala quanto da pessoa que ouve, logo, fazendo referência à não-pessoa ou à 3ª pessoa.

Vejam os comportamentos dos pronomes demonstrativos mediante a variável em questão nos dados da *Isto é*:

TABELA 8: Uso canônico e não canônico de *este* e *esse* nos dados da *Isto é*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	%	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	%	Total
-uso canônico	238/238	100%	0	0%	238
- <i>esse</i> no lugar de <i>este</i>	0	0%	0	0%	0
- <i>este</i> no lugar de <i>esse</i>	0	0%	15/15	0%	15
-uso canônico de <i>este</i>	0	0%	2/2	0%	2
Total	238/255	100%	14/255	0%	255

Nas entrevistas da Revista *Isto é* também imperou o uso de *esse* canônico, como as pesquisas da fala culta já realizadas comprovaram (CID *et al.*, 1986; CASTILHO, 1993; RONCARATI, 2003). Entretanto, considerando que os textos jornalísticos trabalham com referentes que mesmo novos tem uma ligação com os demais referentes que aparecem ao longo do texto (trabalham mais com a retrospectiva dos referentes do que com a prospecção deles), trata-se de um caso em que seria evidente esperar mais ocorrências de *esse* anafórico.

O uso canônico de *este* revela apenas 2 ocorrências em uso catafórico, prospectivo, e nenhum caso de dêixis situacional nas entrevistas da revista. Todos os casos em que o *este* foi usado em lugar de *esse* foram em função anafórica retomando um referente

imediatamente anterior, com valor mais enfático, como propõe Cid *et al.* (1986). Entretanto, se considerarmos as gramáticas de Ali (s/d) e Cunha (1992), essa variação não é condenável, primeiramente, porque esses gramáticos consideram que o *este* pode ser usado tanto anafórico como cataforicamente, sendo que o *esse* é mais comumente usado para aludir a um termo ou período anterior. Nesses casos, o uso do demonstrativo *este* aparece como forma mais enfática e o *esse* forma menos enfática no contexto lingüístico. Em segundo lugar, esse desvio de regra não sofre estigma. Não foi encontrado nenhum caso em que *esse* foi usado em lugar de *este* nas entrevistas da revista. Abaixo segue exemplo de *este* anafórico:

(51) Uma grande parte da culpa da crise no sistema bancário americano é que os grandes bancos se distanciaram muito dos seus clientes e de sua realidade econômica. Felizmente, nós não temos *este* problema. (09/04/2008 ano 31-13)

No exemplo (51), vemos que o sintagma *este problema* retoma toda a sentença anterior e que o demonstrativo *este* se encarrega de “apontar” para a oração, na chamada dêixis textual, com um valor mais enfático.

Por outro lado, de acordo com as gramáticas tradicionais de Pereira (1916) e Almeida (1979), o *este* deveria ser usado na escrita em função estritamente catafórica. Caso contrário, ele só exerceria função anafórica juntamente com o demonstrativo de 3ª pessoa *aquele*. Como em um exemplo apresentado na gramática de Pereira (1916, p. 403), que está no exemplo (2), do primeiro capítulo: “*Pedro e Paulo* foram apóstolos; *este* dos gentios e *aquele* dos judeus. [grifo nosso]”. Somente esses dois gramáticos, dentre os que analisamos no primeiro capítulo, é

que apregoam o uso somente catafórico de *este*. Dos gramáticos analisados no primeiro capítulo Cunha (1992), Ali (s/d), Lima (1989) são os únicos que aceitam essa dupla função (anafórica e catafórica) do demonstrativo *este*, bem como Neves (2000) em sua gramática de usos.

Após categorizarmos os dados do *Varsul* e da revista *Isto é*, separadamente, fizemos as rodadas estatísticas utilizando o VARBUL. Em nenhuma delas, tivemos resultados de peso relativo significativo. Resolvemos, então, mostrar nossos resultados apenas em termos percentuais, com o propósito de fazer um mapeamento dos contextos em que os pronomes *esse e este* são usados preferencialmente.

O primeiro grupo controlado foi o que separa os demonstrativos que exercem a função de *núcleo* e a função de *adjunto* do sintagma nominal. Colocamos em ordem de maior ocorrência:

TABELA 9: Uso de *este* e *esse* segundo a função de adjunto do SN ou núcleo do SN nos dados do *Varsul*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	%	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	%	Total
Adj.adnominal	443/447	99%	4/447	1%	447
Núcleo	233/233	100%	0/233	0%	233
Total	676/680	99%	4/680	1%	680

Como apareceram somente quatro ocorrências do demonstrativo *este*, seguiremos mostrando nas tabelas somente as ocorrências de *esse*. Como podemos observar, o maior número de ocorrências são de pronomes demonstrativos *esse* exercendo a função de *adjunto adnominal*: dos 676 casos de *esse*, 443 foram de adjunto. Evidentemente, nota-se um maior uso do demonstrativo de 2ª pessoa se comparado com o total.

Já esperávamos que o demonstrativo de 1ª pessoa não apresentasse grande ocorrência na fala coloquial, visto que sua forma é mais saliente em termos fonológicos do que o demonstrativo de 2ª pessoa. Além disso, o uso de *este* exige maior monitoramento caso seja aplicado cataforicamente ou para indicar a 1ª pessoa do discurso o que contraria amostra do *Varsul* que exhibe dados de fala não monitorada, parecendo-nos pouco provável o uso canônico dessa forma nesse *corpus*. Durante a fala, recursos paralingüísticos podem auxiliar na distinção catáfora/anáfora e dêixis durante o ato comunicativo, dispensando o monitoramento quanto ao uso de *este* e *esse*. Há também uma questão semântica que implica no uso imperante de *esse*: como na fala o uso de *esse* ou *este* catafórico não influencia diretamente no sentido da comunicação (além dos elementos mímicos há o reforço dos advérbios) durante a fala, o uso de *este* parece não muito relevante nessa fala casual, ao considerarmos o contexto em que os dados foram colhidos.

Como consideramos somente os casos de demonstrativo neutro *isso* como *núcleo*, a ocorrência maior foi de demonstrativo variável de 2ª pessoa (*esse*) em função de *adjunto adnominal*. Desse modo, a ocorrência de demonstrativos variáveis também foi maior em relação à ocorrência de demonstrativos neutros. Não houve nenhum caso de demonstrativo neutro de 1ª pessoa em função de núcleo.

Vejamos alguns exemplos de demonstrativos em função de *adjunto adnominal* e *núcleo*:

Demonstrativo em Função de *Adjunto Adnominal*:

- (52) Uma viagem até que eu fui, foi pra São Paulo. E: Ah! E me conte dessa viagem como foi? F: Ah! *Essa* viagem foi muito boa, né? (SC FLP 10 – MJP1)
- (53) Foi muito boa até que *nessa* viagem fui fazer um teste pra jogar lá no – Foi no São Paulo (SC FLP 10 – MJP2)
- (54) Eu gosto de praia de Canasvieiras, hã, Joaquina, Ingleses, Campeche, Armação. *Essas* praias são muito boas (SC FLP 10 – MJP3).
- (55) ... ele é um carro preto, né? Tem um cara dentro que toda vez que passa meia noite ele solta uma paradinha do aro do carro dele pra atingir em outro carro. Aí outro carro começa a capotar, morre *essas* pessoas, não tem? (SC FLP 10 – MJP5).

Demonstrativo em Função de *Núcleo*:

- (56) Já usei droga, tudo. E eu parei tudo. *Isso aí* eu acho um absurdo, né, usar droga (SC FLP 10 – MJP8)
- (57) Por que caso que tem nossa sala ela resolve, né? Quando tem gente batendo do nosso lado pra lá ela chama a atenção, tira todo mundo a carteira da (fila) do canto ali bota pra outro lugar, tudo. Ai em outra sala ela também ela faz *isso* (SC FLP 10 – MJP11)
- (58) É assim que tu até o meio do ano tu fazes até a quinta série. Tu passou em tudo *isso* tu fazes a sexta no meio do ano (SC FLP 10 – MJP12)
- (59) Ser enfermeira, né? Como meu pai, né? Sempre gostou *disso* (SC FLP 10 – MJP27).

Nos dados de escrita não foi diferente. A grande maioria dos demonstrativos é de 2ª pessoa, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 10: Uso de *este* e *esse* segundo a função de adjunto do SN ou núcleo do SN nos dados da *Isto é*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	<i>%</i>	Total
Adj.adnominal	158/178	89%	20/178	11%	178
Núcleo	77/77	100%	0/77	0%	77
total	235/255	92%	20/255	8%	255

O pronome demonstrativo *esse* aparece primeiro em função de *adjunto adnominal*, segundo, em função de *núcleo*. No entanto, como vimos acima, nesta pesquisa não consideramos os demonstrativos variáveis de SN's com núcleo elíptico como tendo função de *núcleo*, tanto na modalidade oral como na escrita, como nos exemplos a seguir:

- (60) ... aí depois eu conheci *esse* que é meu marido atualmente ...
(SC FLP 20- FAC4)
- (61) ... *desses* todos, acho que setenta e cinco por cento são os piores que vão pra lá (SC FLP 19- MAC19).
- (62) E: Então podemos dizer que no Brasil gasta-se no Maximo R\$ 30 mil parra cada ano de vida salvo para cada paciente?
I: Pelo parâmetro OMS, *esse* seria um valor justificável para adicionar uma nova tecnologia no tratamento da doença.
(30/04/2008 – ano 31- 8)
- (63) Infelizmente, *essa* é a legislação que o Congresso aprovou
(23/04/2008 ano 31- 10).

Os exemplos (60) e (63) são exemplos da fala cujo SN apresenta núcleo elíptico. Nos dois primeiros exemplos, os demonstrativos concordam em número e gênero com o referente a que indicam: em (60) a informante se refere ao marido o que explica o uso do demonstrativo da forma que apareceu, ao passo que em (61), entrevistador e informante seguem falando de vereadores, dessa forma o núcleo elíptico é

vereadores, o que fez com que aparecesse um demonstrativo variável na forma masculina e plural. Nesses casos, por conta dessa concordância não gratuita, consideramos que esses demonstrativos não substituem um nome, mas continuam exercendo a função de determinantes. Observando os exemplos (62) e (63), retirados dos dados da revista *Isto é*, também não apresentam núcleo, mas concordam em gênero e número com o nome que vem a seguir, respectivamente, *valor* e *legislação*.

De acordo com Lobato (1986), se analisarmos o discurso a partir de termos distribucionais, há como se definir um substantivo, pelo método de substituição, de modo que esses critérios são (i) possibilidade de funcionar como sujeito da oração; (ii) possibilidade de ocorrência depois do artigo; (iii) possibilidade de variação flexional entre singular e plural; (iv) possibilidade de ocorrência depois de uma preposição etc. De acordo com a autora, nem todos os substantivos apresentam simultaneamente todas essas características, mas apresentam pelo menos algumas delas. Embora nem todas possam ser agregadas por um substantivo, o fato de o núcleo ocorrer depois de um artigo é bastante significativo. Assim, ao lado do artigo definido está o demonstrativo com função determinante e, de acordo com Koch (2003), em português, a par de casos categóricos de emprego de uma ou de outra dessas formas, parece haver uma extensa faixa intermediária em que o uso de um ou de outro não alteraria absolutamente o sentido. Entretanto, seria agramatical o demonstrativo aparecer ao lado do artigo em uma frase, pois as formas são excludentes. Assim, não consideramos os demonstrativos variáveis como núcleo, pois eles exercem, mesmo na ausência do nome ainda é regido por ele, exercendo a função de determinante.

Voltando para a tabela 10, vemos que nos dados da Revista *Isto é*, tanto em uma como em outra função, o uso do demonstrativo *esse* é predominante. A seguir exemplos retirados dos dados de escrita.

Demonstrativo em Função de *Adjunto Adnominal*:

- (64) *Essas* cotas, da maneira que vêm sendo adotadas no Brasil, são inconstitucionais (28/05/2008 ano 31-1)
- (65) Mesmo nos Estados Unidos, hoje se abandona *esse* sistema porque ele gerou ódio racial maior do que efetivamente integrou o negro na sociedade (28/05/2008 ano 31-2)
- (66) Com certeza, desde que a medida criada para igualar *esses* desiguais seja a mais adequada para o nosso problema (28/05/2008 ano 31-3)
- (67) *Esse* ponto é importantíssimo (28/05/2008 ano 31-7).

Demonstrativo em Função de *Núcleo*:

- (68) *Isso* produziu inflação sobre controle e receitas suficientes que permitem que os programas sociais sejam feitos, promovendo bem-estar para as pessoas, com nível de emprego crescente (21/05/2008 ano 31-4)
- (69) *Isso* dá às pessoas renda e, com a inflação baixa, condição para que elas comprem o que nunca puderam comprar (21/05/2008 ano 31-5)
- (70) ... ao governo passado, eu teria ido à Tribuna do Senado e denunciado claramente *isso* (21/05/2008 ano 31-13)
- (71) *Isso* vai ser considerado na época oportuna (21/05/2008 ano 31-16).

Chamamos a atenção para o fato de o demonstrativo *este* ter uma frequência maior nos dados de escrita. É importante salientar que dessas 20 ocorrências da Revista *Isto é*, 15 são casos em que o *este* foi usado em lugar de *esse*. Sabemos que em função anafórica canonicamente usa-se o demonstrativo de 2ª pessoa, contudo, não é o que constatamos no exemplo a seguir:

(72) Curiosamente, *estes* médicos diversas vezes disseram que se sentiam deprimidos, o que, na opinião deles, era resultado de falta de espiritualidade ou levava a ela. (11/06/2008 ano 31-7).

No exemplo acima, os médicos a que o informante faz referência já haviam sido mencionados em um momento anterior no texto. Ao longo da entrevista, em suas respostas, o entrevistado retoma elementos, fazendo uso do demonstrativo *este*, parecendo indicar a retomada de um referente imediatamente anterior.

Como consideramos somente os demonstrativos neutros com função de núcleo, temos que tanto nos dados do *Varsul* quanto nos da *Isto é*, a ocorrência desse tipo de demonstrativo foi significativa. As tabelas apresentadas até aqui, neste capítulo, evidenciam um uso de *este* muito inferior ao de *esse* e mesmo na revista *Isto é* houve casos de *este* em lugar de *esse*. Já vemos pequenos sinais de que o sistema dos mostrativos não se mantém o mesmo. As tabelas 9 e 10 evidenciam que todos os casos de demonstrativo de 1ª pessoa que apareceu se concentrou na função de adjunto adnominal, ou seja, nenhum caso de demonstrativo neutro de 1ª pessoa *isto* foi encontrado em nossos *corpora*.

5.3 A referenciação dos demonstrativos quanto aos contextos anafórico e dêitico

No primeiro capítulo, vimos que algumas gramáticas deixaram de abordar sobre dois contextos que subjazem o uso dos demonstrativos - no que diz respeito à referenciação - que são a anáfora e a dêixis. Procuramos, então, controlar essa variável, bem como a catáfora e casos de ambigüidade (anáfora e catáfora ao mesmo tempo, por exemplo). Essa é a grande questão que norteia a pesquisa. De acordo com Câmara Jr (1999 [1971]). O critério que utilizamos para controlar os dados foi dêixis quando se tratava de referenciação exofórica e anáfora relativo à referenciação endofórica. Observemos as tabelas com os resultados a seguir:

TABELA 11 - Uso de *este* e *esse* segundo a função referencial dos demonstrativos nos dados do *Varsul*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	%	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	%	Total
Anáfora	623/626	100%	3	0%	626
Dêixis	39/40	97%	1	2%	40
Catáfora	11	100%	0	0%	11
Ambíguo	3	100%	0	0%	3
total	676/680	99%	4/680	1%	680

Vimos no segundo capítulo que a função dêitica está para o contexto exofórico, bem como a função fórica está para o contexto endofórico. De acordo com Fiorin (2005, p. 162), “um dêitico só pode ser entendido dentro da situação de comunicação e, quando aparece, num texto escrito, a situação enunciativa deve ser explicitada”. Dessa forma, na transcrição dos dados das entrevistas do *Varsul* foi possível não somente resgatar os demonstrativos fóricos, bem como os dêiticos.

Nesse material, como vimos no terceiro capítulo, a situação discursiva e elementos gestuais da mesma, como mímicas faciais e corporais, são passíveis de serem não substituídos, mas compensados na forma transcrita. Pela forma como é disposto o texto e pelas informações adicionais o método de transcrição das entrevistas sociolingüísticas é possível resgatar referentes extralingüísticos apontados por demonstrativos dêiticos presentes no inquerito.

De fato, esperávamos que houvesse casos de dêixis, e houve; entretanto, deparamo-nos com o seguinte: segundo a norma padrão, deveríamos ter em uma situação discursiva a delimitação dos espaços lingüísticos e tópico com centralização no sujeito. Ou seja, como se trata de uma interlocução, seria de se esperar que houvesse tanto as formas *este* quanto *esse* na dêixis situacional, indicando não somente a foricidade como a dêixis que aponta as pessoas do discurso. Por outro lado, de acordo com os estudos lingüísticos já realizados, o uso de *este* - para marcar o lugar do enunciador e de *esse* - espaço do enunciatário - perderam seu espaço por conta de uma neutralização da oposição desses demonstrativos, até facilmente reconhecível por conta da aproximação fonético-fonológica da forma desses dois pronomes. De acordo com o que vemos na tabela 11, a dêixis é majoritariamente marcada pelo demonstrativo *esse*. Veremos mais a frente se o demonstrativo *esse* foi usado com o advérbio *aqui*, marcando então a 1ª forma, *este*.

O resultado da tabela endossa a hipótese de maior uso dos demonstrativos na forma variável de 2ª pessoa em função anafórica na fala. De acordo com os estudos de Cid *et al.*(1986) o uso dêitico de *este* foi de 7/88 e *este* catafórico apenas 3/88.

Os casos de catáfora com o uso de *este*, como expomos no quarto capítulo, pareciam-nos próprios da escrita, pois para sinalizar a catáfora por meio desse demonstrativo, exige-se certo monitoramento. Nos dados do *Varsul*, no entanto, a catáfora é representada pelo demonstrativo de 2ª pessoa. Vejamos no exemplo abaixo a forma como alguns casos apareceram:

(73) Já passavam porque agora está uma (maluagem) tudo, né?
Com **esses negócios de** aplicar essas injeções no carnaval,
tudo, né? (SC FLP 10 – FJP7).

Como vimos no primeiro capítulo, Neves (2000) nos mostra que o demonstrativo variável catafórico pode constituir um *complemento* iniciado por *de* seguido de um nome de sentido bem geral como *esse negócio de*. No exemplo acima a informação é nova, vindo depois do sintagma em que o demonstrativo está inserido. Nos dados do *Varsul*, geralmente os casos de catáfora com demonstrativos de 2ª pessoa se apresentavam dessa maneira. Dentre os gramáticos analisados, apenas Pereira (1916) e Almeida (1979) são incisivos em afirmar que o *este* é a única forma de prospecção de um referente (cf. o primeiro capítulo). Vimos também que somente Ali (s/d), Cunha (1992) e Neves (2000) afirmam que tanto uma forma quanto a outra podem exercer função catafórica. Pela lógica, o uso catafórico do demonstrativo de 1ª pessoa evita possíveis ambigüidades; como o demonstrativo é essencialmente dêitico (CONTE, 2003, p. 183), o uso do catafórico de 1ª pessoa sinalizaria para o leitor em que direção está o referente apontado e, nesse caso, é para um novo e não para um velho referente. Mas, como apenas os dois gramáticos supracitados foram categóricos ao fazer a

afirmação, levantamos a hipótese que, mesmo em caso de catáfora, o uso do demonstrativo de 2ª pessoa seria o mais significativo nos dados de fala. Como as tabelas 11 e 12 nos mostram, isso se confirma.

Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 12: Uso de *este* e *esse* segundo a função referencial dos demonstrativos dados da *Isto é*.

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	<i>%</i>	Total
Anáfora	230	92%	20	8%	250
Catáfora	5	100%	0	0%	5
total	235/255	92%	20/255	8%	255

Como já esperávamos, o uso maior de anáfora foi com o demonstrativo de 2ª pessoa, nos dados do *Varsul* e da *Isto é*. Como vimos nos capítulos anteriores, assegurar que o demonstrativo *esse* ocorreria mais em função anafórica parece claro. Como gramáticos e lingüistas afirmam, a verdadeira oposição existente no espaço lingüístico seria a oposição estilística, ou seja, a escolha por *este* seria apenas a sinalização de um uso mais enfático de *esse*. Além disso, a idéia de oposição entre a 1ª e a 2ª pessoa em contexto fórico simplesmente não tem sentido, pois a oposição se faz entre *perto* e *longe*. O resultado revela que o *este* fora usado em casos anafóricos, em menor escala que o *esse*.

Nossa hipótese foi confirmada pelo fato de esperarmos que, mesmo em casos de catáfora, os informantes usassem mais os demonstrativos de 2ª pessoa. Talvez na escrita a presença de 1ª pessoa nesse contexto seria maior, pois o uso de *este* em caso de catáfora nos parece um recurso próprio da linguagem planejada, própria da escrita, e sabemos que nas entrevistas do *Varsul* a linguagem é *localmente*

planejada, o que nos leva a confirmar o não aparecimento desse recurso com o uso de *este* catafórico na língua falada do *corpus*.

Quanto à alusão discriminada de dois termos mencionados anteriormente, não houve nenhuma ocorrência. De acordo com Almeida (1979), em discursos mais formais e, portanto, mais monitorados, pode haver essa distinção, contudo, ela se faz presente mais frequentemente em discursos escritos. Pelo fato de esse emprego não ser tão frequente na fala, encaramos com naturalidade o fato de não ter havido ocorrência nos dados do *Varsul*, mas essa maneira de retomada não apareceu nem mesmo nos dados de escrita como esperávamos. Não pudemos averiguar, nesses casos, se o termo mais próximo costuma ser retomado por *este* ou por *esse* em oposição a *aquele* (CÂMARA, 1999[1971], p. 124).

Sabemos que, em geral, o uso do *este* anafórico não é condenável ou estigmatizado, entretanto, na escrita – onde a norma padrão poderia atuar com mais veemência do que na fala coloquial – esse uso poderia ser maior. Mesmo assim, 8 das vinte ocorrências, como mencionamos, são de um único informante, e nos parece que o uso reiterado desse demonstrativo por tal informante possa ser para retomar um referente imediatamente anterior, no intuito de ser mais enfático ou mesmo um caso de hipercorreção. Como exemplificamos acima, as 8 ocorrências estariam de acordo com a norma padrão caso se assemelhassem ao caso de anáfora abaixo:

(74) O Ministro comunicou a seu secretariado a exoneração *deste*⁵⁴.

⁵⁴ Exemplo retirado do Manual de Redação da Presidência da República.

Acima, embora se trate de um caso que tenha dois referentes em jogo, apenas o último é retomado/apontado. Sendo assim, o uso do anafórico *este* se faz necessário dando cabo à ambigüidade. Contudo, afirmamos que nenhum dos 20 casos de *este* em função anafórica apresentou-se de forma semelhante ao exemplo acima; caso fosse, seria de se esperar a forma de 1ª pessoa. O exemplo é o correto de acordo com as gramáticas de Pereira (1916) e Almeida (1979), mas, como não se trata de casos como o supracitado, o mais corrente é o uso de demonstrativo de 2ª pessoa em função anafórica. Vejamos como foram algumas dessas ocorrências:

- (75) *Estes* detalhes concretos fizeram os especialistas notarem pela primeira vez a força dessas indignidades. (11/06/2008 ano 31-8)
- (76) *Esta* postura demonstra mais proximidade, acolhimento. (11/06/2008 ano 31- 9)
- (77) Eles ficaram perplexos com *este* tipo de comentário. (11/06/2008 ano 31- 14).

Os exemplos acima trazem demonstrativos dentro de sintagmas encapsuladores. Resumem a idéia de uma frase, um período ou de um parágrafo anterior. Dessa maneira, não há um referente específico, mas o resumo dá a idéia do contexto. Se há apenas “um referente” retomado (mesmo que seja um parágrafo), de acordo com as gramáticas de Pereira (1916) e Almeida (1979), a retomada deveria ser feita essencialmente pelo demonstrativo de 2ª pessoa, logo, considerado um desvio de regra, ao passo que não seria um erro se considerássemos o que postularam Ali (s/d), Lima (1989), Cunha (1992) e Neves (2000) ao considerar tanto uma como outra forma adequada. Se formos seguir o resultado das

pesquisas já realizadas, também, veremos que o uso do demonstrativo de 1ª pessoa nesses casos não é significativo pelo fato de ser mais freqüente o de 2ª pessoa (*esse*).

Nos dados do *Varsul* tivemos tanto casos de dêixis situacional quanto casos de dêixis textual (anáfora e catáfora). Na fala, nos monitoramos menos quanto à norma padrão, nesse caso, quanto à distinção dos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, ao haver a neutralização da oposição desses demonstrativos. Pela proximidade fonético-fonológica das formas, o usuário da língua tende a assimilar as formas. Nesses casos, parece-nos que o locativo adverbial *aqui* se encarregaria de marcar a 1ª pessoa do discurso, ao marcar a fala do informante. Como na anáfora, Câmara Jr (1999 [1971]) afirma haver um sistema binário, influenciando o campo dêitico esperamos que seja de fato o que esteja ocorrendo. Em ambas as funções os demonstrativos estão se equivalendo, ou seja, a forma *este* parece estar sucumbindo à forma *esse*.

Como a tabela 12 nos mostra, praticamente 100% dos casos de dêixis situacional foram representados também pelo demonstrativo de 2ª pessoa, sem sinal de variação. Mesmo os casos de catáfora em que seria possível encontrarmos o demonstrativo de 1ª pessoa são também representados pelo demonstrativo de 2ª pessoa.

No caso dos dados de escrita, nossa hipótese se confirma pelo fato de haver mais dados de anáfora. De fato, não esperávamos muito que fossem aparecer casos de dêixis situacional nas entrevistas da revista, porque acreditamos que demonstrativos com função dêitica espacial possam ter sido suprimidos, evitando possíveis ambigüidades ou desentendimento quanto ao texto ou a editora da revista optou por

não deixá-los ou, ainda, de fato eles não ocorreram. Nas entrevistas do *Varsul* é possível resgatar esses referentes por meio do áudio do material coletado.

Primeiramente, vemos que se trata de um caso de retextualização em que são feitas adaptações na passagem de uma modalidade a outra a fim de alcançar uma regularidade das formas. A tendência é padronizar a fala do informante. Como a anáfora nos permite retomar referentes na superfície textual, essa função apresentou ocorrência significativa.

Assim, de acordo com Pagotto (2001, p. 40), ao se falar em norma escrita culta, há dois pontos importantes que devem ser considerados: (i) a escolha de um dialeto de prestígio que é tomado como modelo a ser adotado na escrita e na boa fala; (ii) o trabalho de codificação gramatical deste dialeto com a posterior produção de manuais descritivos voltados para o ensino deste dialeto. Sabemos que esses suportes de informação divulgam uma norma que não é tão conservadora como a padrão, mas é bem cuidada. Dessa forma, já observamos que a catáfora, como a pregada pelos gramáticos mais antigos, nesses dados não teve repercussão. Dentre dados aqui analisados, os do *Varsul* mostraram a variação no uso de *esse* no lugar de *este*, e os da revista *Isto é* da revista traz a variação de *este* no lugar de *esse*. Ou seja, mesmo em contexto monitorado, o *esse* anafórico cede lugar para o *este*, firmando-se nos dados da revista a variação.

5.4 Representação sintática do referente retomado/apontado

Ao considerarmos a foricidade e a dêixis dos demonstrativos, procuramos controlar a função sintática do elemento a que o

demonstrativo se referia, sozinho ou acompanhado de um núcleo, e pudesse estar retomando. Confira a tabela 13:

TABELA 13 - Uso de *este* e *esse* segundo a representação sintática do referente retomado/apontado nos dados do *Varsul*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>ESTE Apl/total</i>	<i>%</i>	Total
Sent.inteira	296	100%	0	0%	296
SN	259	99%	3	1%	262
SP	63	98%	1	2%	64
Nome	51	100%	0	0%	51
Pronome	6	100%	0	0%	6
Advérbio	1	100%	0	0%	1
Total	676/680	99%	4/680	1%	680

Pudemos perceber que em função fórica e dêitica os demonstrativos retomaram/apontaram mais *sentenças inteiras* e, em segundo lugar, a retomada de *sintagmas nominais*. Os demais não foram tão significativos em relação ao uso dos demonstrativos. Se observarmos a tabela 9, veremos que o número de demonstrativos com função de núcleo é de 233, número bastante aproximado ao número de demonstrativos que retomam *sentenças inteiras*. Ao observar os dados vimos que o demonstrativo neutro de 2ª pessoa *isso* aparece freqüentemente retomando tais sentenças. Abaixo seguem exemplos dos casos mais freqüentes, *sentença inteira* e *sintagma nominal* respectivamente:

(78) *Aí depois de um tempo ele teve um problema e só decaiu. A gente tinha e se mudar e morar chegamos a morar com o meu avô também. Depois o pai conseguiu uma casa pra gente e tal. Continuamos a morar na Trindade, mas não no mesmo lugar. Aí com quinze anos eu já comecei a trabalhar,*

que até os treze eu considero que fosse infância, que eu ainda brincava de boneca e tudo. Ai aos quinze eu comecei a trabalhar. Isso foi (“ofício”), uma vida, mas não tão farta, financeiramente também o pai não poderia dar tudo que a gente precisava (SC FLP 20 – FAC3)

(79) *Uma viagem* até que eu fui, foi pra São Paulo.

E: Ah! E me conte dessa viagem como foi?

I: Ah! *Essa* viagem foi muito boa, né? (SC FLP 10 – MJP1)

A princípio não iríamos contar os casos do demonstrativo neutros como o *isso*. Mas sua ocorrência foi significativa, e resolvemos observar os casos. Como vimos em Monteiro (1994), a começar pela classificação, morfossintaticamente e de acordo com a função, a denominação pronome é muito complicada.

A substituição está longe de ser perfeita e muitas vezes, intuitivamente sabemos que o pronome está retomando o referente ou a sentença em questão. Duas são as explicações que, de acordo com Postal (1969, *apud* MONTEIRO, 1994, p. 31), esclarecem esse fenômeno: em primeiro lugar, os pronomes não expressam o mesmo potencial semântico dos nomes; e, em segundo lugar, mantêm um comportamento sintático distinto, já que não se articulam com artigos como vimos nos capítulos anteriores. Talvez pelo fato de essa problemática de delimitação do que venha a ser pronome e pelo fato de os demonstrativos alterarem a cada nova frase sua referência facilite a expansão de sua referenciação, chegando a retomar sentenças inteiras. Como vimos no terceiro capítulo, todos os dêiticos, excepcionalmente

aqui os demonstrativos, a cada nova cena enunciativa, apresentam um novo referente, ou seja, não têm uma autonomia referencial.

Vejamos agora os dados da *Isto é*:

TABELA 14: Uso de *este* e *esse* segundo a representação sintática do referente retomado/apontado nos dados da *Isto é*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	<i>%</i>	Total
Sent.inteira	127	93%	10	7%	137
SP	6	100%	0	0%	6
SN	100	91%	10	9%	110
Pronome	1	100%	0	0%	1
Advérbio	1	100%	0	0%	1
Total	235/255	92%	20/255	8%	255

Exemplificaremos abaixo as duas ocorrências mais significativas da tabela 17, a saber, *sentença inteira* e *sintagma nominal*:

(80) *Depende muito da política de governo. O que estamos fazendo aqui na ANP é estudar as diversas alternativas e colocar a realidade do Brasil e do mundo na mesa. Nós ainda não apresentamos essa alternativa ao governo mas vamos escrever ... (2/04/2008 ano 31-6)*

(81) *Teremos o bolo dividido entre a nossa grande estatal, as outras grandes empresas e, por fim, as pequenas e médias empresas. Essa terceira vertente tem que ser incentivada. (02/04/2008 ano 31-20).*

No quarto capítulo mostramos nossas expectativas quantos às variáveis controladas. De acordo com o que expomos, achamos que a retomada/apontamento de *sentenças inteiras* fosse mais constante e numerosa dentre os dados do *Varsul*. No entanto, nos surpreendemos com o resultado: o maior número foi de *sentenças inteiras* nos dados de escrita também. Mais uma vez *esse* tem seu lugar de destaque. Caso

aparecessem sentenças inteiras sendo retomadas/apontadas, elas seriam representadas por SN's encapsuladores (*esse + N* ou *esse* somente) ou por demonstrativos neutros.

De modo geral, em caso de o nome encapsulador ser um nome axiológico, o determinante demonstrativo é o mais usado, já que existe um tipo de atividade eletiva entre demonstrativos e termos avaliativos (axiológicos) (CONTE, 2003). Vejamos agora o caso de encapsulamento se referindo a *sentenças inteiras* nas entrevistas do *Varsul* e da *Isto é* na ordem:

(82) [a gente tinha] eu brincava era com uma brincadeira mesmo que a gente inventava, fazia bolinha de gude, de barra, **desses lances** assim, né? (SC FLP- FAC2).

(83) E: como fez para sair rápido do tipo nordestino?
I: eu saquei logo **esse perigo** e recusei um bocado de propostas, tive que ser duro às vezes ficar ate sem trabalho para não repetira algo que já tinha feito (18/06/2008 – ano 30 - 7).

(84) Nessa loja, temos uma taxa de financiamento a prazo de 100% ao ano. É muito alto, não é? Mas a concorrência cobra 110%, 120% ao ano. E, se o nosso cliente pagar pontualmente, reduzimos a taxa de 100% para 80%. **Este** é o verdadeiro benefício que damos ao povo (18/06/2008 ano 31-12).

Vemos que a palavra *lances* no exemplo (82) tem um significado não muito preciso, próprio da língua coloquial, mas retoma a *sentença inteira* classificando-a. No caso da escrita, há também recuperação, mas a preocupação com a retomada mais precisa se faz necessária não comprometer a compreensão do texto. Na entrevista da *Isto é*, o entrevistador pergunta ao ator (entrevistado) como ele fez para fugir do rótulo de personagens nordestinos e a resposta do ator inclui um

sintagma nominal axiológico, ou seja, ele não somente encapsula a informação anterior como carrega o núcleo desse sintagma com uma carga semântica depreciativa⁵⁵. A noção que a palavra *perigo* passa é a de que o ator prejudicaria sua carreira ao reduzir seu trabalho a papéis de personagens nordestinos, uma vez que o ator provém dessa região e já traz consigo o sotaque peculiar o que seria mais fácil de ser interpretado por ele. O exemplo (84) já mostra um caso em que a sentença anterior é retomada por um demonstrativo variável cujo SN de núcleo elíptico que retoma o período anterior.

Temos que esclarecer que nos casos de retomada de *sentenças inteiras* houve uso do pronome neutro *isso* nos *corpora* como um todo, como vemos nos exemplos abaixo retirados do *corpus* do *Varsul* e do *corpus* da revista *Isto é* respectivamente:

(85) Nem conhecem já não querem nem saber, né? Não se protegem nem nada, né? Daí *isso aí* já é ruim, né? (SC FLP 03 – FJP6)

(86) Mais recentemente, surgiu uma nova definição considerando-o como estado da mente – *isso* significa que ele pode ocorrer a qualquer momento, em qualquer lugar (07/05/2008 ano 31 - 1).

A forma neutra *isso* foi usada tanto nos dados da *Isto é* quanto nos dados do *Varsul*. Mesmo em dados da revista *Isto é*, retextualizado, fez-se uso do demonstrativo neutro, não tornando preciso o referente. Os dados da revista caminham em direção a um sistema demonstrativo que

⁵⁵ Devemos entender, no entanto, que o que é depreciativo não é o tipo nordestino, mas sim o ator se limitar a um único papel durante a sua carreira, no caso, seria se limitar a atuar se limitando a um tipo de personagem.

não se limita mais à retomada de nomes ou pronomes e, por isso, podem ser encarados como “pro-sentenças”.

5.5 Forma de representação dos demonstrativos: preposicionados e não preposicionados

Não somente fizemos um controle de *este* e *esse*, como também das formas preposicionadas - *nesse* (*s*), *nessa* (*s*), *nisso*; *desse* (*s*), *dessa* (*s*), *disso*; *neste* (*s*), *nesta* (*s*), *nisto*; *deste* (*s*), *desta* (*s*), *disto*. Expomos abaixo três exemplos de cada fonte de dados, *Varsul* e *Isto é*, respectivamente:

- (87) Aí acordei tão nervosa, tão irritada, né? “Sim, mas tu não tomaste calmante ontem à noite e acordaste *desse* jeito?” (SC FL 20 FAC43).
- (88) Não sei se já ouviu falar *nisso* (SC FLP 20 FAC47)
- (89) Comboio, quer dizer, tomando conta dos navios mercantes do Belém do Pará até atracar lá. Aí, eles voltavam. Eu fiz três anos e pouco *nessa* agonia, né? (SC FLP 06 MBP3)
- (90) Com Lula, a empresa saiu *dessa* linha declinante e passou para a ofensiva, voltou a crescer (02/04/2008 - ano 31- 27).
- (91) ... disse que não passaria a história como o presidente tomou conhecimento *disso* e deixou tudo continuar como antes (02/04/2008 ano 31 - 1)
- (92) Agora que estamos discutindo um novo marco regulatório, a empresa não participa, já que ela está inserida *nessas* regras (02/04/2008 ano 31 - 30).

Acreditávamos que o sistema como um todo seguiria uma deriva: se as formas não preposicionadas aderiram o demonstrativo de 2ª pessoa como o mais preponderante, as formas preposicionadas apresentariam uso semelhante. Como podemos perceber nas tabelas 18 e 19, formas preposicionadas estão em proporção menor. Nossa hipótese se confirma, mediante resultado das tabelas: tanto as formas *preposicionadas* como as *não preposicionadas* seguem a deriva de um sistema dicotômico, com um maior uso do demonstrativo *esse*, seguindo o uso das formas não preposicionadas. Observe a tabela:

TABELA 15: Uso de *este* e *esse* segundo suas formas de representação nos dados do Varsul

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	%	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	%	Total
Não preposicionado	525/529	99%	4	1%	529
Preposicionados	151/151	100%	0	0%	151
Total	676/680	99%	4/680	1%	680

Nossa hipótese geral mais uma vez se comprova: o demonstrativo *esse* é preponderante tanto numa forma quanto em outra. Vale ressaltar que as únicas 4 ocorrências de *este* apareceram na forma não preposicionada.

TABELA 16 - Uso de *este* e *esse* segundo suas formas de representação nos dados da *Isto é*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	%	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	%	Total
Não preposicionado	176/190	93%	14/190	7%	190
Preposicionados	59/65	91%	6/65	8%	65
Total	235/255	92%	20/255	8%	255

Não diferente das outras tabelas, as tabelas 15 e 16 exibem majoritariamente o uso de *esse* bem como na forma preposicionada.

5.6 Posição do demonstrativo variável em relação ao núcleo

Nessa variável controlamos os seguintes fatores: demonstrativo *anteposto ao núcleo*, *posposto ao núcleo* e com *núcleo elíptico*, sendo que somente os demonstrativos variáveis foram considerados. Observemos as tabelas seguidas de exemplos:

TABELA 17: Uso de *este* e *esse* segundo sua posição em relação ao núcleo nos dados do *Varsul*.

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	%	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	%	Total
Anteposto N	348/352	99%	4/352	1%	352
Posposto N	15/15	100%	0	0%	15
N elíptico	80/80	100%	0	0%	80
total	443/680	99%	4/680	1%	447

Abaixo encontramos frases que representam a tabela 20:

- (93) Faz mal às pessoas, *essas doenças* que andam por aí, como AIDS (SC FLP 03 - FJP4)

(94) E: e outro sonho, assim, além desse. Você tem mais algum?
I: Além *desse* eu queria ter um carro, né? (SC FLP 10 - MJP19)

(95) Aí, ele jogou a revista aberta pra eu olhar, aí, eu levantei da mesa e disse: “Não vou olhar!”. Mas eu, assim: “Não estou acreditando que o senhor está me mostrando *uma coisa dessa* pra mim” (SC FLP 16 - FJC16).

Sobre essa variável não acreditamos que a posição ocupada pelos demonstrativos fosse significativa quanto ao uso de *este* ou *esse*. Apenas 4 ocorrências de *este* aparecem (as únicas nos dados do *Varsul*). Todos os casos de demonstrativo posposto e com núcleo elíptico foram representados pelo demonstrativo de 2ª pessoa.

TABELA 18: Uso de *este* e *esse* segundo sua posição em relação ao núcleo nos dados da *Isto é*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE</i> <i>Apl/total</i>	%	<i>ESTE</i> <i>Apl/total</i>	%	Total
Anteposto N	146/165	90%	19/165	10%	165
Núcleo elíptico	12/13	85%	1	15%	13
total	158/178	89%	20/176	11%	178

Os resultados indicam que as ocorrências de *este* apareceram majoritariamente *antepostas ao núcleo*. Essa posição parece favorecer o uso de *este*. Não houve nenhum caso de demonstrativo posposto ao núcleo.

(96) *Essas cotas*, da maneira que vêm sendo adotadas no Brasil, são inconstitucionais (28/05/2008 ano31-1)

(97) *Essa* é uma legislação simbólica, a custo zero para o Estado. (28/05/2008 ano 31-5).

Já esperávamos que o a posição à esquerda do núcleo fosse a mais realizada pelo fato de em uma análise preliminar dos dados termos constatado uma maior ocorrência de demonstrativos variáveis adjetivos. Assim, de acordo com as gramáticas analisadas, com exceção de Luft (1989) e Cunha (1992), em função adjetiva os demonstrativos são mais freqüentes antepostos ao substantivo. Além disso, novamente se reforça o uso maior do demonstrativo de 2ª pessoa.

Com relação ao demonstrativo *posposto ao núcleo*, vemos, através das tabelas acima, que parece se tratar de uma ocorrência da fala coloquial. De forma geral, elas vêm depois de um sintagma formado por um nome de definição vaga seguido por um demonstrativo como *uma coisa dessa*, *uma história dessa*, *um negócio desse* etc.

Quanto ao núcleo elíptico, dos gramáticos tradicionais, apenas Luft (1989) e Cunha (1992) comentam essa posição, entretanto, o demonstrativo estaria exercendo a função de substantivo. Em contrapartida, a gramática de Neves (2000) classifica esse demonstrativo como determinante do sintagma. Resolvemos então classificar esses determinantes como adjetivos, pois partimos do pressuposto de que a função do demonstrativo variável não é a de substituir um nome e sim a de acompanhá-lo e, no caso de elipse do nome, o demonstrativo concorda em número e gênero com o núcleo como já expomos e como exporemos agora:

(98) Uma peça como *essa* as pessoas raramente te chamam para fazer. (18/06/2008 ano 31- 3).

Acima vemos que o demonstrativo variável concorda em número e gênero com o nome *peça*, suprimido, pois a repetição do nome seria desnecessária. Acreditamos que o demonstrativo de núcleo elíptico continua a ser um determinante, pois por meio da concordância contextual, conseguimos resgatar esse núcleo. Como expôs Azevedo (1975), os pronomes usualmente são palavras que indicam seres e coisas, por dêixis e por anáfora, considerados apenas como pessoas do discurso. O demonstrativo é a expressão máxima dessa afirmação, pertencendo a uma classe fechada, o pronome é um vocábulo gramatical e não um vocábulo lexical como os nomes. Como é um pronome que serve para apontar – no contexto lingüístico, para frente e para trás; no espaço, para os interlocutores ou para um referente próximo deles – ao estar com um núcleo ou não ele apenas funciona como um elemento indicial e não como um elemento que nomeia ou substitui um nome.

5.7 Função sintática do sintagma a que pertence o demonstrativo

Pudemos observar com as tabelas ao longo deste capítulo que o knockout foi recorrente em todos os casos. As tabelas trazem praticamente 100% dos casos de *esse*. Dessa forma, não podemos encarar o caso dos demonstrativos como sendo um caso de variação, mas de uso preferencial de *esse* nesta pesquisa. Como os demonstrativos ou acompanham nomes ou os substituem, esperávamos que tanto o demonstrativo variável quanto o neutro ocupassem mais o lugar de *sujeito e objeto direto*. Acreditamos que a função de sujeito deveria ser a

preferida, uma vez que é lá no sujeito que encontramos em geral a informação velha, retomada, anafórica.

Abaixo temos exemplos de cada tipo da variável acima retirados dos dados do *Varsul*:

- (99) *Esses guris* não querem nada mesmo (SC FLP 06 - MBP1)
- (100) Não demora mais que *isso* (SC FLP 01- FAP31)
- (101) Eu vendi jornal. Eu vendi *esse jornal*, O Estado, vendi um bocado de jornal aí (SC FPL 04 - MAP7)
- (102) Eu acho que Florianópolis, evidentemente, que é paraíso, nós já sabemos *disso* (SC FPL 21- MBC44)
- (103) Por exemplo, se sai uma obra *dessas de aterro*, evidentemente que nós vamos ter ... (SC FPL 21 – MBC72)
- (104) A gente levava uma vasilha, um prato, qualquer coisa, botava a banha ali, um quilo, duzentas gramas e trazia pra casa. Era assim. Não tinha nada assim (inint). Só que a gente (inint) grande quantidade era *essa aí*: feijão, a farinha, a carne ... (SC FLP 08 - FBP45)
- (105) ... a população nativa, do interior da Ilha, não foi alertada pra *isso*, não foi educada para *isso* (SC FPL 21 - MBC48)

Observemos como ficou distribuído na tabela o uso dos demonstrativos:

TABELA 19: Uso de *este* e *esse* segundo a função sintática do sintagma no qual se encontra o demonstrativo nos dados do *Varsul*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>ESTE Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>
Sujeito	223/225	98%	4	2%	225
Adj.adverbial	192/192	100%	0	0%	192
Obj. direto	139/139	100%	0	0%	139
Obj. indireto	46/46	100%	0	0%	46
Adj. adnom.	34/34	100%	0	0%	34
Pred. Sujeito	25/25	100%	0	0%	25
C. nominal	7/7	100%	0	0%	7
Total	664/668	99%	4/668	1%	668

Corroborando o que foi dito antes, a função mais exercida pelo sintagma formado pelos demonstrativos é a de *sujeito* das orações. Esse tipo de sintagma, como vimos no segundo capítulo, geralmente vem em início de frases, retomando um referente ou, muitas vezes, funcionando como um sintagma encapsulador, ou seja, que fecha a idéia do parágrafo anterior e abre um novo parágrafo. Não entendemos que a função de sujeito seja um fator que condiciona o uso de um ou de outro demonstrativo, mas de fato foi a função mais freqüente e que favoreceu o aparecimento de *esse*. Também foi a única função em que foi registrado o uso de *este*, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(106) Então esse é um problema do saneamento básico, eu acho que é um mais importante que o bairro deveria ter. ***Este problema da Via Expressa Sul*** [que vem] não é um problema do bairro exclusivamente, é um problema da cidade, mas vem trazer realmente, grande benefício ao bairro. (SC FLP 21- MBC69)

(107) Mas ***este aqui*** foi um lugar bom pra se morar (SC FLP 06 - MBP31)

(108) [não] [tinha] tinha uma senhora que morava perto da minha casa, diziam que ela era bruxa, né? Então eu tinha uma vizinha, *esta minha vizinha* chamava-se Alaíde, né? (SC FLP 8 – FBP10)

(109) A família toda não é bem certa. *Esta minha família toda* (inint) (SC FLP 01 - FAP47).

Entretanto, o uso de *este* nos exemplos acima só está adequado, de acordo com a norma, em (107), pois se trata de um caso de dêixis situacional em que a informante fala sobre o lugar onde ela se encontra, logo, o uso de *este* é adequado. Os demais são casos anáfora e, de acordo com as gramáticas históricas analisadas nesta pesquisa, o uso de *esse* seria mais adequado.

Da mesma forma, foram encontradas essas funções dos sintagmas em destaque nos dados da revista *Isto é* exemplificadas abaixo de acordo com a ordem da tabela 23:

(110) ... mudar a lei e *isso* agora é inevitável (02/04/2008 ano 31 - 10)

(111) ... mas vamos escrever sobre *esse assunto* e apresentar as diferentes opções, os diferentes problemas e desafios que são postos (02/04/2008 ano 31 - 7)

(112) O edital da APN prevê *essa medida* até início da apresentação das ofertas (02/04/2008 ano 31 - 2)

(113) Os Estados Unidos têm 23 mil empresas *desse tipo*, a maioria pequenas e médias (02/04/2008 ano 31 - 16)

(114) ... disse que não passaria a história como o presidente tomou conhecimento disso e deixou tudo continuar como antes ... (02/04/2008 ano 31 -1)

(115) É possível que cheguemos a *essa conclusão* (02/04/2008 ano 31 - 5)

(116) Por causa da diferença étnica? Não (é) só *isso* 16
(28/05/2008 ano 31-16).

TABELA 201: Uso de *este* e *esse* segundo a função sintática do sintagma no qual se encontra o demonstrativo nos dados da *Isto é*

<i>Variável independente</i>	<i>ESSE Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>ESTE Apl/total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>
Sujeito	88/99	89%	11	11%	99
Adj. Adverb.	51/56	91%	5	9%	56
Obj. direto	42/44	95%	2	5%	44
Adj. adnom.	22/22	100%	0	0%	22
C. nominal	14/16	88%	2	12%	16
Obj. indireto	13/13	100%	0	0%	13
Predic. Sujeito	2/2	100%	0	0%	2
Total	232/252	92%	20/252	8%	252

Tanto nos dados do *Varsul* quanto nos da *Isto é* a frequência maior foi de *sujeito* e *adjunto adverbial*. A função de *objeto direto* vem em terceiro lugar. Mais uma vez, a função de *sujeito* favoreceu o aparecimento de *este*.

5.8 O uso do advérbio de lugar como reforçador dos demonstrativos

A variável abaixo foi controlada em todos os *corpora*, entretanto, apresentou ocorrência significativa nos dados do *Varsul*. De acordo com Azeredo (2008), o uso de reforçadores é próprio da fala coloquial, logo, seria de se esperar que nos dados da *Isto é* esses casos não apareceriam.

TABELA 212: Uso dos advérbios de lugar como reforçadores dos demonstrativos *este* e *esse* nos dados do Varsul

<i>Variável dependente</i>	ESSE Apl/total	%	ESTE Apl/total	%	Total
Ali, aí	73/73	100%	0	0%	73
Aqui	26/27	99%	1	1%	27

A tabela 21 nos mostra que a forma de 2ª pessoa dos advérbios é a mais usada. Juntamente com o demonstrativo de 2ª pessoa reforçam o que está sendo apontado/retomado. Houve apenas um caso de uso do *aqui* juntamente ao *este*. Podemos constatar por meio da tabela que os reforçadores adverbiais estão sendo mais usados com o demonstrativo *esse*. Seguindo essa ótica temos que como as formas *este* e *esse* estão sendo assimiladas e pesquisas já realizadas comprovaram que o uso do *esse* mostrou-se mais expressivo, o que esperávamos era que juntamente a esse demonstrativo agissem os reforçadores na tentativa de reestruturar o sistema tricotômico dos demonstrativos como um mecanismo compensatório.

Esse mecanismo na pesquisa de Roncarati (2003), revelou um uso equilibrado o estudo de painel no recontato e no estudo de tendência, o uso caiu bruscamente. Embora seu uso tenha sido maior em relação aos modalizadores (*isso muito, isso assim*) e quantificadores (*esses troço tudo, isso tudo*), o uso de demonstrativos sem mecanismo compensatório foi maior. Isso também ocorreu em nossa pesquisa, sendo que o uso do reforçador não foi tão significativo

5.9 Variáveis extralingüísticas: faixa etária, gênero e escolaridade

As variáveis extralingüísticas só foram controladas nos dados do *Varsul*.

TABELA 22: Variável faixa etária nos dados do Varsul

<i>Variável dependente</i>	ESSE Apl/total	%	ESTE Apl/total	%	Total
15-25 anos (J)	183/183	100%	0	0%	183
26-45anos (A)	272/273	99%	1	1%	273
50 anos em diante (B)	221/224	99%	3	1%	224
Total	676/680	99%	4/680	1%	680

TABELA 23: Variável gênero nos dados do Varsul

Variável dependente	ESSE Apl/total	%	ESTE Apl/total	%	Total
Homem	383/385	99%	2	1%	385
Mulher	293/295	99%	2	1%	295
Total	676/680	99%	4	1%	680

TABELA 24: Variável escolaridade nos dados do *Varsul*

Variável dependente	ESSE Apl/total	%	ESTE Apl/total	%	Total
Primário	303/306	99%	3	1%	306
Colegial	373/374	99%	1	1%	374
Total	676/680	99%	4/680	1%	680

Nas três tabelas apresentadas nessa seção sobre as variáveis sociais, nenhuma foi significativa no que diz respeito à variação dos demonstrativos, mas foi significativo para sinalizar os 4 usos de *este* nos dados do *Varsul*. A tabela 22 faz confirmar o que as outras pesquisas constataram: das 4 ocorrências de *este*, 3 ocorreram na fala dos mais velhos, bem como na pesquisa de Roncarati (2003). Já na tabela 24, o uso de *este* se concentrou nos informante com apenas o nível primário de escolaridade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os demonstrativos no aqui analisados seguem uma linha contrária a de alguns gramáticos, primeiramente por considerar o caráter apenas dêitico desses pronomes e, em segundo lugar, por deixar de abordar sobre a assimilação das formas de 1ª e 2ª pessoas. Ademais, subjacente ao caráter indicial desses pronomes está a condição de atuar sobre os campos endofórico e exofórico. Os nossos resultados, diferentemente dos dados de Cid *et al.*(1986), Castilho (1992) e Roncarati (2003), esboçam dados de fala não culta. A partir disso, temos que tanto em dados de fala culta, como do vernáculo apresentam resultado semelhante quanto ao uso dos demonstrativos no campo da referência anafórica: nossos resultados, assim como os das outras pesquisas, fornecem aporte empírico para a tendência já observada na fala coloquial do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também se confirma a hipótese que levantamos sobre o uso majoritário de *esse* em função anafórica: indiscutivelmente pudemos ver isso nas tabelas.

A variação que conseguimos analisar foi a do uso de uma forma no lugar de outra e mais uma vez, como esperávamos, a forma *esse* no lugar de *este* foi maior. Os dados do *Varsul* e da Revista *Isto é* revelam como maior uso canônico o demonstrativo de 2ª pessoa. O único que apresentou forma canônica foi o *esse* também. Outra hipótese que se confirmou foi o uso de reforçadores adverbiais junto ao demonstrativo de 2ª pessoa.

Outra hipótese que se confirmou foi a que esperávamos um uso maior de *este* nos dados da revista *Isto é*. Entretanto, vale ressaltar que

15 dos 20 casos o *este* foi usado no lugar de *esse* como mostrou a tabela 8. Interessante notar que nos dados do *Varsul* a variação foi maior de *esse* no lugar de *este*, ao passo que nos dados da revista *Isto é* se deu o contrário.

Quanto ao uso catafórico, esperávamos que ela não fosse muito usual nos dados do *Varsul* e tivesse mais ocorrências nos dados da *Isto é*. De fato, se confirmou a hipótese quanto aos dados sociolinguísticos. Mesmo ocorrendo casos de catáfora, o *esse* acabou por exercer essa função em todos os *corpora*. Não houve casos em que fossem retomados dois referentes, por isso não deu para constatar se a oposição *estelesse* x *aquela* é exercido mais pela 1ª forma ou se pela 2ª. Nossas hipóteses sobre a dêixis se confirmaram: os dados de fala do *Varsul* apresentam casos de dêixis situacional, mas apenas com demonstrativos de 2ª pessoa, contra nenhum dado de demonstrativo dêítico nos dados de escrita da *Isto é*.

Sobre a *função sintática do referente retomado*, todos os *corpora* apresentam retomada de *sentenças inteiras*. Ampliando o campo de referência dos demonstrativos dêíticos. Interessante notar que as formas de demonstrativos de 1ª e 2ª pessoa posposto ao núcleo só foram encontradas nos dados do *Varsul*, confirmando o que Azeredo (2008), ao passo que nesse caso se mantém o que as gramáticas normativas apregoam: quando o demonstrativo exerce a função de ajunto adnominal geralmente ele aparece anteposto ao núcleo, sendo a posição mais ocorrida nos *corpora*.

Já a *função sintática do sintagma a que pertence o demonstrativo*, confirma-se em parte a hipótese de todos os *corpora* de que as funções mais exercidas é a de *sujeito*.

As variáveis ligadas a dêixis exofórica necessitariam de mais tempo para serem analisadas, bem como seria necessário se fazer cruzamentos para obtenção de resultados. Entretanto, os dados de advérbios de lugar confirmam o que os resultados de Roncarati (2003): o uso de demonstrativos sem reforçadores é maior do que os demonstrativos usados com reforçadores. E as formas que apareceram se juntaram com a forma *esse* mais usada e candidata a suplantar a forma *este*.

Já as variáveis sociais foram aqui expostas, no entanto, sem exercerem influencia no que diz respeito à variação. O resultado da variável faixa etária se aproxima do resultado das outras pesquisas mesmo sendo de dados da fala coloquial, os casos de este que apareceram foram usados por pessoas com idades superior a 50 anos.

A investigação dos demonstrativos está longe de se encerrar aqui. Há muitos estudos a serem feitos que exigiram bastante dedicação. A delimitação do tema daria também novos direcionamentos a respeito desses pronomes. Esperamos de alguma forma ter contribuído no mínimo para a reflexão sobre o uso desses demonstrativos.

É de se esperar que haja neutralização no uso dessas formas, pois além de serem bem próximas, a noção de pessoalidade foi se estendendo indevidamente a elementos que não participam do ato discursivo. De acordo com Monteiro (1994, p. 32): “esta noção deveria aplicar-se somente ao falante e ao ouvinte, mas em verdade nunca foi assim, já esteve ligada inclusive a qualquer tio de pronome”. A noção de 1ª e 2ª pessoa não existe para os pronomes em geral e essas formas não traduzem uma relação de pessoalidade, inclusive os únicos pronomes pessoais deveriam ser os que se referem exclusivamente aos

interlocutores do ato de fala. Assim não há como confundir as formas *eu* e *tu*, referentes às pessoas do discurso, sendo a categoria de pessoa um dos mais graves equívocos que se criou (JESPERSEN, 1972 *apud* MONTEIRO, 1994, p.32).

Esperamos assim ter contribuído de alguma forma para o estudo desse fenômeno aparentemente simples, mas que envolveu muitas questões que permeiam seu funcionamento, aplicação dos demonstrativos considerando os contextos referenciais que por si só são bastante complexos, a questão do monitoramento, os meios e as condições em que foram analisados etc. Não podemos afirmar categoricamente que o sistema está passando de tricotômico para dicotômico, mas o constante aparecimento de *esse* sinaliza que os demonstrativos estão sofrendo alguma alteração.

Referências

ALI, Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

APOTHÉLOZ, Denis e CHANET, Catherine. Definido e demonstrativos nas nomeações. In.: In.: CAVALCANTI, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULIA, Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 131-175.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

AZEVEDO, Leodegário. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1975.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 10ª Ed. São Paulo, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.

BRAGA, Maria Luiza e MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1996.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. *A estrutura da Língua Portuguesa*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

CAMACHO, Roberto Gomes. O formal e o funcional na teoria variacionista. In.: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. BISOL, Leda. *Harmonia vocálica: uma regra variável*. Tese (Doutorado em Letras). UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

CASTILHO, Ataliba T. de. Os mostrativos no português falado. In.: - _____ (org.). *Gramática do português falado*. Vol III: as abordagens. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993. p. 119-147.

_____. O Português do Brasil. In.: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

CID, Ordice; COSTA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Célia T. Este e esse na fala culta do Rio de Janeiro. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 5, p. 195-208, dez., 1986,

COELHO, Izete Lehmkuhl e GORSKI, Edair Maria (orgs.). *Sociolingüística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In.: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CIULLA, Alena; RODRIGUES, Bernadeti Biasi. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 12ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992. p. 321-333.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e PAIVA, Maria da Conceição de. Mudança lingüística: observações no tempo real. In.: BRAGA, Maria Luiza e MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. 3ª Ed. São Paulo, Contexto, 2004, p. 186.

FARACO, Carlos Alberto e ZILLES, Ana Maria Stahl. Considerações sobre o discurso reportado em *corpus* de língua oral. In.:

VANDRESSEN, Paulino (org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 5-45.

_____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In.: BAGNO, Marcos. *A lingüística da norma*. 2ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Afiliada, 2005. p. 257-300.

_____. Pragmática. In.: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. 4ª e.d. São Paulo: Contexto, 2005.

FREITAG, Raquel Meister Ko. *Idade: uma variável sociolingüística complexa*. Rio de Janeiro. *Línguas e Letras*, Cascavel, v. 6, n. 5, p. 105-121, 2005.

KATO, Mary A . *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. 2ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1987.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 73-74.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. A construção sociocognitiva da referência. In.: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina. (orgs.). *Lingüística e cognição*. Editora da UFJF 2005. p. 95-108.

_____. *A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional*. In.: KOCH, I. e MORATO, E. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, Nº.41. jul/dez 2001.p.75-89.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistic change - Internal factors*. Cambridge: B. Blackwell, 1994.

_____. *Principles of linguistic change - External factors*. Cambridge: B. Blackwell, 2001.

_____. *Padrões Sociolinguísticos*. BAGNO, Marcos; CARDOSO, Carolinana Rodrigues e SCHERRE, Maria Marta Pereira (tradução). São Paulo: Parábola editorial, 20008.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte, Vigília, 1986.

LUCCHESI, Dante. As duas faces da norma: a norma objetiva e a norma subjetiva. In.: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução: Freda Indursky. São Paulo: Pontes, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Atos de referência na interação face a face*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas: n. 41, p. 37-54, jul./dez., 2001

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre referência e a correferência. In.: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CIULLA, Alena; RODRIGUES, Bernadete Biasi. *Referência*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 85-129

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In.: BRAGA, Maria Luiza e MOLLICA, Maria Cecília. *Introdução à sociolinguística*

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos-de-discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In.: CAVALCANTI, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULIA, Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 72-52.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza, EUFC, 1994.

_____, *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MÜLLER, Ana Lúcia de Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. Semântica formal. In.: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In.: ORLANDI, Eni P. *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: UNEMAT, 2001.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. São Paulo: Weiszflog irmãos, 1916. p. 402-407.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 30ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In.: BAGNO, Marcos (org.). *Lingüística da Norma*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RONCARATI, Cláudia. Os mostrativos na variada carioca falada. In.: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e PAIVA, Maria da Conceição de

(orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: 2003. p 139- 157.

SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolingüística da leitura e do aprender a ler*. 4ª Ed. Porto Alegre: Arned, 2003. p.22-29

TARALLO, Fernando. *A pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2008

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). *Dispersos de Mattoso Câmara Jr*. Rio de Janeiro: Editorar Lucerna, 2004.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. (2006) [1968] *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.